

Vinicius Seabra
Daniele Lopes Oliveira
[Organizadores]

INICIAÇÃO CIENTÍFICA:

DESENVOLVIMENTO, PESQUISAS
E APLICAÇÕES PRÁTICAS



**INICIAÇÃO CIENTÍFICA:
DESENVOLVIMENTO, PESQUISAS
E APLICAÇÕES**



Pedro & João
editores

**As pesquisas descritas nesse livro foram
desenvolvidas em projetos de iniciação científica
desenvolvidos por alunos e professor da Faculdade
de Piracanjuba (FAP)**



Vinicius Seabra
Daniele Lopes Oliveira
[ORGANIZADORES]

INICIAÇÃO CIENTÍFICA:
DESENVOLVIMENTO, PESQUISAS
E APLICAÇÕES


Pedro & João
editores

Copyright © Faculdade de Piracanjuba, autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores. Todos os direitos em língua portuguesa são reservados a Faculdade de Piracanjuba. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, arquivada ou transmitida por qualquer meio (eletrônico, mecânico, fotocópias, etc.) sem a devida permissão dos editores, podendo ser usada apenas para breves citações (Lei n. 9.610 de 19.2.1998).

Vinicius Seabra; Daniele Lopes Oliveira [Orgs.]

Iniciação Científica: desenvolvimento, pesquisa e aplicações. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 211p.

**ISBN: 978-65-5869-278-2 [Impresso]
978-65-5869-279-9 [Digital]**

1. Pesquisa. 2. Educação. 3. Ciência. 4. Iniciação científica. I. Título.

CDD – 370

Capa: Petricor Design

Título original em português: Projetos de iniciação científica: possibilidades, contextos e aspectos práticos

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 - São Carlos – SP

2021

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
Milton Justus	
PREFÁCIO	11
Glaucia Yoshida	
OS PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA EM PIERRE BOURDIEU	15
Vinicius Oliveira Seabra Guimarães	
O ATO EDUCATIVO: UMA PESQUISA A PARTIR DOS ESCRITOS DE PAULO FREIRE	37
Dalcivane da Costa Reis Victor Dayane da Silva Resende Fernanda Galdino da Silva Adevane da Silva Pinto	
QUALIDADE DE VIDA ENTRE FUNCIONÁRIOS DE UMA EMPRESA DE PANIFICAÇÃO DA CIDADE DE BELA VISTA DE GOIÁS	55
Liliane Bento de Araújo Raianne Bento de Araújo Vinicius Oliveira Seabra Guimarães	
O ESTUDO DA SÍFILIS DURANTE A GESTAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NA MORBIDADE INTRAUTERINA EM PIRACANJUBA/GO	75
Simone Lisboa Mansan Daniele Lopes Oliveira	

UM ESTUDO SOBRE A TEOLOGIA DA MISSÃO INTEGRAL NA AMÉRICA LATINA Fernando Maia Fernanda Aparecida Reis Costa	87
VLOGS E AS RELAÇÕES COM AS CRENÇAS MATEMÁTICAS Andreia Cristina Soares Oliveira Luso Soares Madureira Danillo Paulo da Silva Vitalino	103
A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR NAS EMPRESAS E ORGANIZAÇÕES: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA Analy Oliveira Novaes Kelly Carvalho dos Santos João Carlos Mohn Nogueira	117
POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: IMPLANTAÇÃO DE UM ATERRO SANITÁRIO E REAPROVEITAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE PIRACANJUBA/GO Izaias Gomes da Silva Paiva Daniele Lopes Oliveira	139
ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA Letícia de Melo Gomes Dias Luiz Fernando Mendes Freire Ana Karolina Lopes	155

DIREITO CONSTITUCIONAL A DEMARCAÇÃO: A SITUAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS APÓS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 Samira Maria Vieira de Lima Gabrielle Andrade da Silva	181
HOMICÍDIOS POR ARMA DE FOGO NO MUNICÍPIO DE PIRACANJUBA/GO Weverton Martins Land Daniele Lopes Oliveira	189
RESENHA CIENTÍFICA: OCUPAÇÕES ESTUDANTIS Fabio Ferreira de Arruda Thiago Porto e Silva Daniele Lopes Oliveira	205

APRESENTAÇÃO

A iniciação científica é uma das principais formas pelas quais os alunos de graduação podem atuar em projetos desenvolvidos por pesquisadores com atuação em diferentes áreas do conhecimento, buscando o envolvimento direto dos alunos com a atividade de pesquisa. Assim, a iniciação científica desenvolvida na Faculdade de Piracanjuba (FAP) tem por objetivo formar habilidades e competências no intuito de qualificar a comunidade acadêmica para a pesquisa científica.

A iniciação científica traz impactos diretos no desenvolvimento e na qualidade acadêmica dos discentes. Na Faculdade de Piracanjuba (FAP) os programas de iniciação científica se integram a todos os cursos de graduação e visam despertar a vocação científica nos alunos e alunas, assim como tem por propósito estimular potenciais pesquisadores. Dessa maneira, a iniciação científica da FAP tem um papel fundamental na integração dos alunos junto com a comunidade acadêmica. Essas atividades enriquecem a experiência dos discentes e promove relevância para os conhecimentos apreendidos.

A Faculdade de Piracanjuba (FAP), por meio dos projetos de iniciação científica, traz à tona novas práticas pedagógicas de ensino e pesquisa que são necessárias para uma educação transformadora e relevante para a sociedade. Essas práticas estão centradas em um processo de inovação e humanização, que são basilares na FAP. Para tanto, a iniciação científica requer uma relativa sensibilidade cultural e ética, priorizando a construção de processos investigativos transdisciplinares, como esses que constituem esta valorosa obra produzida em parceria com alunos e professores da FAP.

Prof. Dr. Milton Justus (@miltonjustus)

Diretor Geral e Presidente da mantenedora da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

Graduado em Administração, Serviço Social, Filosofia e Teologia. Mestre e

Doutor em Educação.

PREFÁCIO

O que falar da pesquisa? Podemos olhá-la como algo que tem vida, que tem alma, que tem destino. Embora tão antiga não possui uma data de nascimento, não faz aniversário e nem sempre é festejada. Por tantas vezes mal compreendida e ainda assim conquista adeptos ora tão apaixonados, ora estigmatizados, excluídos e até penalizados. Ah! por tantas lutas e vitórias a pesquisa já passou. Na tentativa de consolidar seu espaço ou comprovar suas teses, nem sempre atendeu expectativas vigentes. Foi vitoriosa quando venceu ceticismos e pragmatismos em uma sociedade imediatista que não tem tempo para grandes esperas e deseja resultados para ontem.

Pensem na pesquisa em sua imagem pouco convencional, como algo que sonha. Sonha com o desconhecido, apaixona-se pelo novo e até pelo proibido e ainda se coloca como amante dos indolentes e corajosos que se prestam a romper com estruturas, paradigmas e até com absolutas verdades e dogmatismos. Ao mesmo tempo que é sedutora a pesquisa assusta e confronta seus novos adeptos. É também inebriante a todo aquele que dela bebe, pois quem dela bebe jamais esquecerá, e sem ela não mais viverá. Doce e trágica, mágica e cruel, clara e oculta, assim caminha a pesquisa em sua trajetória.

As vezes nobre e distante de pobres mortais, pode ser desejada e até rejeitada. Caminha entre pobres e humildes e se presta a servir afortunados e vaidosos quando valida espaços e lugares. Por mais que queira ser anônima está presente no dia a dia desde a feira a grandiosos Congressos. Quando não reconhecida pode ser engavetada, mas se aceita e bem quista sempre deixa legados inesquecíveis.

Ah pesquisa! quisera muitos poderem caminhar contigo por muitas léguas. Seus resultados ultrapassam gerações,

alguns caminham apenas um pedaço de suas vidas outros por uma eternidade.

Falar da pesquisa em suas infinitas buscas e reconhecimento é valorizar aqueles que de alguma forma perpetuam e constroem seu propósito. Não importa se são poucos ou ~~são~~ muitos, se são reverenciados ou anônimos, se são exaltados ou permanecem anônimos. A verdade é que cada pesquisador da FAP representa este universo de corajosos que não mediram esforços para colocar em prática seus sonhos, seus ideais e os resultados de suas pesquisas. Por traz de cada pesquisador há uma figura ora amada ou indesejada: Orientadores, mentores e professores que acreditam na pesquisa, no potencial de cada aprendiz e que souberam cultivar o que de melhor cada estudante trouxe de sua trajetória.

A iniciação científica é mais que um ato acadêmico é uma verdadeira ferramenta que propicia a formação de um exército pouco visto e por sinal o faz com pouco alarido, mas que tem em suas mãos um arsenal mais poderoso que o de bomba atômica. O saber não tem fronteiras e o conhecimento rompe dimensões e barreiras. A cada estudante que neste projeto recebe o título de pesquisador toda honra e reconhecimento de que o esforço jamais será em vão. A pesquisa não pode acabar, se em alguns contextos históricos ela foi silenciada ou deixada para um plano irrelevante, cada pesquisador sabe que em suas mãos carregam uma chama. Chama que pode alavancar uma instituição, uma cidade, uma sociedade.

Nesta obra, INICIAÇÃO CIENTÍFICA: DESENVOLVIMENTO, PESQUISAS E APLICAÇÕES PRÁTICAS, apesar de áreas distintas e que aparentemente parecem estanques há um fio invisível que conduz como uma teia, a trama e a realidade que se faz presente. Um livro que condensa em páginas todo saber que disciplinadamente cada um dos quarenta e três autores pesquisadores trouxeram.

Por isto, a pesquisa não é mero resultado de um produto humano, traz a vida e a alma de cada sujeito que se submente

às imensas possibilidades de confrontar um objeto e por fim compreendê-lo em sua essência. Dessa forma, trazendo à tona a verdade que antes não era percebida e que agora toma voz e sentido nesta publicação.

Prof. Dra. Glauca Yoshida (@glaucaiyoshida)
Doutora em Ciências da Educação pela Universidad Tecnológica Intercontinental. Mestre em Educação Escolar Brasileira pela Universidade Federal de Goiás. Graduada (Bacharelado e Licenciatura) em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás.

OS PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA EM PIERRE BOURDIEU

Vinicius Oliveira Seabra Guimarães¹

Resumo: Pierre Bourdieu é um dos principais pensadores do século XX, trazendo contribuições importantes para a compreensão da realidade social e possibilitando um percurso teórico-metodológico capaz de desvelar as estruturas de dominação que se estabelecem de forma simbólica nas sociedades modernas. Os princípios metodológicos proposto por ele se alinha a Sociologia Reflexiva, que parte da prática como construto social a ser investigado e compreendido. As principais categorias de análise são: *habitus*, Teoria Geral dos Campos, tipos de capital, dominação, poder simbólico, violência simbólica, trocas simbólicas e reprodução.

Palavras-chave: Pierre Bourdieu. Sociologia Reflexiva. Metodologia.

Abstract: Pierre Bourdieu is one of the main thinkers of the 20th century, bringing important contributions to the understanding of social reality and enabling a theoretical and methodological path capable of unveiling the structures of domination that are established in a symbolic way in modern societies. The methodological principles proposed by him aligns with Reflective Sociology, which starts from practice as a social construct to be investigated and understood. The main categories of analysis are: *habitus*, General Field Theory, types of

¹ Mestre e Doutor em Educação pela PUC Goiás. Pós-graduado em Gestão Escolar pela UGF. Pós-graduado em Docência do Ensino Superior pela FGF. Licenciatura em Sociologia pela UNIDERP. Licenciatura em Pedagogia pela UNIFACVEST. Graduado em Administração pela PUC Goiás. Graduado em Teologia pelo STEBB. Professor e Coordenador do Curso de Administração da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

capital, domination, symbolic power, symbolic violence, symbolic exchanges and reproduction.

Keywords: Pierre Bourdieu. Reflective Sociology. Methodology.

Introdução

Pierre Bourdieu é considerado um dos grandes pensadores do século XX (WACQUANT, 2002); (SETTON, 2010); (BURAWOY, 2010); (CAVALCANTE, 2017). Ele começou sua produção textual no fim da década de 1950, especificamente a partir da publicação do livro *Sociologie de l'Algérie* (Sociologia da Argélia), em 1957. Posteriormente desenvolveu, ao longo dos anos, inúmeros estudos no campo da Filosofia, da Antropologia e da Sociologia, perpassando suas análises pelas áreas das artes, da literatura, da linguística, do campo jurídico, e etc.

O eixo norteador nas pesquisas de Pierre Bourdieu foi a construção de uma perspectiva metodológica em que se denunciasses os mecanismos de manutenção ou de subversão do poder, bem como desvelassem as formas estruturais e simbólicas de dominação presentes nas relações sociais, especialmente no contexto da modernidade.

No processo formativo de uma episteme bourdieusiana houve muita disputa no interior do campo científico no intuito de reconhecer a legitimidade de uma *Sociologia Reflexiva*, essencialmente prática, mas antagônica ao senso comum; especialmente livre, mas carregada de rigor metodológico. Sumariamente, dialética, mas impreterivelmente racional. Ou seja, a própria academia enquanto campo de disputa pela superioridade de um determinado capital intelectual em detrimento de outras formas de saber se mostrou análogo, simbolicamente, aos “combates de guerrilha” (BURAWOY, 2010, p. 38). Isso

demonstra que o pensamento de Pierre Bourdieu não foi facilmente aceito, porém se mostrou, metodologicamente, um caminho possível.

A Sociologia Reflexiva de Pierre Bourdieu

Os princípios metodológicos de Pierre Bourdieu permitem trafegar em diversas áreas do saber com intuito de compreender as estruturas que formam a sociedade, partindo do pressuposto que é praxiológico, sistêmico e relacional. Entretanto, isso não quer dizer que se dispense o rigor teórico-metodológico, pelo contrário, requer, para tanto, mais atenção para não se perder nas diversas conexões sociais, históricas e teóricas em que os objetos e os sujeitos coexistem.

Nesse sentido, requer ao pesquisador consciência e clareza investigativa, reconhecendo que o próprio pesquisador não parte de uma neutralidade, se fazendo necessária uma vigilância científica para romper com o senso comum e desvelar o processo de naturalização da dominação em que tanto o pesquisador, quanto os sujeitos da pesquisa, estão submetidos.

A construção da epistemologia bourdieusiana foi quase que um processo metalinguístico do seu próprio percurso teórico-metodológico, onde o próprio autor vivenciou as tensões, relações e contradições acerca da compreensão da realidade a partir da temporalidade e dos contextos histórico-sociais em que ele, Pierre Bourdieu, viveu ao longo de sua vida e de sua trajetória acadêmica. Por esta razão, Wacquant (2006) considera, ao rever a trajetória de Bourdieu, que ele “pensava tanto *com* as principais correntes teóricas da sua juventude como *contra* elas” (p. 16 – destaque no original). Neste viés, a proposta de Pierre Bourdieu não é linear, mas espiral, perpassando

as contradições e as mudanças no campo científico e acadêmico que ele próprio vivenciou.

A epistemologia desenvolvida por Pierre Bourdieu é resultado, em parte, das variadas vivências acadêmicas, das diversas experiências sociais e dos distintos campos científicos em que ele investigou. Também é preciso considerar as influências na trajetória acadêmica desse estudioso que na juventude atuou como filósofo, posteriormente como antropólogo e já ao fim como sociólogo. É válido destacar ainda que ele era um ávido fotógrafo, o que segundo Wacquant (2006) e Peters (2017a), foi imprescindível para fazê-lo migrar da *observação participante* à “*objetivação participante*” (BOURDIEU, 1989, p. 51), ou seja, as fotografias o ajudaram a aguçar a percepção “etno(socio)lógico” (*sic*) (PETERS, 2017a, p. 293) da realidade social, apreendendo na forma estética e objetiva as relações que se estabelecem em uma determinada sociedade.

Os autores Wacquant (2006) e Peters (2017a) defendem que o uso da fotografia por Pierre Bourdieu favoreceu a ele um relativo distanciamento do objeto de investigação e também conseguiu captar visivelmente os detalhes corriqueiros que estruturam a vida cotidiana, que por estarem congelados em uma imagem fornecia uma perspectiva sobre as relações sociais. Dessa forma, era possível olhar para a realidade com certo grau de sensibilidade e cientificidade, favorecendo a compreensão das formas estruturais da sociedade e de que forma se estabelece as relações sociais de um grupo, fomentando um novo prisma de análise daquilo que por ser tão evidente e corriqueiro não estava sendo notado ou estudado. Então, o recurso fotográfico era um outro olhar para se contrapor às percepções empíricas daquilo que se vê a olho nu, e sendo assim, favorecer uma abordagem mais dialética em que se permitisse a compreensão da realidade por detrás do visível.

O resultado estético e metodológico dessa formação diversificada e desses distintos olhares foi a consolidação de uma análise que favoreceu à compreensão de “uma multifacetada dialética das estruturas sociais e mentais no processo de dominação” (WACQUANT, 2002, p. 98). Para esse autor, é exatamente por causa dessa diversidade de olhares e referenciais teóricos que Pierre Bourdieu construiu uma epistemologia própria com especificidades peculiares, culminando em uma metodologia de investigação que dialoga com várias outras áreas do saber, sendo assim:

Ele procedeu no sentido de combinar em sua prática de pesquisa o racionalismo de Bachelard e o materialismo de Marx com o interesse neokantiano de Durkheim pelas formas simbólicas, a visão agonística de Weber sobre os *Lebensordnungen* em competição com as fenomenologias de Husserl e Merleau-Ponty (WACQUANT, 2002, p. 98).

A partir desta diversidade de possibilidades de diálogos é que Pierre Bourdieu construiu seus princípios metodológicos, favorecendo um conhecimento sem amarras intelectuais e aberto às diversas influências teóricas com fins a compreender o funcionamento prático da realidade social, histórica e cultural de uma determinada sociedade. Para tanto, o percurso metodológico utilizado e proposto por Pierre Bourdieu se insere no campo da *Sociologia Reflexiva*, como ele próprio referenda (BOURDIEU, 1989). Nesse percurso não se admite a noção de neutralidade investigativa, pois na concepção dele, toda prática científica pressupõe algum interesse e todo pesquisador é produto do mundo social (BOURDIEU, 1989).

A proposta de uma *Sociologia Reflexiva* se deve, sobretudo, ao que o próprio Bourdieu (2001a, p. 07)

considera como análise sociológica, em que propõe que “a crítica epistemológica não se dá sem uma crítica social”. Nesse sentido, tentar compreender uma realidade social requer uma leitura da própria condição do pesquisador enquanto sujeito social, entendendo, para tanto, que toda realidade é socialmente construída, historicamente partilhada e potencialmente cognoscível. Por essa razão, na lógica bourdieusiana a maneira de fazer ciência, especialmente no campo da sociologia, é por meio de uma análise das estruturas e das representações sociais estampadas no cotidiano.

Pierre Bourdieu (2004, p. 32) chegou a comparar a luta científica para estabelecer seus princípios metodológicos como “uma luta armada” fazendo menção a uma extrema violência simbólica em que está posto a discussão acerca das estruturas de dominação intelectual na sociedade moderna. O termo ‘violência simbólica’ na perspectiva bourdieusiana refere-se ao processo de dominação de uma classe sobre outra no intuito de tornar legítimo algum discurso ou prática (BOURDIEU, 1989). Neste sentido, Burawoy (2010, p. 26), ao analisar a lógica bourdieusiana, considera que “a sociologia que aplicamos aos demais objetos precisa ser aplicada – igualmente e justamente – a nós mesmos”, o que evidencia a não possibilidade de neutralidade científica e a necessidade de uma *Sociologia Reflexiva* que consiga compreender as formas estruturais da sociedade moderna, contrapondo assim as outras formas de análise da sociedade vigentes até então, especialmente no campo da Sociologia.

A proposta metodológica de Bourdieu é praxiológico, sistêmico e relacional (BOURDIEU, 1989; 1996); (SETTON, 2010); (CAVALCANTE, 2017). Praxiológico, pois parte-se da lógica da *práxis*, o que remete a uma noção da prática reflexiva da realidade e de uma crítica teórica

acerca da atividade humana em sociedade. Sistêmico, pois os agentes sociais estão inseridos em um sistema que se integra e interage às mais diversas esferas da vida cotidiana. Relacional, pois as ações dos agentes não se dão de forma desconexa de outras instâncias formativas, sociais e históricas, e sendo assim, a compreensão da realidade não pode ser apreendida como fato isolado de sua própria historicidade coletiva. A partir dessas especificidades, Wacquant (2006) e Peters (2017a) defendem que Pierre Bourdieu valeu-se de uma *Etno-Sociologia*, fazendo menção à *Etnografia* tão comumente utilizada no campo da Antropologia, mas agora adaptada aos moldes da Sociologia bourdieusiana.

Ao analisar os estudos de Pierre Bourdieu é fundamental resgatar as influências, contribuições e distinções do mesmo em relação aos autores clássicos da Sociologia, a saber: Max Weber (1864-1920), Émile Durkheim (1858-1917) e Karl Marx (1818-1889). Entendendo, assim como Burawoy (2010), Setton (2010), Peters (2017a) e Cavalcante (2017), que muito do que Pierre Bourdieu sistematizou e avançou em termos de epistemologia deriva das leituras dos autores clássicos da Sociologia, sendo, portanto, necessário um breve resgate de tais influências para a compreensão adequada do que se propõe o pensamento de Pierre Bourdieu. O próprio Pierre Bourdieu explicita parte dessas influências nas obras: *Lições de aula* (2001a), *O poder simbólico* (1989) e *Razões práticas* (1996).

A proposta de Pierre Bourdieu se constituiu sob o empenho de se compreender o *como se compreende* os objetos e os sujeitos de investigação, isto é, como se dão as relações práticas de uma determinada realidade social. Nesse aspecto, o pensamento bourdieusiano se aproxima conceitualmente dos pressupostos teóricos de Max Weber (1982), onde a proposta não é apenas explicar um determinado fenômeno, mas sim compreender o sentido de

determinada ação social. O termo ‘sentido’, na compreensão weberiana

é o responsável pela unidade do processo de ação e é somente através dele que poderemos apreender os nexos entre os enlaces significativos de um processo particular de ação e reconstituir tal processo numa unidade (AMORIM, 2001, p. 75).

Logo, o motivo e o sentido são os fundamentos da ação social, o que constituiu o núcleo do *método compreensivo* desenvolvido por Max Weber. Então, para se compreender determinada sociedade é preciso compreender como se dão as relações sociais. É neste espaço que ambos os autores apresentam certa convergência teórico-metodológica. Neste viés, Scartezini (2011) afirma que ao pesquisar usando Pierre Bourdieu como base metodológica “o cientista deve ter uma postura ativa e sistemática, construindo o objeto como um sistema coerente de *relações*” (p. 28 – destaque no original). Por esta razão, pensamento bourdieusiano é considerado praxiológico, sistêmico e relacional, sendo elementos histórico-sociais indissociáveis daquilo que o constitui como uma realidade.

Na concepção weberiana, assim como na percepção de Pierre Bourdieu, a análise científica deve estar centrada nos atores e em suas ações, entendendo que é nesse cenário social que se desenha os tipos de poder e as estruturas de dominação, objeto de investigação tanto de Marx Weber como também de Pierre Bourdieu. Para tanto, Pierre Bourdieu avança ao propor uma metodologia que integre os agentes aos seus respectivos coletivos sociais em que estão submetidos para, então, compreender como se estabelecem as disputas, as contradições, a dominação, a classificação e as regras do jogo. Portanto, é fundamental para uma análise a partir de Pierre Bourdieu que se considere as relações sociais

e as ações coletivas. Endossando tal perspectiva, Scartezini (2011, p. 32) afirmar que:

Para conferirmos maior verdade ao projeto científico é necessário analisar o objeto relacionando-o sempre com aquilo o que há ao seu redor, com as condições objetivas de sua existência, pois ele nada é fora de sua interação com o todo.

Para Scartezini (2011), Pierre Bourdieu estava mais interessado em estudar exaustivamente o conjunto social e histórico que constituem os objetos de investigação ou os sujeitos da pesquisa, do que pormenorizar as particularidades isoladas destes. Neste viés, a epistemologia bourdieusiana está intimamente relacionada à esfera social e histórica, necessitando, impreterivelmente, de uma leitura praxiológica, sistêmica e relacional da realidade. Por essa razão, Cavalcante (2017, p. 116) considera que nos estudos de Pierre Bourdieu é quase impossível “distinguir os sujeitos de sua realidade objetiva bem como supor que eles dispõem de pura autonomia”. Essa também é a percepção de Wacquant (2002), em que considera que o modo científico de Pierre Bourdieu se assemelha a uma teia, com diversas ramificações indissociáveis que se relacionam conceitualmente e socialmente.

A metodologia de Pierre Bourdieu privilegia o princípio da *não consciência*, ou seja, ele entende que um determinado fenômeno social depende totalmente das tramas e dos dramas que se inseriram nas relações históricas e sociais dessa referida realidade e que, portanto, estão em constante mutação, disputa e conflito. O que mais uma vez demonstra que a metodologia proposta por ele é praxiológico, sistêmico e relacional, pois a análise teórica é indissociável dos elementos sociais que o rodeiam e o constituíram socialmente. É nesse aspecto que a metodologia de Pierre Bourdieu se contrapõe ao princípio

de *consciência coletiva* defendido por Émile Durkheim (2007, p. 15), o que em certa medida é uma herança do *estruturalismo*, em que considera “os fatos sociais como coisas”, ou seja, as estruturas sociais já estão dadas e são externas, coercitivas e gerais aos indivíduos, entendendo que a sociedade, em suas instâncias socializadoras, sempre prevaleceram sobre o indivíduo. Entretanto, Pierre Bourdieu não comunga desta forma de percepção formativa, pois para ele as relações estão em disputa.

A partir desta discrepância na concepção da *consciência coletiva* ou da *não consciência*, é que poderia ser Pierre Bourdieu confundido como um *pós-estruturalista*, pois ele dá excessiva atenção aos elementos que estruturam o cotidiano e que constituem a cultura, dando relativa plasticidade às estruturas sociais, o que contrapõe a alguns aspectos defendidos por Émile Durkheim. Contudo, rotulá-lo de *pós-estruturalista*, ao que parece, não seria uma designação adequada tendo em vista a trajetória metodológica proposta por Pierre Bourdieu, pois por mais que ele considerasse a realidade como uma construção histórico-social, porém, na percepção dele, a realidade não é plenamente subjetiva e nem totalmente intangível, mas também apresenta aspectos concretos e objetivos, ainda que não perceptíveis à maioria das pessoas, sendo que esses aspectos concretos e objetivos estão em constante relação sistêmica com a prática social e a realidade coletiva.

Para Bourdieu, as estruturas sociais estão sim em constante mudança a partir das relações sociais, mas ele também considera que, por vezes, o *modus operandi* permanece inalterado favorecendo uma reprodução social e cultural, especialmente no que se refere à manutenção do poder e da dominação, ou seja, o visível muda para não se mudar a essência. Na tentativa de clarificar esse processo, o autor publicou duas obras: *A reprodução* (1992) e *Os herdeiros*

(2014). Contudo, contraditoriamente, é por causa dessas duas referidas obras que alguns vão, precipitadamente, categorizá-lo como adepto da *Sociologia da Reprodução* (*Reprodutivíssimo*) e, então, o rotulam como um teórico da reprodução da ordem, o que não reflete com exatidão a abrangência e a proposta de Pierre Bourdieu.

Pierre Bourdieu também dialoga com os pressupostos metodológicos de Karl Marx (1818-1889), especialmente se forem levados em consideração o *Materialismo Histórico-Dialético*, que é um método de interpretação e cosmovisão da realidade a partir das implicações da *práxis*, isto é, da articulação da prática à teoria e da teoria à prática. Sendo que tal percepção é desenvolvida através de *abstrações* do pensamento e da atividade prática. O *Materialismo Histórico-Dialético*, enquanto método tem como principal característica analítica o movimento do pensamento que perpassa pela materialidade histórica da vivência coletiva em sociedade. Daí a aceitação do princípio da contradição, que parte do estado empírico, passa pelo abstrato e se mostra visivelmente no concreto.

No que se refere à parte *Histórico-Dialética*, relativamente, se está em convergência com o pensamento praxiológico, sistêmico e relacional de Pierre Bourdieu, pois se entende que a realidade é socialmente construída e está em constante contradição e disputa social. Entretanto, as proximidades se limitam a esta perspectiva, pois o pensamento de Bourdieu se distingue da concepção marxista essencialmente no que se refere à questão do *Materialismo*, pois na lógica bourdieusiana há um extrapolar da concepção de Marx e Engels de vinculação do social condicionado, unicamente, ao processo produtivo/econômico de disputa de classe pelo capital, como se evidencia na obra *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (2008). Pierre Bourdieu levou a análise da sociedade para o campo das perspectivas de dominação e das práticas simbólicas veladas,

que são reforçadas pelos discursos e pelas práticas do cotidiano, ou seja, ele trouxe a discussão científica acerca da compreensão da realidade para perto de uma lógica metodológica que vai além de uma luta de classe, especialmente a partir de um olhar exclusivamente materialista.

É válido considerar que na perspectiva teórica de Marx e Engels o econômico e o material se fazem central e indispensável como processo metodológico de análise. Contudo, no decorrer do desenvolvimento do próprio marxismo em sua conjuntura mais ampla, o cultural e o simbólico passaram a ser considerados como de grande importância nas relações sociais, como se observa nos textos de Antonio Gramsci, da Escola de Frankfurt (Theodor W. Adorno, Max Horkheimer, Jürgen Habermas, Herbert Marcuse, Walter Benjamin) e da Escola de Birmingham (Richard Hoggart, Raymond Williams e Stuart Hall).

Pierre Bourdieu não ignora o fator econômico e materialidade da vida moderna, que é majoritariamente capitalista, porém na percepção dele (2004; 2011a), cada pessoa é fruto de conexões limitadas que se impõem simbolicamente, socialmente, culturalmente, historicamente, intelectualmente e, também, economicamente. Então, na metodologia bourdieusiana há outras dimensões da vida social que rompem com uma análise estritamente econômica e material. Para ele, o simbólico ocupava um lugar de especial atenção, pois na lógica bourdieusiana as estruturas de poder, as regras do jogo e a dominação são, essencialmente, simbólicas, mas nem por isso menos opressoras ou menos classificatórias. Entende-se que é nesse duelo de campos que os agentes sociais se encontram em um processo de constante mutação, conflito, contradição e disputa, sendo por vezes violentados simbolicamente para se adequarem ou se beneficiarem das práticas aceitas como legítimas.

Na concepção de Pierre Bourdieu (2004), o cientista social possui um importante papel na sociedade, pois pode trazer à luz as estruturas simbólicas que legitimam os *habitus* e o *ethos* de uma determinada realidade já naturalizada ou velada no senso comum. Para ele, o desafio da pesquisa não é achar algo que estava escondido ou invisível, mas sim compreender as estruturas que cegaram os olhos daqueles que não conseguiam ver a realidade como ela é. Para tanto, Bourdieu (2001a, p. 31) considera que o desafio é “produzir à luz do dia a verdade”, e assim, fazê-la ser reconhecida.

O processo investigativo, na lógica bourdieusiana, não se dá na busca do ineditismo científico ou no isolamento do objeto ou do sujeito, mas sim em compreender as práticas sociais usuais que amoldam o cotidiano e criam as estruturas simbólicas que estabelecem a ordem das coisas, das subordinações e das estruturas de dominação. Por esta razão, Wacquant (2002, p. 100), destaca que:

Bourdieu concebia uma Ciência Social unificada como um ‘serviço público’ cuja missão é ‘desnaturalizar’ e ‘desfatalizar’ o mundo social e ‘requerer condutas’ por meio da descoberta das causas objetivas e das razões subjetivas que fazem as pessoas fazerem o que fazem. E dar-lhes, portanto, instrumentos para comandarem o inconsciente social que governa seus pensamentos e limita suas ações, como ele incansavelmente tentou fazer consigo próprio.

No intento de construir uma epistemologia que apresentasse rigor, porém não rigidez ou engessamento científico, Pierre Bourdieu, então, desenvolveu conceitos essenciais que por fim estabeleceram seu próprio percurso teórico-metodológico, a saber: *habitus*, *Teoria Geral dos Campos*, capital, dominação, poder simbólico, violência simbólica, trocas simbólicas e reprodução. Sendo que tais categorias servem de indicativos e parâmetros que

convergem para sustentar a abordagem epistemológica bourdieusiana, que tem por objeto de investigação “o jogo da manutenção e ou subversão das estruturas sociais de dominação” (SETTON, 2010, p. 21). Esta também é a percepção Burawoy (2010), que considera que a questão central que perpassa toda obra de Pierre Bourdieu é a temática do “desmascaramento da dominação” (p. 26), sobretudo da dominação simbólica.

Principais categorias de análise em Pierre Bourdieu

O conceito de *habitus* em Bourdieu é importantíssimo para a compreensão das práticas assimiladas como legítimas e ilegítimas em uma determinada sociedade e em um determinado tempo histórico. Para Pierre Bourdieu (1996) “os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas” (p. 22). Desta forma, *habitus* é um conjunto de conhecimentos e disposições sociais adquiridos e incorporados ao longo do tempo que constitui uma identidade. Pode-se, então, entender por *habitus* o resultado das interações, perceptíveis ou não, que definem a forma de ser do indivíduo em uma determinada sociedade. Para tanto, Bourdieu critica a formação das escolhas pessoais, o gosto por, os discursos, e as formas de comunicação/expressão como construtos sociais herdados e reafirmados pelas instituições reguladoras ou instâncias socializadoras, a saber: a escola, a família, a mídia, o trabalho e a religião.

Pierre Bourdieu (2003) diferencia *habitus* de hábitos. Para ele, os hábitos estão mais associados às práticas sociais mecanicistas e repetitivas, portanto, meramente reprodutivas por si e em si mesmas; De contrapartida, os *habitus* estão associados às práticas intencionalmente estruturadas e propositais em um determinado grupo,

portanto, mais que reprodutivas, são produtoras de cultura, símbolos e de categorias, sendo assim refletem hierarquias de poder e dominação.

O conceito de campo em Bourdieu (2003; 2004; 2007) representa os espaços de dominação e conflitos entre os grupos sociais e as disputas entre as diferentes culturas e subculturas. O campo é entendido como um espaço relativamente autônomo (BOURDIEU, 1989; 2005), com regras próprias e onde os sujeitos se encontram em disputa pelo que Scartezini (2011, p. 33) chamou de “monopólio da autoridade”. Para Pierre Bourdieu (2003; 2008), os agentes nesses campos estão em constante subversão entre si com o intento de classificar, desclassificar e reclassificar seus próprios padrões sociais como legítimos. Na perspectiva de Pierre Bourdieu (2004, p. 29), “Qualquer que seja o campo, ele é objeto de luta tanto em sua representação quanto em sua realidade”, demonstrando mais uma vez que o pensamento bourdieusiano é praxiológico, sistêmico e relacional.

Para que se hajam condições de sobrevivência e de disputa nesses campos, segundo Pierre Bourdieu, é preciso que se conheçam as estratégias de campo, ou seja, é preciso conhecer quais os valores, ideias, ideologias, utopias, credences, medos, intentos, omissões, discursos, verdades e mentiras em cada diferente campo para, então, ter condições de jogar e disputar espaço nos campos que legitimam os padrões sociais. Então, de forma clara, o campo é o lugar de luta concorrencial, como define Bourdieu (2003; 2005; 2008) e Scartezini (2011).

Bourdieu (1989), ao descrever sobre a *Sociologia Reflexiva* considera ser central a noção de campo, pois é a partir dessa concepção conceitual que se dará a construção do objeto e que se vai orientar as etapas da pesquisa. Nesse viés, saber identificar os campos em que os sujeitos da pesquisa se inserem se torna imprescindível para análise da

realidade que se está investigando, assim como se torna essencial para se compreender as estruturas simbólicas de poder e dominação que ordenam as relações sociais de um determinado grupo.

Burawoy (2010, p. 16) ao analisar os estudos de Pierre Bourdieu considera ser importante a compreensão das estratégias de jogo de dominação que se dá no interior dos campos, pois “os dominados jamais entenderam as origens e a condição de sua dominação”. Cabe aos intelectuais e aos cientistas sociais investigar o funcionamento das hierarquias de poder, de dominação e de estabelecimento das diferenças sociais, desvelando como estas se articulam no cotidiano das pessoas classificando-os e subordinando-os.

Pierre Bourdieu (2003) acreditava que não havia apenas o capital econômico como forma de capital, isto é, expressão de troca de valor extrínseco. Por isso, ele concebeu outras noções e formas de capital, a saber: capital cultural, capital social, capital intelectual. O capital intelectual refere-se à instrução acadêmica e ao nível de conhecimento formal. O capital social refere-se à rede de relacionamentos de cada pessoa. O capital cultural é o resultante da interação de todos os capitais que define o *ethos* de cada pessoa em um determinado grupo social. Segundo Burawoy (2010, p. 37), “o capital é possuído e acumulado pelos agentes durante suas lutas competitivas”. Portanto, quanto maior e mais diversificados forem os capitais acumulados, mais condições de vencer o jogo de dominação esses terão.

Na percepção de Bourdieu (2008, p. 296) capital refere-se às posses que define o pertencimento de um sujeito em um determinado grupo, “cuja distribuição determina a posição nas relações de força constitutivas do *campo do poder*” - grifo no original. Dessa forma, os diferentes tipos de capitais contribuem para que haja

distinção entre os jogadores de um determinado campo, legitimizando as práticas de um determinado grupo e favorecendo o processo de dominação. Logo, a noção de capital em Bourdieu é um instrumento de classificação, desclassificação e reclassificação.

O processo de dominação para Pierre Bourdieu é essencialmente simbólico. Neste sentido, a noção de violência simbólica foi uma das grandes denúncias sociais feitas por Bourdieu (1989) em sua literatura. O termo ‘violência simbólica’ refere-se ao processo em que se dá a castração simbólica das personalidades e personalidades, condicionando as pessoas a um padrão coletivo considerado aceitável e legítimo, por vezes, esse é o padrão da classe dominante que se impõem sobre outros grupos e culturas minoritárias ou marginalizadas.

Nesse sentido, a violência simbólica é uma estratégia de campo que produz, intencionalmente, a inferiorização e a marginalização de alguns para se obter poder e dominação sobre esses. A violência simbólica é, por vezes, imperceptível e velada, apesar de compor o discurso oficial e as práticas oficiais, isso porque geralmente tais padrões já estão naturalizados no cotidiano e na cultura, conforme considera Bourdieu (2002). Por essa razão, Cavalcante (2017) considera que não basta romper com o senso comum que mantém as estruturas funcionando como tal, mas é necessária uma ruptura dos padrões que a constituíram, sendo que o próprio Bourdieu (1989, p. 34) indica que uma das formas mais eficazes e científica de se fazer isso é inquietar-se a partir de uma “dúvida radical”.

Na perspectiva de Burawoy (2010), um dos grandes desafios para a compreensão e assimilação do pensamento de Pierre Bourdieu na esfera pública é o fato de que as classes dominantes não têm interesse em saber acerca da sua própria dominação simbólica, embora compreendam em termos

práticos o funcionamento estratégico dessa relação de poder. Em contrapartida, segundo Burawoy (2010, p. 20) as classes dominadas não conseguem perceber sua submissão. Neste sentido, há um espaço investigativo que carece de uma metodologia científica específica que contemple a análise social dessa dominação simbólica “que torna as classes dominadas totalmente surdas às revelações da sociologia”. É exatamente neste abismo das obviedades desconhecidas que Pierre Bourdieu constrói seus princípios metodológicos.

Considerações finais

A análise praxiológica, sistêmica e relacional proposta por Bourdieu mostrou ser uma possível metodologia de análise da realidade social. Dessa forma, essa metodologia se colocou em disputa por legitimização em busca de uma epistemologia que denunciasse o próprio monopólio da autoridade científica (BURAWOY, 2010) (SCARTEZINI, 2011) (CAVALCANTE, 2017).

Pierre Bourdieu traz essa discussão à tona na obra *Homo Academicus* (BOURDIEU, 2011b), onde faz uma análise crítica do campo acadêmico denunciando que muitos intelectuais e as próprias estruturas acadêmicas estavam a serviço do poder, das elites e do engessamento metodológico. Por essa razão, houve e, ainda há, resistência em legitimar o pensamento de Pierre Bourdieu, pois a própria estrutura científica, como parte estrutural das relações sociais de um grupo, também está submissa a uma lógica de dominação, exploração e distinção na esfera social.

Por fim, a proposta de epistemologia desenvolvida por Pierre Bourdieu consegue apreender, com certo grau de nitidez, a lógica de classificação intrínseca nas relações sociais modernas, desvelando as estruturas de dominação que perpassam pelas entranhas da vivência do cotidiano.

Então, compreender o *habitus*, o *ethos*, os tipos de capital, a lógica do campo e a função regulatória da violência simbólica, entre outras categorias bourdieusiana, fornece instrumentos e princípios metodológicos que ajudem a captar o evidente, mas quase sempre não perceptível, exatamente por estar evidente ou naturalizado.

Referências

- AMORIM, Aluizio Batista de. *Elementos de sociologia do direito em Max Weber*. Florianópolis: Insular, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos 2*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001b.
- BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011b.
- BOURDIEU, Pierre. *Lições de aula*. São Paulo/SP: Ática, 2001a.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel: 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2011a.
- BOURDIEU, Pierre. *Os berdeiros: os estudantes e a cultura*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

- BOURDIEU, Pierre. *Para uma Sociologia da Ciência*. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Lisboa: Fim de Tempo, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre; BOLTANSKI Luc. La production de l'idéologie dominante. *Actes de la recherche en sciences sociales*. pp. 3-73, vol. 2, n. 2-3, juin 1976.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 3 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- BURAWOY, Michael. *O marxismo encontra Bourdieu*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2010.
- CAVALCANTE, Cláudia Valente. A teoria da prática e a sociologia reflexiva de Bourdieu: uma abordagem para se pensar a realidade e o método de pesquisa. In: PAIVA, Wilson Alves de (org). *Reflexões sobre o método*. Curitiba: CRV, 2017.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo editorial, 2008.
- PETERS, Gabriel. A ciência como sublimação: o desafio da objetividade na sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu. *Revista Sociologias*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, ano 19, n. 45, pp. 336-369, mai/ago, 2017b.
- PETERS, Gabriel. De volta à Argélia. A encruzilhada etnossociológica de Bourdieu. *Revista Tempo social*. São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, vol. 29, n. 1, pp. 275-303, 2017a.
- SCARTEZINI, Natalia. Introdução ao método de Pierre Bourdieu. *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*.

São Paulo: Universidade Estadual Paulista - UNESP, n. 14 e 15, pp. 25-37, 2011.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Processos de socialização, práticas de cultura e legitimidade cultural. *Revista Estudos de Sociologia*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista – UNESP, v. 15, n. 28, pp. 19-35, 2010.

WACQUANT, Loïc. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná - UFPR, n. 19, pp. 95-110, nov, 2002.

WACQUANT, Loïc. Seguindo Pierre Bourdieu no campo. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná - UFPR, n. 26, pp. 13-29, jun, 2006.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. H. H. Gerth e W. Mills (orgs). 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

O ATO EDUCATIVO: UMA PESQUISA A PARTIR DOS ESCRITOS DE PAULO FREIRE

Dalcivane da Costa Reis Victor¹

Dayane da Silva Resende²

Fernanda Galdino da Silva³

Adevane da Silva Pinto⁴

Resumo: O presente trabalho configura-se como um ensaio teórico. Analisa alguns efeitos do agir do professor, tendo por foco a obra *Pedagogia da Autonomia* de Paulo Freire. Busca instigar professores e alunos para que suas práticas educativas se efetivem no âmbito de uma educação transformadora e emancipatória. O exercício da análise, reflexão e ação apresentado, frutos da escolha de uma das obras desse educador, exigiu o anúncio da posição que a autora assume quando se acerca do campo da educação, especialmente do que acontece ou deveria acontecer em escolas. Após desenhar os principais contornos, o trabalho configura a educação como um direito, um acontecimento ético e político pelo qual as gerações mais jovens acolhidas pelas mais velhas possam ter condições de manter criticamente e renovar a herança simbólica comum e pública. O agir do professor deve configurar-se por esse modo de compreender e produzir seus atos educativos para que estes se consolidem como um processo de construção do conhecimento e principalmente como transformadores e construtores de uma nova sociedade, mais justa e solidária. Conclui-se quanto à importância de os professores serem competentes,

¹ Discente do Curso de Pedagogia da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

² Discente do Curso de Pedagogia da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

³ Mestre em Ciências Ambientais pela UniEvangélica, Especialista Neuropedagogia e Gestão Ambiental, Graduada em Pedagogia e Geografia pela Universidade Estadual de Goiás. Professora e Coordenadora no Curso de Pedagogia da Faculdade Piracanjuba (FAP).

⁴ Mestre em Ensino de Ciências pela Universidade Estadual de Goiás, Especialista em Planejamento Educacional, Graduado em Pedagogia pela UniEvangélica. Professor no Curso de Pedagogia da Faculdade Piracanjuba (FAP).

sérios, e por inteiro, em quaisquer atos educativos, e assumam e analisem criticamente suas posições, crenças e incompletudes para que assim possam formar-se e formarem novos indivíduos, quando se envolverem em quaisquer atos educativos, na escola ou fora dela. São indicadas as diversas limitações do presente ensaio e sugerida a leitura das obras de Paulo Freire, especialmente para professores.

Palavras-chave: Paulo Freire. Educação. Ato Educativo. Professores.

Abstract: The present work is configured as a theoretical essay. It analyzes some effects of the teacher's actions, focusing on Paulo Freire's Pedagogy of Autonomy. It seeks to instigate educators and students so that their educational practices become effective within the scope of a transformative and emancipatory education. The exercise of analysis and reflection presented, fruits of the choice of one of the works of this educator, demanded the announcement of the position that the author assumes when it comes to the field of education, especially what happens or should happen in schools. After drawing the main outlines, the work configures education as a right, an ethical and political event by which the younger generations welcomed by the older ones can be able to maintain critically and renew the common and public symbolic heritage. The teacher's action must be configured by this way of understanding and producing his educational acts so that they are consolidated as a process of knowledge construction and mainly as transformers and builders of a new, more just and solidary society. We conclude that it is important for educators to be competent, serious, and fully, in any educational act, and to assume and critically analyze their positions, beliefs and incompleteness so that they can be formed and form new individuals, when they become involved in any educational acts, at school or outside. The various limitations of this essay are indicated and the reading of Paulo Freire's works is suggested, especially for teachers.

Keywords: Paulo Freire. Education. Educational Act. Teachers.

Introdução

Todo professor que está com os olhos atentos às práticas de ensino passa de maneira inevitável pelo desafio da escolha de um método de ensino que tem o objetivo de traçar a melhor proposta para que se alcance o processo de ensino aprendizagem de forma exitosa. Sob esse prisma, torna-se importante a compreensão do trabalho desenvolvido por Paulo Freire, suas obras e estudos que se referem aos métodos propostos por ele. Para um recorte mais preciso delineado por essa pesquisa será destacado aqui a obra *Pedagogia da Autonomia*.

O processo de aprender, na perspectiva freiriana, deve deflagrar no aprendiz uma curiosidade crescente, pois quanto mais criticamente se exerce a capacidade de aprender tanto mais se constrói e se desenvolve o que Paulo Freire chama de “curiosidade epistemológica”, sem a qual não se alcança o conhecimento cabal do objeto (FREIRE, 1996).

Essas ações e outras colocações despertam o interesse em debruçar na leitura e em uma reflexão/ação orientada pelos dizeres e fazeres do educador brasileiro, isto é, nas obras de Paulo Freire. Nesse sentido, a educação e suas dimensões são imprescindíveis ao ato educativo para que este promova modificações que caracteriza uma educação transformadora, o que é necessário para que os fazeres que acontecem na escola deixem de ser a expressão de uma relação empregatícia, e os professores assumam a posição de que suas práticas educativas são fundamentalmente de natureza ética e política no contexto escolar.

O objetivo deste trabalho é analisar as principais dimensões do ato educativo, tendo como arcabouço as obras de Paulo Freire, em especial a obra intitulada *Pedagogia da Autonomia*. Dessa forma, busca-se compartilhar e despertar o interesse de todos,

especialmente de alunos e de professores, acerca da importância do ato educativo e da inesgotável fonte de ensinamentos que a leitura das obras freirianas possibilitam. Instigar os leitores, especialmente os professores, a assumirem posturas que contribuam para que suas práticas educativas, formais e não formais, para a formação de cidadãos críticos e autônomos, capazes de transformarem a realidade social, bem como atuarem como profissionais com condições de estabelecerem qualidade que iluminem as condições nas quais trabalham é de fundamental importância no contexto educativo e social.

Portanto, busca-se aqui, contribuir para que professores passem a perceber e trabalhar na educação de forma diferente, entendendo o emaranhado de significados legitimados e necessários a serem postos em questão. Sendo assim, os tópicos trabalhados no presente ensaio podem incentivar a reflexão e a auto crítica, dos profissionais da educação assumindo, assim, posturas nas quais a educação seja produzida em contextos que favoreçam pensar e agir com vistas à transformação individual e social.

Este trabalho encontra-se organizado em seções que traçam um caminho do geral para o específico. Inicialmente, são apresentadas parte das contribuições de Paulo Freire, contextualizando o percurso de sua vida e produções, com o intuito de situar e caracterizar a obra. Posteriormente são apresentadas algumas características sobre o ato de educar, em sequência desenvolve-se um paralelo entre o ato educativo e sua prática nas reflexões e contribuições de Paulo Freire.

As colocações expressas neste trabalho pretendem contribuir para aqueles que atuam como professores ou venham a exercer esse ofício para que se sintam instigados a refletir e agir sobre suas práticas educativas e para que

analisem as características de uma educação transformadora, como idealizada por Paulo Freire.

Alguns aspectos da vida e das obras de Paulo Freire

Um dos maiores educadores brasileiros até hoje e respeitado mundialmente, a produção de Paulo Reglus Neves Freire, mais conhecido como Paulo Freire, nasceu em Recife, em 1921. Segundo Britto e Fávero (2002), Freire diplomou-se em Direito (1946), mas desistiu logo desta prática, tornando-se, em 1947, Diretor do Setor de Educação e Cultura do SESI (Sistema Social da Indústria) de Pernambuco, onde em seguida assumiu a Superintendência da Instituição. Atuou como professor de Filosofia da Educação na antiga escola de Serviço Social de Recife, tendo concorrido para o provimento da cadeira de História e Filosofia da Educação da antiga escola de Belas-Artes de Pernambuco para o qual acabou não sendo indicado.

Em 1960, Paulo Freire participou da criação do Movimento de Cultura Popular de Recife, tendo sido incumbido de dirigir a Divisão de Pesquisas da entidade. Dois anos depois assumiu a direção do serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife. Contudo, foi em 1961, que as suas primeiras experiências com vistas ao processo de elaboração de um método de alfabetização, ocorreram no Poço da Panela, local em que funcionava um dos Centros de Cultura. Entre 1962 e 1963, Paulo Freire orientou a equipe de coordenação dos trabalhos realizados na Paraíba, em São Paulo e no Rio Grande do Norte. A experiência que aconteceu neste estado culminou em uma ampla campanha publicitária e promoveu a divulgação do Método Paulo Freire pelo Brasil e no exterior. Segundo Britto e Fávero (2002) as proposições teóricas desse educador consolidaram-se entre 1961 e 1963, ao longo de

suas atividades no Movimento de Cultura Popular e no serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife.

Em 1963, Paulo Freire foi convidado e aceitou integrar a comissão de conselheiros do Conselho Estadual de Educação do Estado de Pernambuco. Em meados desse ano, foi designado pelo Ministro da Educação, Paulo de Tarso Santos, para presidir a Comissão Nacional de Cultura Popular (BRITTO e FÁVERO, 2002).

Suas primeiras experiências no campo educacional foram marcadas, sobretudo pelo trabalho que desenvolveu junto à educação de jovens e adultos. Nesse mesmo ano (1963), Paulo Freire ensinou trezentos adultos a ler e a escrever em quarenta e cinco dias. O método de alfabetização que propôs foi adotado em Pernambuco, estado reconhecido por ser produtor de cana-de-açúcar, acentuando-se assim a marca de seu trabalho junto aos pobres.

Em 1964, ele assumiu a coordenação do Programa Nacional da Alfabetização, sob coordenação do Ministério da Educação. Mas com o golpe militar, em 1964, Freire foi acusado de pregar o comunismo, sendo obrigado a sair do Brasil, na condição de exilado. O período de exílio foi utilizado pelo educador para produzir, tendo, e aproveitado para concluir a redação e desenvolvido trabalhos relacionados à educação de jovens e adultos analfabetos. Vinculou-se em Santiago, no Chile, ao Instituto de Pesquisa e Treinamento em Reforma Agrária, trabalhando também no Escritório Especial para Educação de Adultos. Lecionou na Universidade Católica e assumiu na época o cargo de consultor da UNESCO (BRITTO e FÁVERO, 2002).

Em 1968, publica uma das obras consideradas por alguns críticos e seguidores como a mais importante: *Pedagogia do Oprimido*. Este livro registra, segundo Britto e Fávero (2002, p. 8):

[...] os resultados de uma persistente e intensa reflexão sobre suas práticas e sobre as orientações do processo educativo. Estuda a relação entre opressores e oprimidos, analisa as dimensões políticas da educação e apresenta suas propostas para uma educação libertadora, em oposição àquilo que denominou de educação bancária, domesticadora [...] documenta uma significativa evolução nos quadros teóricos de referência do educador.

Nessa obra, Paulo Freire apresenta suas reflexões acerca das práticas e regulações do processo produtivo, e analisa a relação entre opressores e oprimidos, destacando as dimensões políticas da educação e apresentando propostas para a educação libertadora, opondo-se a educação bancária, domesticadora (BRITTO e FAVERO, 2002).

Em 1969, Paulo Freire aceitou o convite para ser professor da Universidade de Harvard (USA). Em 1970, torna-se Consultor Especial do Departamento de Educação do Conselho Mundial das Igrejas e passa a desenvolver projetos e programas educacionais em países pobres da América, Ásia e África. Neste último continente, trabalhou na cidade de Guiné-Bissau e socializou em seus escritos essas experiências. Passou a colaborar com um grupo de educadores na criação do Instituto de Ação Cultural (Idac), do qual se tornou presidente (BRITTO e FÁVERO, 2002).

Sempre buscou centrar suas análises e reflexões acerca da educação, tomando a democracia como modelo político. Como descrito, em sua vida Paulo Freire não se limitou apenas em teorizar, mas buscou sempre se engajar discutindo a importância da autonomia e de uma consciência crítica para a sociedade e, sobretudo no âmbito educacional. “Os programas que propôs e suas ações educativas demonstram suas preocupações relativas à transformação social e construção de uma sociedade justa,

democrática e igualitária” (CÁTEDRA PAULO FREIRE, 2000/2008, p. 01). Devido a suas inúmeras contribuições, Paulo Freire tornou-se um Pedagogo Brasileiro de destaque, devido a seu compromisso com a sociedade, principalmente com as camadas populares.

A vida e obra de Paulo Freire harmonizam e convergem seu esforço para mudar as concepções educacionais visando a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária. Por isso, pode-se afirmar que Paulo Freire:

[...] revela dedicação e coerência aliados a convicção de luta por uma sociedade justa, voltada para o processo permanente de humanização entre as pessoas onde ninguém é excluído ou posto à margem da vida [...] provou que é possível educar para responder aos desafios da sociedade, neste sentido a educação deve ser um instrumento de transformação global do homem e da sociedade, tendo como essência a dialogicidade (CÁTEDRA PAULO FREIRE, 2000/2008, p. 01).

Por suas contribuições para o cenário educacional, que ganharam destaque não somente no âmbito nacional como também no internacional, Paulo Freire tornou-se o educador brasileiro mais reconhecido mundialmente. Suas ideias e proposições para a prática educativa foram e continuam sendo fruto de inúmeros estudos teóricos, exercendo sua influência e sendo admirado por sua paixão e compromisso com uma sociedade justa e democrática.

Um ponto de vista sobre o ato de educar

A palavra educação vem do latim, que significa tirar, desenvolver (SOARES, 1981, p. 65). No dicionário de Legislação de Ensino, associa o verbete ‘educação’ com

expressar a ideia de extrair de uma pessoa algo potencial e latente. É atividade criadora, que visa levar o ser humano a realizar suas potencialidades físicas, intelectuais, morais e espirituais. Também é descrito como um conjunto de processos através dos quais uma pessoa desenvolve capacidades, atitudes e outras formas de comportamento de valor positivo para a sociedade em que vive. Por conseguinte, cabe a educação, segundo esta perspectiva, desenvolver nos sujeitos suas potencialidades transformando-o e formando-o em um homem integral, de forma que este passe a contribuir positivamente na sociedade em que vive, sendo a educação responsável por desenvolver um sujeito ativo e consciente.

Todos parecem saber o que é educação, em seu sentido popular ou dicionarizado. Porém, ainda falta um entendimento claro acerca dos efeitos e características dessa mediação, dos sujeitos que fazem parte desta e da sua importância para o desenvolvimento de professores e alunos, enfim, para a formação de cidadãos. Alguns questionamentos são feitos, frequentemente, a esse respeito. Para que estes questionamentos sejam, pelo menos em parte, respondidos, torna-se fundamental a reflexão acerca de alguns apontamentos referentes ao ato educativo, não com o intuito de propor respostas corretas, mas sim com o de instigar à reflexão, de modo a que se possa contribuir para uma visão diferenciada acerca de como cada um tem para si o sentido dessa palavra, isto é, educação e por consequência, como opera os atos educativos sob sua responsabilidade.

Os atos educativos implicam em uma relação de acolhimento, de encontro, de respeito, de alegria, de esperança, de direito, porque sempre é um acontecimento. Entretanto, para que a prática docente seja realmente propiciadora de um acontecimento deve o educador refletir

continuamente suas ações, avaliando criticamente se os encontros que propicia aos alunos os ajudam.

Exercer a prática educativa exige por parte dos professores uma responsabilidade ética. A responsabilidade de ser professor ou de estar se tornando professor (em formação) é grande, pois por dever do ofício, lhes cabe a formação de sujeitos críticos, autônomos e também comprometidos com a sociedade que os cercam. Portanto, a tarefa docente deve ser compreendida como uma atividade de muita responsabilidade, porque por ela poderá ocorrer a transformação social. Torna-se fundamental que desde o início de sua formação escolar, o aluno tenha claro para si, que ele também faz parte do processo de produção do saber. O aluno não pode se perceber como simples receptor de conhecimentos.

Faz-se necessário a qualquer prática educativa, informal ou formal, que o professor não se veja como detentor do saber, como alguém acima de tudo e de todos, mas que entenda que o processo educativo integra o indivíduo na sua totalidade. Que é um processo contínuo de aprendizado. Freire (2006, p. 23) lembra-nos que “[...] quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado”.

Ensinar e aprender, então, não se deve dar pela quebra dos saberes de senso comum, mas sim pela e com a superação dos mesmos. É necessário que o professor desperte a curiosidade do aluno, fazendo com que ele próprio se critique. Tal processo acontece por atos educativos metódicos que imprimam rigor na relação com o objeto a ser conhecido.

Assim sendo, entende-se que o ato educativo se dá por meio de uma elaboração contínua do conhecimento acumulado, pelos sujeitos, por meio das reflexões críticas, sociais e históricas. Em quaisquer sociedades a educação

contribui para a formação de seus cidadãos críticos ou não, reflexivos ou não.

O ato educativo na perspectiva freiriana

Tendo como baluarte os estudos propostos por Paulo Freire é possível reafirmar, então, a educação como direito e capacitadora para outros direitos. O indivíduo tendo garantido efetivamente seu direito à educação, poderá ter uma formação mais crítica e participativa, e capaz de exercer seus direitos políticos, sociais e civis. Quando tal acontece, além de se integrar de forma crítica e ativa na sociedade, poderá contribuir para o enriquecimento dos saberes culturais.

Torna-se, por conseguinte, fundamental e de direito à educação para todos. Mas conceber a educação como um direito de todos não pode ser confundido com o simples fato da oferta da escolarização a todos, porque se reduz o sentido e deturpam-se os reais objetivos da educação. A escolarização é o primeiro e o mínimo direito a ser garantido.

Não se pode considerar, então, que os objetivos maiores da educação sejam oportunizados somente pela simples oferta da escolarização. Não é porque um aluno esteja frequentando a escola que se possa afirmar que ele esteja tendo direito à educação. Muitas vezes a escolarização não atende aqueles objetivos educacionais que se observa apoiados em Paulo Freire. Não propiciam o desenvolvimento das capacidades humanas, nem instigam os educandos a refletir, a buscar o novo e a se apropriarem criticamente dos saberes culturais.

A prática deve ser verdadeira. Não permite duplicidade, nem contradições entre o dizer e o fazer. Cada professor deve levar sua formação a sério, desde a inicial. A preocupação com esta, denota a consciência do

inacabamento e da responsabilidade ética do exercício profissional. Porque esta, forma e transforma, os outros e a si mesmo, como reiteradas vezes advertiu Paulo Freire (2001; 2004; 2006).

A prática docente deve impregnar-se de respeito, visto que ela se compõe do anseio vivo de competência do docente e dos discentes e dos seus sonhos. A obra *Pedagogia da Autonomia* trás relevantes concepções nela reafirmadas pelo autor acerca do ato educativo, onde busca fazer com que os educadores reflitam, valorizem e respeitem a cultura, os conhecimentos e a individualidade dos alunos, visando formar indivíduos críticos e autônomos, além de mais uma vez, enfatizar o ato educativo como um processo de conscientização.

Freire (2006, p. 22) relata que o educador em sua formação permanente deve se convencer: “[...] definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Deste modo, o educando quando se aceita como sujeito desse processo não contribuirá com uma formação hierarquizada, ou seja, uma formação de transferências de conteúdos, pois quando:

[...] começo por aceitar que o formador é o sujeito em relação a quem me considero o objeto, que ele é o sujeito que me forma e eu, o objeto por ele formado, me considero como um paciente que recebe os conhecimentos-conteúdos-acumulados pelo sujeito que sabe e que são a mim transferidos. Nesta forma de compreender e de viver o processo formador, eu, objeto agora, terei a possibilidade, amanhã, de me tornar o falso sujeito da “formação” do futuro objeto de meu ato formador (FREIRE, 2006, p. 22).

Aprender exige do educando certa rebeldia. A esse respeito, Freire (2006, p. 25) assinalou que “[...] é a força

criadora do aprender de que fazem parte a comparação, a repetição, a constatação, a dúvida rebelde, a curiosidade não facilmente satisfeita, que supera os efeitos negativos do falso ensinar”. Esta rebeldia de buscar sempre mais, de perguntar, de questionar é a que faz com que ensinar e aprender se tornem ricos e superem uma educação impregnada de autoritarismo e passividade.

Ensinar exige como que um despertar dos educandos: despertá-los da ingenuidade da sintaxe da classe dominante (GUIMARÃES; MARANHÃO, 2008). Ao ensinar, deve instigar o educando a superar sua curiosidade, para que busque problematizar e acercar-se daquilo que o inquieta. Nesse sentido,

a superação e não a ruptura se dá na medida em que a curiosidade ingênua, sem deixar de ser curiosidade, se critica. Ao criticizar-se [...] permito-me repetir, curiosamente epistemológica, metodicamente “rigorizando-se” na sua aproximação ao objeto, conota seus achados de maior exatidão [...] a curiosidade ingênua que, “desarmada”, está associada ao saber do senso comum, é a mesma curiosidade que, criticizando-se, aproximando-se de forma cada vez mais metodicamente rigorosa do objeto cognoscível, se torna curiosidade epistemológica (FREIRE, 2006, p. 31).

Segundo Freire (2006) para que se pense certo se deve agir certo, ou seja, o ato de ensinar exige que as palavras sejam incorporadas pelo educador, pois ao se assumir como educador este profissional deve fazer com que sua prática testemunhe sua teoria. De nada adianta um professor discursar e defender uma causa e depois se opor à mesma, ou então se opor teoricamente a algo e sua prática demonstrar que lhe é favorável. Eis como ele alerta:

Que podem pensar alunos sérios de um professor que, há dois semestres, falava com quase ardor sobre a necessidade da luta pela autonomia das classes populares e hoje, dizendo que não mudou, faz o discurso pragmático contra os sonhos e pratica a transferência de saber do professor para o aluno?! Que dizer da professora que, de esquerda ontem, defendia a formação da classe trabalhadora e que, pragmática hoje, se satisfaz, curvada ao fatalismo neoliberal, com o puro treinamento operário, insistindo, porém, que é progressista? Não há pensar certo fora de uma prática testemunhal que o re-diz em lugar de desdizê-lo (FREIRE, 2006, p. 34).

É necessário ao ato educativo, isto é, a quaisquer relações de ensino- aprendizagem que sejam coerentes: vista como algo sério, com compromisso por inteiro. Pois a “natureza da prática educativa, enquanto prática transformadora” (FREIRE, 2006, p. 16) não permite ambiguidades e contradições.

É de fundamental relevância que tanto o ato de educar como o de aprender se configurem como processos ativos para transformar, criar e realizar, fazendo com que os sujeitos envolvidos se assumam como construtores do conhecimento e se reconheçam como transformadores sociais.

Outra das características essenciais ao ato de ensinar destacada nessa obra, é a de que ensinar não é transferir conhecimento. Para Paulo Freire, o conhecimento que alguém adquire ocorre pelas possibilidades de sua construção e produção por parte de quem aprende, porque desse modo foi ensinado.

Considerações finais

Estudar Paulo Freire, sua obra, seus dizeres e o testemunho de sua vida colaboram para o meu

entendimento acerca da importância de sua contribuição para o ato educativo. Suas orientações trazem importantes fundamentos para uma nova concepção das relações entre educador e educando.

Afirmam estes como sujeitos ativos no processo contínuo de construção do conhecimento. Assumir suas proposições e olhar desse modo a educação não só é necessário para um melhor entendimento do ato educativo quanto instiga a reflexões acerca dos saberes que são necessários para que a prática educativa ocorra de modo a que seja uma fonte transformadora e construtora de uma nova sociedade.

Ao entender a educação como uma forma de acolhimento das gerações mais novas, por isso como diferente em analogia ao outro, admite-se que nela se instala uma afinidade de respeito, por essa relação proporcionar a apropriação das heranças públicas, comuns e simbólicas aos sujeitos educativos. Essa apropriação irá possibilitar aos educandos, não só que dominem e usem essas heranças quanto que as modifiquem com o intuito de ser alcançada solidariamente uma situação de relações mais justas e igualitárias em uma dada sociedade.

Como mencionado, a educação configura-se como direito, que deve propiciar os saberes culturais a todos. Caracteriza-se como uma fonte de transformação cultural, social e humana, fazendo com que em cada ato educativo educadores e educandos modifiquem seu olhar a respeito das relações desde o ensinar ao aprender, até às de estar e de se posicionar no mundo. Como diziam Paulo Freire e Ira Shor: “iluminem a realidade” (FREIRE; SHOR, 1987, p. 35).

Destacou-se aqui, a educação como um acontecimento ético, pois esta se configura pelo cuidado com o outro, por uma relação de encontro, com respeito mútuo, de conhecimento, no qual os sujeitos são transformados em cada

ato educativo, porque depois de cada encontro educadores e educandos não são mais os mesmos.

Por entender que o ato educativo deve ser pensado pelos educadores como instrumento de transformação do homem e da sociedade, tendo como fundamento os aspectos de acolhimento, de direito, de ética e de política, por vezes recorre-se a outros pensadores para demonstrar que o pensar de Paulo Freire é atual e compartilhado por aqueles que se preocupam com a reconstrução social, mais justa e igualitária.

Evidencia-se então que os educadores sejam competentes, sérios e por inteiro em quaisquer atos educativos. Há que assumam e analisem criticamente suas posições, crenças e incompletudes para que assim possam formar-se e formarem novos indivíduos, quando se envolverem no ato educativo.

Referências

BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Disponível em <http://planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 15 março. 2020.

BRITTO, Jader de M.; FÁVERO, Maria de Lourdes de A. (Orgs.). *Dicionário de Educadores no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/MEC; Inep; Comped, 2002.

CARVALHO, Edgard de A. *Saberes culturais e educação do futuro*. São Paulo: SESC, 2002. Disponível em: <<http://www.sescsp.org.br/sesc/images/upload/conferencias/132.rtf>>. Acesso em 23 maio. 2020.

CARVALHO, José Sérgio F. de. *Acolher no mundo: educação como iniciação nas heranças comuns e públicas*. In:

BARBOSA, R. L. L. (Org.). Formação de educadores: Artes e técnicas – ciências e políticas. São Paulo: UNESP, 2006.

CÁTEDRA, Paulo Freire. *Paulo Freire*. São Paulo: PUC, 2000. Disponível em: <http://www.pucsp.br/paulo_freire/>. Acesso em março. 2020.

FERREIRA, Aurélio B. de H. *Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa*. 6. ed. Curitiba: Positivo, 2006.

FERREIRA, Aurélio B. de H. *Novo dicionário Aurélio: novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FREIRE, Paulo. Considerações em torno do ato de estudar. In: *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Segunda carta: do direito e do dever de mudar o mundo. In: *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. 3. reimp. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo; FREIRE, Ana Maria A. (Org.). *Pedagogia dos sonhos possíveis*. São Paulo: UNESP, 2001. 53

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Medo e ousadia: cotidiano do professor*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

GATTI, Bernadete; BARRETO, Elba S. de S. *Professores no Brasil: impasses e desafios*. Resumo. Disponível em: <<http://www.brasilia.unesco.org/publicacoes/livros/professores-do-brasil>>. Acesso em 15 abril. 2020.

GIMENO SACRISTÁN, José. Proposta de directrizes para o desenvolvimento do currículo baseado no direito à educação. In: *A educação que ainda é possível: ensaios sobre a cultura para a educação*. Porto: Porto, 2008.

GUIMARÃES, Ludmila de V. M.; MARANHÃO, Carolina M. S. de A. Pode alguém ser um educador sem ser opressor? Reflexões acerca da ética e da pedagogia crítica. *Contra pontos*, Itajaí, v. 8, n. 3, p. 463-474, 2008.

MÈLICH, Joan Carles. *Pedagogia da finitude*. Crear mundos, Barcelona, n.1, abr. 2004. Disponível em: <http://www.creamundos.net/primeros/Revista/Edicao01/Educacion/Edu_Pedagogia_Finitude.htm>. Acesso em 18 março 2020.

SOARES, Moacir B. *Dicionário de legislação de ensino*. Rio de Janeiro: FGV/INDOC, 1981.

QUALIDADE DE VIDA ENTRE FUNCIONÁRIOS DE UMA EMPRESA DE PANIFICAÇÃO DA CIDADE DE BELA VISTA DE GOIÁS

Liliane Bento de Araújo¹

Raianne Bento de Araújo²

Vinicius Oliveira Seabra Guimarães³

Resumo: A presente pesquisa visa avaliar a percepção dos funcionários de um estabelecimento de padarias na cidade de Bela Vista de Goiás acerca da Qualidade de Vida no Trabalho. Foi desenvolvido uma pesquisa de campo usando o *Google Forms* como plataforma para o questionário e foi feita uma pesquisa biográfica para fundamentação do referencial teórico. Concluímos que os funcionários percebem a importância da Qualidade de Vida no Trabalho como importante para o desenvolvimento e sucesso da organização, dando ênfase sobre os aspectos motivacionais como centrais na discussão.

Palavras-chaves: Qualidade de Vida. Trabalho. Motivação.

Abstract: This research aims to evaluate the perception of employees of a bakery establishment in the city of Bela Vista de Goiás about the Quality of Life at Work. A field research was developed using Google Forms as a platform for the questionnaire and a biographical research was carried out to support the theoretical framework. We concluded that

¹ Discente do Curso de Administração da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

² Discente do Curso de Administração da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

³ Mestre e Doutor em Educação pela PUC Goiás. Pós-graduado em Gestão Escolar pela UGF. Pós-graduado em Docência do Ensino Superior pela FGF. Licenciatura em Sociologia pela UNIDERP. Licenciatura em Pedagogia pela UNIFACVEST. Graduado em Administração pela PUC Goiás. Graduado em Teologia pelo STEBB. Professor e Coordenador do Curso de Administração da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

employees perceive the importance of Quality of Life at Work as important for the development and success of the organization, emphasizing motivational aspects as central to the discussion.

Keywords: Quality of Life. Job. Motivation.

Introdução

Os estudos sobre Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) originaram-se na década 50, cujo Eric Trist *et al* desenvolveram diversas pesquisas com base na análise e reestruturação das tarefas, com o objetivo de tornar a vida dos trabalhadores menos cansativo, maçante e fadigoso. Apesar do termo ter sido utilizado pela primeira vez em meados de 1950, a ideia da necessidade de se ter qualidade de vida em ambiente de trabalho é uma preocupação que, historicamente, sempre fez parte da sociedade (RODRIGUES, 2002), (VIANA *et al*, 2020).

O tema Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) é uma preocupação crescente por parte de todas as empresas que buscam ser altamente competitivas em mercados cada vez mais globalizados. Há uma unanimidade na certeza de que o homem é o principal elemento diferenciador e o agente responsável pelo sucesso de todo e qualquer negócio (LORANDO *et al*, 2020).

Assim, pode-se considerar que a condição de satisfação dos funcionários está diretamente ligada ao sucesso de uma empresa, pois não se obtém retorno positivo dos clientes com funcionários desmotivados e insatisfeitos. Sendo a capitalização dos recursos humanos tão essenciais quanto à dos demais recursos com que contam as empresas, a Qualidade de Vida no Trabalho é considerada indispensável à produtividade e à competitividade, itens cruciais à sobrevivência para toda e qualquer empresa (LORANDO *et al*, 2020).

Com base nisso, o presente estudo tem como objetivo compreender a importância da Qualidade de Vida no Trabalho na perspectiva dos funcionários de uma panificadora da cidade de Bela Vista de Goiás. Então, propomos como problema de pesquisa entender de que forma pode-se captar a percepção dos colaboradores acerca da Qualidade de Vida no Trabalho? Dessa forma, poderemos avaliar como isso afeta a produtividade dos funcionários e o desempenho da empresa em análise.

As panificadoras são organizações do ramo alimentício que produzem e vendem produtos de confeitaria e pães, oferecendo ao cliente alimento fresco, com valores nutricionais. Entretanto, também possui uma grande relevância social, tornando-se um centro de serviços, convivência e gastronomia (CARDOSO *et al*, 2011). Aspecto que tem relação direta com a satisfação dos colaboradores, Qualidade de Vida e ambiente de trabalho adequado (SULZBACHER *et al*, 2018).

Espera-se que este trabalho tenha um papel importante na QVT dos funcionários e contribua nas relações humanas na organização em estudo e nas demais. Mesmo que as empresas negligenciem as influências de suas atividades sobre seus colaboradores, a falta de qualidade de vida produz naturalmente impactos importantes nos resultados das organizações, tais como: baixa produtividade, custo alto de assistência médica, alta rotatividade dos funcionários dentro da empresa etc.

Para este estudo foi realizada uma breve pesquisa bibliográfica em plataformas de buscas científicas para compilação de livros, artigos, tese, monografias, mídias eletrônicas e outros materiais cientificamente confiáveis. Posteriormente, foi aplicado um questionário via *Google Forms* para avaliação da percepção da QVT por parte dos

funcionários de uma empresa de panificação da cidade de Bela Vista de Goiás.

Referencial teórico

Historicamente, a atividade laboral sempre foi algo socialmente imprescindível. Após a século XX, o contexto que cerca o trabalho e os trabalhadores mudaram consideravelmente, ganhando um significado mais complexo, cujo horas de trabalho, condições e bem estar dos cooperadores começaram a ter mais relevância (DA SILVA LOURENÇO; FERREIRA; DE BRITO, 2013), (SOARES; LEITE, 2020).

A percepção do trabalho por um indivíduo pode ser positiva, quando o mesmo está relacionado com possibilidades de realização pessoal, valorização, identidade e possibilidade de construção. Contudo, pode ser percebido com algo negativo também quando gera sofrimento, castigo e sentimento de punição, tornando-se algo desagradável (DA SILVA LOURENÇO; FERREIRA; DE BRITO, 2013).

A Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) é um termo que foi utilizado a partir de 1950 por Eric Trist *et al.* e tem como objetivo avaliar os efeitos do ambiente laboral na saúde e bem estar dos trabalhadores e como novas condutas podem melhorar a experiência do trabalho, tornando-a mais positiva e impactando positivamente na vida do trabalhador e da empresa (PAIVA, 2006).

Assim, a QVT implica em um conjunto de ações que resultam em maior humanização do trabalho, buscando melhoria das condições ambientais, físicas, redução das jornadas de trabalho e melhores remunerações. Focando, principalmente, na ressignificação da relação entre o empregado e o cargo que ocupa em uma empresa, gerando

uma melhora da produtividade, motivação, eficácia e satisfação (FERNANDES, 1996).

A preocupação com a QVT é algo crescente e de grande importância para aquelas empresas que estão em busca de maior competitividade. As condições adequadas de trabalho afetam positivamente diversos aspectos nas empresas, como na atração e retenção de funcionários, satisfação do cliente, melhor eficácia na produção, imagem da empresa, segurança no trabalho dentre outros aspectos (LIMONGI-FRANÇA, 2008), (MONTEIRO *et al.*, 2011).

As atividades propostas pela QVT têm como objetivo aliar os interesses individuais e os empresariais. Funcionários satisfeitos, motivados, capacitados e remunerados adequadamente possuem um desempenho melhor. Isso, na visão da empresa e os serviços que ela oferece, impacta em rendimento financeiro, redução de custos e apresentação de produtos e serviços melhores e mais adequados às demandas dos clientes (RIBEIRO; SANTANA, 2015).

E se tratando de aspectos individuais, a qualidade de vida no trabalho pode ser benéfica também para as relações interpessoais e na vida do empregado fora do ambiente de trabalho, em âmbito familiar, por exemplo. Em determinadas situações, percebe-se que algumas empresas, com o intuito de solucionar problemas de gestão de pessoas e conflitos, optam por adotar o programa de qualidade total como saída para resolver problemas imediatos e a certo prazo, contudo minoria realmente se preocupam com a questão da qualidade de vida do trabalhador, e o quão fundamental ela é (MONACO; GUIMARÃES, 2000).

Para gerar um aumento da produtividade dos indivíduos e manutenção da competitividade no mercado, deve-se criar locais de desenvolvimento de atividade laboral saudável no que se refere à qualidade de vida dos

trabalhadores, de modo a minimizar as pressões no coletivo (BONFANTE, 2015).

A implantação da qualidade de vida no trabalho (QVT) traz muitos benefícios à empresa e nisso devemos motivar o funcionário e estar sempre entendendo a suas necessidades na empresa. A importância de uma boa gestão de qualidade é um fator indispensável para o sucesso da organização. Dessa forma, torna-se importante o investimento na implantação do gerenciamento da qualidade de vida do trabalho dos funcionários dentro da empresa (RIBEIRO; SANTANA, 2015).

Entender a percepção de qualidade de vida por parte dos trabalhadores é importante para poder suportar as estratégias da empresa que pretendem usar esse parâmetro para melhor desenvolvimento da empresa (RENDÓN, 1992).

De acordo com Limongi-França (2007, p. 167), qualidade de vida pode ser caracterizada como "a percepção de bem-estar, a partir das necessidades individuais, do ambiente social e econômico e da expectativa de vida".

Segundo Limongi-França (1996), os estudos sobre QVT analisam, de uma forma geral: a) o grau de satisfação da pessoa, b) condições ambientais gerais, c) promoção da saúde. As observações mais utilizadas nas pesquisas são de aspectos mais subjetivos, de que forma como cada pessoa interpreta a QVT, agregado as condições que já são e que podem ser oferecidas pelas empresas que podem contribuir com essa qualidade (SAMPAIO, 2020).

As perspectivas futuras sobre a QVT no Brasil dependem de uma maior articulação de pesquisadores, professores, consultores e profissionais de QVT nas organizações públicas e privadas. Profissionais e consultores necessitam ter acesso a resultados de trabalhos e instrumentos de QVT. Pesquisadores necessitam de

acesso às organizações para a realização de suas pesquisas e de construir parcerias com profissionais e consultores para acompanhar o resultado de intervenções baseadas na teoria. Professores necessitam estar atualizados sobre o estado da arte para formar novos profissionais e pesquisadores.

Existe a necessidade de se intensificar os estudos sobre QVT para uma análise mais profunda dos avanços, rupturas e disseminação de práticas e instrumentos internacionais. Assim, deve haver a formação de profissionais capacitados para atuação no campo da QVT para trazer aperfeiçoamentos teóricos e técnicos aos modelos clássicos, apesar de sua identificação com os conceitos de bem-estar (principalmente psicológico) e sentidos do trabalho (VILAS BOAS; MORIN, 2016).

Um dos desafios da área da QVT é justamente a produção de conhecimento que estejam de acordo com as novas formas de relações entre empregado e empregador (FERNANDES, 1996), (LIMONGI-FRANÇA, 2009), (VILAS BOAS; MORIN, 2016).

Quando uma empresa possui tais informações, torna-se possível então melhor direcionar e fundamentar os programas de promoção da saúde de colaboradores, proporcionando melhores condições ao indivíduo, oferecendo-lhe a oportunidade de utilizar todo o seu potencial produtivo.

Especificamente, a qualidade de vida no trabalho passou a ser um meio para se alcançar a melhoria de trabalho no ambiente, obtenção de maior produtividade e a qualidade de seus resultados. Frederick Herzberg (1968) indicou que fatores relacionados ao conteúdo do cargo ou com a natureza das tarefas desenvolvidas pelo indivíduo são fatores de satisfação, determinados pelo ambiente que permeiam o indivíduo e ligados a condições dentro das quais desempenha seu trabalho, são fatores que apenas

previnem a insatisfação de fatores relacionados com a manutenção ou higiênicos.

Assim, Herzberg (1968) classificou a motivação em duas categorias: a) Fatores de Higiene: Fatores extrínsecos, sendo considerados os que previnem a insatisfação e giram em torno do “contexto do cargo”: como a pessoa se sente em relação à empresa, as condições de trabalho, os salários, os prêmios, os benefícios, a vida pessoal, o status e os relacionamentos interpessoais; b) Fatores de Motivação: Fatores intrínsecos, associados a sentimentos positivos que estão relacionados com o “conteúdo do cargo”: como a pessoa se sente em relação ao cargo: o trabalho em si, a realização pessoal, o reconhecimento e as responsabilidades.

Um funcionário motivado possui uma forma diferente de executar tarefas, pois agrega a essa função um sentimento de realização, reconhecimento, progresso e responsabilidade. Herzberg propôs sua teoria após investigar funcionários de 22 indústrias em Pittsburgh, EUA. A investigação foi conduzida através de entrevistas que estavam relacionadas ao ambiente de trabalho e grau de satisfação ou insatisfação dos trabalhadores (HERZBERG, 1968).

A partir disso, atualmente, diversas pesquisas de satisfação são aplicadas em empresas, no qual a equipe de Recursos Humanos aplica questionários para os colaboradores a fim de avaliar os fatores positivos e negativos na empresa, situações que agradam ou desagradam na execução diária das tarefas. Baseados nos resultados encontrados por Herzberg, que pontuou justamente quais seriam essas questões positivas e negativas no geral (HERZBERG, 1959).

O referido autor constatou que os fatores que causavam a insatisfação dos empregados eram puramente ambientais, que não diziam respeito às tarefas

desempenhadas, ou seja, eram relacionados à natureza das relações interpessoais e condições do ambiente de trabalho.

Com base nesse conceito sobre o que é a QVT e seus desdobramentos acerca dos fatores motivacionais, entendemos que a qualidade de vida é de extrema importância em todos os ramos de atividade. Para o propósito do presente estudo, a avaliação será focada em uma empresa da área de alimentação, mais especificamente uma padaria na cidade de Bela Vista de Goiás.

Padarias e panificadoras são empresas do ramo alimentício que produzem e vendem pães e produtos de confeitaria. Esse setor vem colaborando consideravelmente com crescimento do ramo de *food service* consequentemente tem a demanda maior de funcionários e oferecimento de serviço de qualidade para cativar os clientes (MOREIRA, 2014).

A oferta de serviços de uma panificadora vai além de simples produtos de confeitaria ou pão, mas oferece experiências gastronômicas aos clientes, com alimentos frescos e com valores nutricionais (CARDOSO *et al*, 2011), (SULZBACHER *et al*, 2018).

O segmento empresarial de panificação está entre os maiores segmentos industriais do país e possui uma participação expressiva no setor alimentício (36,2%), sendo um grande gerador de empregos. E por outro lado, o consumo brasileiro de produtos de panificadoras vem crescendo consideravelmente, chegando a 98% da população (DE AGUIAR, 2013), (SEBRAE, 2018).

Este tipo de comércio possui uma grande relevância social também, pois consegue integrar a satisfação dos colaboradores, qualidade de vida, ambiente de trabalho, sucesso da empresa e satisfação do cliente (CARDOSO *et al*, 2011), (SULZBACHER *et al*, 2018).

Estudo de caso

A empresa analisada nesse trabalho foi uma panificadora fundada em 2001, localizada na cidade de Bela Vista de Goiás. Atualmente a maioria dos produtos da panificadora são de fabricação própria, com exceção de algumas quitandas que são adquiridas a partir de outras empresas fornecedoras.

A respeito do quadro de funcionários do estabelecimento, este possui um total de 15 colaboradores que são divididos em algumas funções e atribuições, sendo elas: operadores de caixa, balconistas e produção.

A empresa tem como objetivo fornecer produtos panificados de boa qualidade, procurando agradar o cliente e investindo sempre em novas receitas. O horário de funcionamento é das 05h30min às 19h de segunda a sábado e aos domingos e feriados das 05h30min às 12h.

A panificadora procura inovar não somente nas receitas, mas também na qualidade do produto e no atendimento ao cliente, se destacando das demais empresas de panificação da cidade. A empresa também tem a visão de ser a melhor na área de panificados da cidade de Bela Vista de Goiás e, segundo o proprietário, é necessário a constante busca por melhorias tanto na produção quanto na administração da empresa.

Para os objetivos que se propõe nesse trabalho de investigação científica, analisaremos especificamente a percepção dos funcionários acerca da Qualidade de Vida no Trabalho (QTV). Para tanto, utilizamos o *Google Forms* como plataforma para pesquisa onde foram feitas 6 perguntas objetivas e 1 discursiva com o objetivo de avaliar a percepção dos funcionários sobre a QTV.

Caracterização do estudo

Segundo os pesquisadores Lakatos e Marconi (2001), a pesquisa de campo tem o objetivo de efetuar a coleta de informações sobre um determinado tema a partir do desenvolvimento de hipóteses que visam aumentar o conhecimento do pesquisador acerca do campo de estudo analisado.

Quanto à abordagem das questões, esta pesquisa é classificada como qualitativa e quantitativa: quantitativa pelo fato da percepção acerca das respostas do questionário; e qualitativa devido a tradução em gráficos de porcentagem, além da correlação com a bibliografia.

Amostra

Neste trabalho, foi realizada uma pesquisa de campo qualitativa e quantitativa acerca do tema Qualidade de Vida no Trabalho (QVT). Para avaliar a QVT dos funcionários da panificadora da cidade de Bela Vista de Goiás foi utilizado um questionário on-line contendo 7 perguntas, sendo 6 objetivas e 1 discursiva, todas relacionadas à QVT. Através do questionário realizado com os funcionários da empresa constatou-se as seguintes informações: Total de funcionários entrevistados: 15; Total de funcionários que responderam ao questionário: 12; Total de funcionários que responderam às perguntas objetivas e discursiva: 10; Total de funcionários que responderam apenas as questões objetivas: 12; O questionário foi enviado aos colaboradores sob orientação de ser respondido individualmente, honestamente e de forma oculta.

Resultados e discussão

Os dados obtidos a partir do questionário foram analisados e discutidos com base no conteúdo disposto no referencial teórico deste trabalho. No total, 12 funcionários responderam ao questionário e os resultados obtidos foram expressos em gráficos de porcentagem.

A primeira pergunta do questionário foi: “Na sua opinião a Qualidade de Vida no Trabalho influencia o colaborador a ser mais competitivo e produtivo?”, como resposta tivemos que 75% dos funcionários entrevistados responderam que “sim”, 16,7% responderam que “às vezes” e 8,3% responderam que “não” (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Percepção da importância da QVT



Fonte: Autoria própria (2020).

Percebe-se que a maioria dos funcionários concordam que a QVT influencia o colaborador a ser mais competitivo e produtivo e isso mostra a importância de as empresas investirem no desenvolvimento de locais de atividade de trabalho saudável. Esta observação por parte dos funcionários da empresa é expressa por Bofante (2015), onde diz que para que haja uma melhor qualidade de vida

dos trabalhadores, é necessário que haja medidas de QVT por parte da empresa de modo a reduzir as pressões no coletivo e incentivar a maior produtividade.

A segunda pergunta do questionário foi: “Na sua opinião a Qualidade de Vida no Trabalho é importante tanto para a empresa quanto para o colaborador?”, como resposta tivemos que 100% dos funcionários entrevistados responderam que “sim”, portanto os funcionários estão de acordo que a QVT é um aspecto importante a ser considerado pela empresa. Essa aceitação das práticas de QVT por parte dos colaboradores é um importante ponto que pode estar relacionado ao bom funcionamento da aplicação das práticas relacionadas à QVT pela empresa, pois sendo estas práticas compreendidas e aceitas por parte dos funcionários, facilita a adesão da empresa às práticas de QVT.

Esta percepção está de acordo com Rendón (1992) e colaboradores, em que reafirmaram a importância do desenvolvimento da qualidade de vida para o aumento da competitividade e produtividade dentro dos ambientes organizacionais. Segundo os autores, a compreensão da importância da qualidade de vida por parte dos funcionários da empresa é algo importante e que auxilia no suporte das estratégias das empresas que utilizam a QVT como parâmetro para melhor desenvolvimento.

A terceira pergunta do questionário foi “Na sua opinião, a falta de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) pode afetar a produtividade dentro da empresa?”, como resultado tivemos que 100% dos funcionários entrevistados responderam que “sim”, mostrando que há um reconhecimento por parte dos funcionários sobre a importância das práticas de QVT no ambiente de trabalho, enfatizando a importância do investimento por parte da empresa em práticas que fornecem a QVT, para ocasionar uma melhor produtividade por parte dos colaboradores.

Esta percepção é confirmada pelo autor Lorando (2020), onde diz que existe uma relação entre a satisfação dos funcionários e o sucesso da empresa, pois dificilmente obtém-se retornos positivos por parte dos clientes atendidos por funcionários desmotivados e insatisfeitos, sendo a QVT indispensável à produtividade e à competitividade no âmbito empresarial.

A quarta pergunta do questionário foi “Na sua opinião, a Qualidade de Vida no Trabalho pode contribuir para o sucesso da organização?”, como resposta tivemos que 91,7% dos funcionários entrevistados disseram que “sim” e 8,3% disseram que “às vezes” (Gráfico 4). Neste caso, percebe-se que a maioria dos funcionários responderam que “sim”, portanto é reforçado que as práticas de QVT são bem vistas pelos funcionários e, portanto, bem aceito por parte deles, sendo um fator importante para a implantação das práticas de QVT pela empresa. Segundo os autores Ribeiro e Santana (2015), o sucesso da organização está relacionado a implantação da qualidade de vida no trabalho e por isso é importante que haja uma boa gestão de qualidade para promover o gerenciamento da QVT dos funcionários dentro da empresa.

A quinta pergunta do questionário foi “Na sua opinião é importante que se tenha Qualidade de Vida no Trabalho dentro das organizações?”, como resposta tivemos que 100% dos funcionários entrevistados disseram que “sim”, mostrando que todos os entrevistados reconhecem a importância da implementação das práticas de QVT dentro da empresa. Esta percepção foi relatada também pelos autores Ribeiro e Santana (2015), onde dizem que funcionários satisfeitos, motivados, capacitados e remunerados adequadamente possuem um melhor desempenho e isso ocasiona um maior rendimento financeiro, além de outros benefícios para a empresa. Além disso, a QVT implica em um conjunto de ações que

resultam em maior humanização do trabalho, conforme Fernandes em 1996.

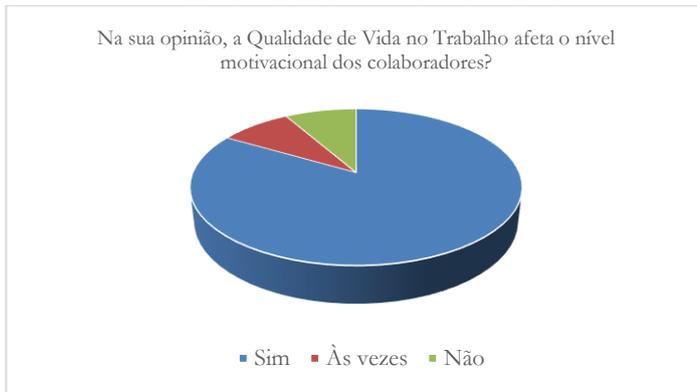
Gráfico 2 – Percepção da importância da QVT para o sucesso da empresa.



Fonte: Autoria própria (2020).

A sexta pergunta foi “Na sua opinião, a Qualidade de Vida no Trabalho afeta o nível motivacional dos colaboradores?”, como resposta tivemos que 83,3% dos funcionários entrevistados disseram “sim”, 8,3% disseram que “às vezes” e 8,4% disseram que “não” (Gráfico 6), mostrando que a grande maioria dos funcionários concordam que a QVT tem relação com o seu nível motivacional dentro da empresa. Segundo o autor Herzberg (1968), um funcionário motivado possui uma forma diferente de executar as tarefas dentro da empresa, pois repassa para a função os sentimentos de realização, reconhecimento, progresso e responsabilidade.

Gráfico 3 – Percepção da relação entre QVT e o nível motivacional dos colaboradores.



Fonte: Autoria própria (2020).

A sétima pergunta do questionário foi referente a uma pesquisa qualitativa, onde fizemos um apanhado das respostas para facilitar a discussão, a relação com o referencial teórico, além da compreensão por parte dos leitores. A pergunta foi “Na sua opinião, o que é Qualidade de Vida no Trabalho?”, onde na grande maioria das respostas os funcionários da empresa expressaram que a qualidade de vida no trabalho está relacionada a um bom ambiente de trabalho, reconhecimento do serviço prestado pelo colaborador, respeito e compreensão sobre a existência de vida pessoal fora do ambiente de trabalho, recompensas por bons resultados por parte dos colaboradores e existência de segurança no trabalho bem como equipamentos adequados e que facilitem o trabalho de cada um.

Contudo, podemos notar que a maioria das respostas expuseram vários aspectos que podem gerar motivação aos funcionários dentro da empresa, além de recompensas à empresa, ponto positivo que se concretizado pode estar inteiramente associado ao crescimento da empresa. Esta percepção é comprovada por meio dos autores Ribeiro e

Santana (2015), onde dizem que um funcionário motivado consegue ser mais dedicado e isso resulta em maior rendimento financeiro, dentre outros benefícios à empresa. Tal afirmação também tem relação com os pensamentos de Lorando e colaboradores (2020), onde manifestaram que a condição satisfatória por parte dos colaboradores está diretamente ligada ao sucesso da empresa.

Considerações finais

Como o objetivo deste trabalho foi avaliar a percepção dos funcionários acerca da Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), alcançou-se sucesso nesse quesito, pois os resultados obtidos por meio do questionário mostraram relevância para o embasamento da discussão acerca da QVT dos funcionários da empresa avaliada.

Este trabalho contribuiu não apenas para formação como enquanto Curso de Administração, mas também proporcionou uma visão mais humana do trabalho que é desempenhado pelos funcionários da empresa em análise. Este contato com a realidade fornece fundamento para o entendimento e a valorização daquilo que é rotineiramente despercebido no dia a dia das pessoas no âmbito empresarial.

Referências

- BONFANTE, Julia Giglio; OLIVEIRA, L. M.; NARDI, A. O. O Impacto da Qualidade de Vida no Trabalho sobre a Produtividade. *Rev. Científica Eletrônica UNISEB*, Ribeirão Preto, v. 6, n. 6, p. 114-129, 2015.
- CARDOSO, M. F.; MIGUEL, V.; PEREIRA, C. A. M. Avaliação das condições higiênico-sanitárias e de boas

práticas de fabricação em panificadoras. *Brazilian Journal of Food & Nutrition/ Alimentos e Nutrição*, v. 22, n. 2, 2011.

CONTE, A. L. Qualidade de vida no trabalho. *Revista FAE business*, n. 7, p. 32-34, 2003. Disponível em: <<https://img.fae.edu/galeria/getImage/1/16571247435940246.pdf>> Acesso em: 06 abril 2020.

DA SILVA LOURENÇO, C. D; FERREIRA, P. A.; DE BRITO, M. J. O significado do trabalho para uma executiva: a dicotomia prazer e sofrimento. *Revista Organizações em Contexto*, v. 9, n. 17, p. 247-279, 2013.

DE AGUIAR, Leonardo Ruan Dantas; DE ARAÚJO, Richard Medeiros. Gestão da Inovação: Uma pesquisa no segmento de padarias da Grande Natal. *Revista Uniabau*, v. 6, n. 13, p. 138-167, 2013.

FERNANDES, E. C. *Qualidade de vida no trabalho: como medir para melhorar*. Salvador: Casa da Qualidade Editora Ltda., 1996.

FRANÇA, C. S.; ELY, J. M. *Qualidade de vida no trabalho*. 2011. Disponível em: <<https://repositorio.pgsskroton.com.br/bitstream/123456789/17789/1/QUALIDADE%20DE%20VIDA%20NO%20TRABALHO.pdf>>

Acesso em: 06 abril 2020.

HERZBERG, F. I. *One more time: how do you motivate employees?* Harvard Business Review, Boston, v. 46, n. 1, p. 53-62, jan./fev. 1968.

HERZBERG, F. MAUSNER, B.; SNYDERMAN, B. B. *The motivation to work*. 2 ed. Nova York: John Wiley & Sons Inc., 1959.

LIMONGI-FRANÇA, A. C. *Indicadores empresariais de qualidade de vida no trabalho: esforço empresarial e satisfação dos empregados no ambiente de manufaturas com certificação ISO 9000*. 1996. Tese (Doutorado em Administração de Recursos Humanos) – FEA-USP, São Paulo-SP, 1996.

- LIMONGI-FRANÇA, A. C. *Práticas de recursos humanos – PRH: conceitos, ferramentas e procedimentos*. São Paulo: Atlas, 2007.
- LIMONGI-FRANÇA, A. C. *Qualidade de vida no trabalho – QVT: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial*. 2. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.
- LORANDO, T. R. S. P.; SAPIENZA, R.; DA COSTA, E. C. Qualidade de vida e motivação no trabalho: fator decisivo no desempenho organizacional. *Revista Interface Tecnológica*, v. 17, n. 1, p. 363-375, 2020.
- MONACO, F. F.; GUIMARÃES, V. N. Gestão da qualidade total e qualidade de vida no trabalho: o caso da Gerência de Administração dos Correios. *Revista de administração contemporânea*, v. 4, n. 3, p. 67-88, 2000.
- MONTEIRO, E. M. A.; DINIZ, F. J. L. S.; LIMONGI-FRANÇA, A. C.; CARVALHO, J. V. F. O impacto da qualidade de vida no trabalho (QVT) no faturamento das indústrias metalúrgicas do Estado do Pará. *Revista de Administração da UEPG*, v. 2, n. 1, p. 18-33, 2011.
- MOREIRA, A. A. Y. *Análise dos riscos ocupacionais dentro de uma panificadora*. 2014. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2014.
- OLIVEIRA, P. M.; LIMONGI-FRANÇA, A. C. Avaliação da gestão de programas de qualidade de vida no trabalho. *RAE-eletrônica*, v. 4, n. 1, Art.9, jan/jul. 2005. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/raeel/v4n1/v4n1a05.pdf/>> Acesso em: 06 set. 2020.
- PAIVA, S. B. Um estudo sobre qualidade de vida no trabalho do profissional contábil da cidade de João Pessoa-PB. *Revista de Contabilidade do mestrado em ciências contábeis da UERJ*, v. 11, n. 2, 2006.
- RIBEIRO, L. A.; SANTANA, L. C. Qualidade de vida no trabalho: fator decisivo para o sucesso organizacional.

Revista de Iniciação Científica–RIC Cairu, v. 2, n. 02, p. 75-96, 2015.

RODRIGUES, M. V. C. *Qualidade de Vida no Trabalho*. Evolução e análise no nível gerencial. 9ª ed. Rio de Janeiro – RJ: Vozes; 2002.

SAMPAIO, M. E. C. A percepção de qualidade de vida no trabalho de empreendedores iniciantes no estado de São Paulo. *Rev. bras. psicodrama*, São Paulo , v. 23, n. 1, p. 06-13, 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932015000100002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 set. 2020.

SEBRAE. *Estudo de Tendências: Perspectivas para a Panificação e Confeitaria*. 2018. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/um-estudo-sobre-panificacao-biscoitos-e-confeitaria,7084ee1e19042510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>.

SOARES, S. F.; LEITE, M. I. M. G. Qualidade de vida no trabalho: maior produtividade e uma organização mais humanizada. *Cadernos de psicologia*, v. 1, n. 2, 2020.

SULZBACHER, D. H.; FRIZON, L. U. A.; BIANCHET, T. D. S. A. *Qualidade de vida no trabalho, um estudo da percepção dos colaboradores de uma empresa de alimentos*. Anais Centro de Ciências Sociais Aplicadas/ISSN 2526-8570, v. 5, n. 1, p. 177-195, 2018.

VIANA, S. R. S. L.; FERREIRA, K. A.; MOURA, S. M. Á. P. Satisfação no trabalho: Estudo de caso numa empresa de assistência médica. *Tópicos em Administração*. Volume 29, p. 43., 2020.

VILAS BOAS, A. A.; MORIN, E. M. Sentido do trabalho e fatores de qualidade de vida no trabalho: a percepção de professores brasileiros e canadenses. *Revista Alcance*, v. 23, n. 3, 2016.

O ESTUDO DA SÍFILIS DURANTE A GESTAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NA MORBIDADE INTRAUTERINA EM PIRACANJUBA/GO

Simone Lisboa Mansan¹

Daniele Lopes Oliveira²

Resumo: Foi desenvolvido um estudo sobre as doenças sexualmente transmissíveis com ênfase na sífilis. Foi feito as aproximações teóricas junto à realidade da cidade de Piracanjuba/GO avaliando em especial a influência na morbidade intrauterina. A conclusão a que chegamos é que ainda há uma grande jornada a ser percorrida para que se alcance as metas da OMS no que tange a eliminação da sífilis.

Palavras-chaves: Sífilis. Saúde. Gestação.

Abstract: A study was developed on sexually transmitted diseases with an emphasis on syphilis. Theoretical approaches were made to the reality of the city of Piracanjuba/GO, especially evaluating the influence on intrauterine morbidity. The conclusion we reached is that there is still a long way to go in order to reach the WHO goals regarding the elimination of syphilis.

Keywords: Syphilis. Health. Pregnancy.

¹ Discentes do Curso de Biomedicina da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

² Pós-Doutora e Doutora em Educa o pela PUC Goiás. Mestre em Ecologia e Produ o Sustentável pela PUC Goiás. Especialista em Direito Civil e Processo Civil. Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Especialista em Auditoria e Perícia Ambiental pela UNINTER. Especialista em Docência Superior pela Fac-Lions. Graduada em Direito pela PUC Goiás. Graduada em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educa o Albert Einstein. Professora e Coordenadora Geral da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

Introdução

Na trama de Romeu e Julieta conta a trágica história do romance vivido por eles, Romeu, filho único da família *Montecchio*, e Julieta, filha única da família *Capuleto*, conhecem-se durante um baile de máscaras e apaixonam-se perdidamente, correlacionar esse romance com os casais de hoje em dia não chega a ser tão difícil, o fato principal que envolve duas pessoas é a paixão que um, sente, pelo outro, isso gera confiança em ambas as partes.

No romance de Romeu e Julieta, ambos vivem um amor proibido e idealizado, condenado por suas famílias. Nos dias atuais, também nos deparamos com famílias que proíbem o relacionamento ou não veem com bons olhos a relação. Às vezes pelo medo, por não conhecer bem o indivíduo (a). Até porque é preciso conhecer bem quem está ao seu lado, não se pode avaliar uma pessoa levando-se em conta apenas fatores econômicos ou qualidades físicas. Ao modo de Romeu e Julieta muitos jovens, apaixonados e inconsequentes não pensam no alto índice de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) que vem crescendo, e vitimando muitos jovens românticos.

Há os que abandonam todos os conselhos da família para seguir o seu coração, por tal atitude tomada esses indivíduos imaturos e descuidados acabam entregando seu corpo, a um ato que pode ser chamado de Amor (forte afeição por outra pessoa, nascida de laços de consanguinidade ou de relações sociais, sendo também; compreendida como atração baseada no desejo sexual), que se torna algo fatal, não pelo sentimento que um tem pelo outro, mas; por não terem cuidado, por não terem se prevenido, por não terem ouvido a família, acabam como na trama, que no fim; os belos jovens e apaixonados Romeu

e Julieta morrem. E esse também pode ser o trágico final de muitos que não se previnem contra as IST.

Deste ponto, percebemos que há muitos que passam por situações como essa, sem falar que o fruto dessa paixão pode trazer ao mundo um bebê, um ser, que se torna refém de uma IST. A sífilis é uma Infecção Sexualmente Transmissível (IST) curável e exclusiva do ser humano, causada pela bactéria *Treponema pallidum*. Pode apresentar várias manifestações clínicas e diferentes estágios (sífilis primária, secundária, latente e terciária).

Nos estágios primário e secundário da infecção, a possibilidade de transmissão é maior, a sífilis pode ser transmitida por relação sexual sem camisinha com uma pessoa infectada, ou para a criança durante a gestação ou parto. A sífilis é causa de grande morbidade na vida intrauterina, levando a desfechos negativos da gestação, tais como, aborto, nati e neomortalidade e complicações precoces e tardias nos nascidos vivos.

A sífilis congênita é uma doença transmitida para a criança durante a gestação (transmissão vertical). Por isso, é importante fazer o teste para detectar a sífilis durante o pré-natal e, quando o resultado for positivo (reagente), tratar corretamente a mulher e sua parceria sexual, para evitar a transmissão. Inúmeras evidências indicam que um acompanhamento pré-natal adequado é um importante fator de diminuição da incidência de agravos como baixo peso ao nascer, prematuridade, infecções congênicas e óbito perinatal.

Para que tais desfechos sejam evitados é necessário que a assistência oferecida cumpra requisitos mínimos o que tradicionalmente tem sido atribuído apenas ao número mínimo de consultas e à época de início de acompanhamento.

O estudo da sífilis durante a gestação e sua influência na morbidade intrauterina

Quando a mulher adquire *sífilis* durante a gravidez, além de óbito fetal e do abortamento, poderá haver infecção assintomática ou sintomática nos recém-nascidos.

A maioria das gestantes, entretanto, se encontra assintomática e sem referir história prévia de tratamento ou conhecimento da infecção. Nessa situação, o diagnóstico é de fase latente indeterminada, devendo ser tratada com 7.200.000UI, divididas em 3 (três), aplicações semanais de 2.400.000UI. A eficácia da penicilina em prevenir ou tratar a infecção fetal é bastante elevada.

Os resultados alcançados não representam a situação sorológica da população de gestantes do município de Piracanjuba/GO, pelo fato do estudo incluir apenas aquelas que realizaram o acompanhamento do pré-natal nas UBS do Sistema de Unidade Básica de Saúde de Piracanjuba/GO, podendo-se superestimar a real incidência da sífilis congênita no município.

A notificação da sífilis na gestante permite controlar a transmissão vertical da infecção, acompanhar o comportamento da doença entre as gestantes, auxiliar no planejamento de ações de saúde, definir prioridades de intervenção e avaliar o impacto dessas intervenções.

Tratamento da gestante com sífilis

É considerado tratamento materno adequado todo tratamento completo, adequado ao estágio da doença, feito com penicilina e finalizado pelo menos 30 dias antes do parto, tendo sido o parceiro tratado concomitantemente.

É considerado tratamento inadequado para sífilis materna quando: É realizado com outro medicamento que

não a penicilina; é incompleto para o estágio da doença, mesmo tendo sido feito com penicilina; O início ou a finalização do tratamento ocorreu nos 30 dias anteriores ao parto; existe ausência de queda ou elevação dos títulos do VDRL após tratamento adequado; o parceiro não foi tratado, tratado inadequadamente ou não se tem a informação disponível sobre o seu tratamento.

Mais de 50% (cinquenta), das crianças infectadas são assintomáticas ao nascimento, com surgimento dos primeiros sintomas, geralmente, nos primeiros 3 (três) meses de vida. Por isso, é muito importante a triagem sorológica da mãe durante o pré-natal e na maternidade. Acreditava-se que a infecção do feto a partir da mãe com sífilis não ocorresse antes do 4º (quarto) mês de gestação, entretanto, já se constatou a presença de *Treponema pallidum* (agente causador da sífilis), em fetos, já a partir de 9 (nove) semanas de gestação (NÚCLEO DE TELESSAÚDE RIO GRANDE DO SUL; 02 out 2014).

As alterações observadas na gestante são as mesmas que ocorrem na não-gestante. Atualmente a utilização do teste rápido para sífilis nas Unidades Básicas de Saúde, amplamente divulgado pelo Ministério da Saúde e Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, visa diminuir drasticamente estes casos evitáveis de sífilis congênita (BRASIL, 2013).

A sífilis congênita apresenta, para efeito de classificação, dois estágios: precoce, diagnosticada até dois anos de vida e tardia, após esse período (BRASIL, 2013).

Metodologia

O objetivo do trabalho foi estimar a incidência e fatores associados à sífilis congênita em conceptos de gestantes com diagnósticos de sífilis, atendidas nas

unidades básicas de saúde (UBS), do município de Piracanjuba/GO.

Com o levantamento de dados feito no município, foi possível marcar uma entrevista com uma gestante com sorologia positiva para sífilis, sendo ela; uma jovem de 22 (vinte e dois) anos é o segundo filho, no entanto, sua primeira gestação não teve nenhuma complicação, devido a mesma não ter sido infectada, foi possível observar que ao entrevistar a mesma, que só após dá entrada no pré-natal que descobriu que havia sido contaminada pela bactéria *Treponema Pallidum*, o exame feito no hospital é chamado de *teste da mamãe (VDRL)*, são feitos dois testes para que possa começar o tratamento. Naquele momento em diante foi dado entrada no tratamento, com uma duração de 9 (nove) meses e mesmo após o bebê ter nascido o tratamento ainda continua para a mãe.

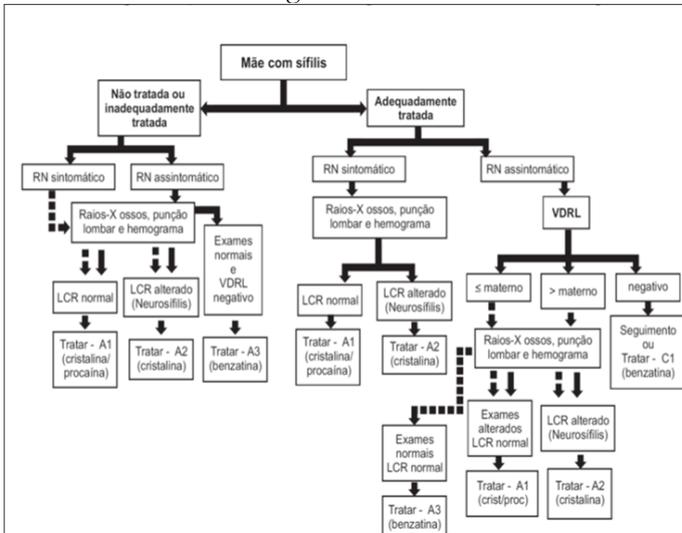
Através de todo levantamento feito, foi possível também marcar com um profissional da área de saúde do município de Piracanjuba/GO, com intuito de estimar a incidência e fatores associados à sífilis congênita em conceitos de gestantes com sífilis atendidas nas Unidades de Saúde de Piracanjuba/GO.

O serviço de saúde do SUS tem disponível o teste rápido (TR), de sífilis, sendo prático e de fácil execução, com leitura do resultado em, no máximo, 30 minutos, sem a necessidade de estrutura laboratorial. Nos casos de TR positivos (reagentes), uma amostra de sangue deverá ser coletada e encaminhada para realização de um teste laboratorial (não treponêmico), para confirmação do diagnóstico.

Em caso de gestante, devido ao risco de transmissão ao feto, o tratamento deve ser iniciado com apenas um teste positivo (reagente), sem precisar aguardar o resultado do segundo teste. A sífilis congênita pode se manifestar logo após o nascimento, durante ou após os primeiros dois

anos de vida da criança. São complicações da sífilis congênita: Aborto espontâneo; Parto prematuro; Má-formação do feto; Surdez; Cegueira; Deficiência mental; Morte ao nascer.

Figura 1 – Algoritmo para abordagens do RN, frente à gestante com sífilis



Fonte: Brasil (2012).

Quando a sífilis é detectada na gestante, o tratamento deve ser iniciado o mais rápido possível, com a penicilina benzatina. Este é o único medicamento capaz de prevenir a transmissão vertical. A parceria sexual também deverá ser testada e tratada para evitar a reinfecção da gestante.

Sífilis recente: sífilis primária Penicilina benzatina 2.400.000UI, IM, dose única.

Sífilis recente: sífilis secundária ou latente recente (com menos de um ano) Penicilina benzatina 4.800.000UI, IM, em duas doses semanais de 2.400.000UI.

Sífilis tardia: sífilis terciária, sífilis latente tardia (com mais de um ano) e sífilis latente de tempo desconhecido Penicilina benzatina 7.200.000UI, IM, em três doses semanais de 2.400.000UI.

São critérios de tratamento adequado à gestante: Administração de penicilina benzatina; Início do tratamento até 30 dias antes do parto; Esquema terapêutico de acordo com o estágio clínico da sífilis; Respeito ao intervalo recomendado das doses.

Quadro 2 – Esquema de tratamento do período neonatal

A1 - penicilina G cristalina 50.000 UI/kg/dose, EV, de 12 em 12 horas (nos primeiros 7 dias de vida) e de 8 em 8 horas (após 7 dias de vida), durante 10 dias. Ou penicilina G procaína 50.000 UI/kg/dose, IM, 1 vez por dia, durante 10 dias.

A2 - penicilina G cristalina 50.000 UI/kg/dose, EV, de 12 em 12 horas (nos primeiros 7 dias de vida), de 8 em 8 horas (após 7 dias de vida), durante 10 dias.

A3 - penicilina G benzatina, IM, dose única de 50.000 UI/kg, sendo obrigatório o seguimento ambulatorial. Sendo impossível garantir o acompanhamento, o RN deverá ser tratado segundo esquema A1.

C1 - seguimento clínico-laboratorial. Na impossibilidade de seguimento, tratar com penicilina G benzatina, IM, dose única de 50.000 UI/kg

Fonte: Brasil (2012).

Cuidados com a criança exposta à sífilis

O principal cuidado à criança é a realização de um pré-natal de qualidade e o estabelecimento do tratamento adequado da gestante.

Todas as crianças expostas à sífilis de mães que *não foram tratadas*, ou receberam *tratamento não adequado*, são submetidas a diversas intervenções que incluem: coleta de amostras de sangue, avaliação neurológica (incluindo punção lombar), raio-X de osso longos, avaliação oftalmológica e audiológica. Muitas vezes há necessidade de internação hospitalar prolongada.

Considerações finais

Os resultados deste estudo demonstram que ainda há muito o que evoluir para o alcance da meta da OMS (BRASIL, Ministério da Saúde; 2016) de eliminação da sífilis congênita como problema de saúde pública.

A sífilis é uma das doenças sexualmente transmissíveis que causa maiores danos às gestantes e seus conceitos. Apesar da importância do agravo, da grande quantidade das palestras de alertas, campanhas com enfoques na qualidade do cuidado pré-natal, nas características marcadoras de vulnerabilidades; a meta para o controle da doença ainda não foi alcançada.

A sífilis é uma condição patológica cujo diagnóstico e tratamento pode ser realizado com baixo custo e não oferece nenhuma dificuldade operacional. Porém, apesar das ações desenvolvidas, os dados disponíveis demonstram um nível insuficiente de controle da doença.

A qualidade da assistência na gestação e parto é um importante determinante na redução da transmissão vertical da sífilis e de outras doenças infectocontagiosas. A captação precoce e a adesão da gestante ao pré-natal, assim como uma assistência de qualidade, dão oportunidade à gestante de receber informações e orientações que lhe permitam prevenir uma gravidez não planejada e proteger-se de infecções sexualmente transmissíveis.

Em Piracanjuba/GO, o hospital municipal junto ao serviço de saúde do SUS tem disponível o teste rápido (TR) de sífilis, injeções que são disponibilizadas a pacientes com caso de sífilis, eventualmente efeito programas de humanização do pré-natal e Nascimento que tem por objetivo assegurar a ampliação do acesso, da cobertura e da assistência pré-natal, com intuito de reduzir a morbimortalidade materna e perinatal.

O município também conta com um Programa de Estratégia de Saúde da Família (Secretaria da Saúde de Piracanjuba; 2019) que através deste, as gestantes portadoras da sífilis encontram o apoio adequado para o acompanhamento do pré-natal e a cura da sífilis. Trata-se de unidades de atendimento primário à saúde, localizados em pontos estratégicos da cidade para cobrir toda a população, sendo eles: UBS 301: localizada no Setor com estrutura nova e adequada; telefone: Norte 3405-4051; UBS 302: localizado no BNH; telefone: 3405-4052; UBS 303: localizado no Setor Aeroporto; telefone: 3405-4053; UBS 304: localizado no Setor Pouso Alto em breve mudará para unidade nova; que está em fase de acabamento; telefone: 3405-4054; UBS 305: localizado no Setor Lima; telefone: 3405-4055 (Secretaria da Saúde de Piracanjuba; 2019).

Esse programa provê atendimento e acompanhamento aos cadastrados nos programas de hipertensos e diabéticos, gestantes, entrega de medicações, curativos, dentre outros. Prioriza os atendimentos de rotina, sem grande complexidade ou urgência, e quando ocorrem, estes pacientes são encaminhados ao Hospital Municipal. O atendimento é programado e de livre demanda. Além disso, contam com as visitas domiciliares de médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem e odontólogos disponíveis de segunda às sextas-feiras.

Ao analisar todos os dados levantados na Secretaria de Saúde de Piracanjuba (2019), foi possível observar que o planejamento do plano municipal de saúde de Piracanjuba/GO, integra um processo de construção do Modelo de Atenção à Saúde, para garantir acesso às unidades de saúde, melhoria na qualidade e expectativa de vida do cidadão piracanjubense. Além disso, o plano orienta a aplicação dos recursos e Políticas de Promoção à Saúde a serem implantadas nos seguintes programas:

Atenção básica; Assistência de média e alta complexidade ambulatorial e de internação; Assistência farmacêutica; Vigilância em saúde.

Tais programas contêm ações de prevenção de doenças e agravos, controle de riscos e danos, minimizando-os assim em situações eletivas e/ou de risco como: endemias, epidemias, trânsito, violência, etilismo e drogadições, entre outras.

A detecção e o tratamento da sífilis na gestante representam importantes medidas de Saúde Pública, essenciais para o controle e prevenção da sífilis congênita. Os profissionais da saúde têm um papel fundamental na aplicação de medidas corretas para o controle da transmissão vertical da sífilis, com a realização de exames de rotina e redução de eventos adversos, como nascimentos prematuros, abortos e natimortos.

Enfim; segundo a Secretaria de Saúde de Piracanjuba (2019), o resultado final a ser alcançado sobre as Unidades Básicas de Saúde (UBS) dependerá de determinantes da saúde dentro da conjuntura política e econômica.

As programações anuais de saúde deverão detalhar, ajustar e redefinir as ações estabelecidas nesse Plano Municipal de Saúde buscando o aperfeiçoamento do serviço de saúde para o alcance das metas com o devido acompanhamento do Conselho Municipal de Saúde. Promovendo então, o melhor atendimento e suporte para a população Piracanjuba/GO.

Referências

BRASIL, Ministério da Saúde. *Coordenação de Informações Estratégicas - CIE*. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Boletim Epidemiológico - Aids e DST, 2013.

Brasília: 2013. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/publicacao/2013/boletim-epidemiologico-aids-edst-2013>. Acessado em: 09 fev 2014.

BRASIL, Ministério da Saúde. *Secretaria de Vigilância em Saúde*. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Boletim Epidemiológico-Sífilis, 2012. Brasília: Ministério da Saúde; 2012. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/publicacao/2012/boletim-epidemiologico-desifilis-2012> Acessado em: 09 fev 2014.

CAMPOS, A. L., ARAÚJO, M. A., MELO, S. P., GONÇALVES, M. L. Epidemiologia da sífilis gestacional em Fortaleza, Ceará, Brasil: um agravamento sem controle. *Cad. Saúde Pública*. 2010; 26(9):1747-55. Disponível <http://dx.doi.org/doi.org/10.1590/S0102-311X2010000900008>. Acessado em: 09 fev 2014.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - PIRACANJUBA/GO; *plano municipal de saúde do município de Piracanjuba quadriênio 2018 – 2021*; GESTÃO 2017 – 2020; GABINETE DA SECRETARIA DA SAÚDE DE PIRACANJUBA; Disponível em: <http://www.piracanjuba.go.gov.br/site/projetos/secretariasprotejos/PLANO-MUNICIPAL-DE-SAUDE.pdf> Acessado em 20 nov 2019.

UM ESTUDO SOBRE A TEOLOGIA DA MISSÃO INTEGRAL NA AMÉRICA LATINA

Fernando Maia¹

Fernanda Aparecida Reis Costa²

Resumo: Este estudo propõe analisar o percurso e os desafios do desenvolvimento da Teologia da Missão Integral na América Latina. Destaca-se os embates entre a evangelização e a ação social na construção da identidade da igreja latino-americana. Conclui-se que a Teologia da Missão Integral é uma tentativa de contextualização junto a América Latina, mas que apresenta inconsistência em alguns aspectos metodológicos enquanto teologia.

Palavras-chave: Teologia. Missão. América Latina.

Abstract: This study proposes to analyze the path and challenges of the development of Theology of Integral Mission in Latin America. The clashes between evangelization and social action in the construction of the identity of the Latin American church are highlighted. It is concluded that the Theology of Integral Mission is an attempt to contextualize with Latin America, but that it presents inconsistency in some methodological aspects as a theology.

Keywords: Theology. Mission. Latin America.

¹ Pós-graduado em Docência Universitária (FABRA). Pós-graduado em Teologia Sistemática (FASSEB). Pós-graduado em Identidade Cultural Afro-brasileira e Africana (UFG). Licenciatura em História (ISSED/FAVED). Bacharelado em Teologia (FASSEB). Licenciando em Letras (CLARETIANO). Professor no Curso de Teologia da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

² Discente do Curso de Teologia da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

Introdução

É perceptível que o chamado da igreja é para glorificar a Deus diante de toda a humanidade. A missão da igreja é um labor diário e prático; diário, pois a todo o momento lhe é dado a oportunidade de representar o sagrado em sua vivência; e prático, pois sua fala deve ser materializada pela ação representativa do chamado divino.

Antes de ser desenvolvida uma reflexão sobre a Teologia Latino-americana, é preciso pensar sobre o que é Teologia. De forma resumida pode-se descrever o termo Teologia como “pensar sobre Deus”. Neste sentido, quando se fala sobre uma “Teologia Latino-americana”, apresenta-se uma “forma de pensar” sobre Deus no contexto da América Latina.

Isto fica clarificado na fala de SANCHES (2009, p. 15) quando descreve que a Teologia Latino-americana é “aquela forma de teologia que se faz a partir da América Latina”. Para a autora, existem certos pressupostos que devem ser pontuados; há duas variantes de uma Teologia Latino-americana: A Teologia da Libertação, apresentada no contexto católico e protestante ecumênico, como também, a Teologia da Missão Integral - o objeto de estudo neste segundo momento deste artigo – e que segundo a autora, é representada pelo movimento protestante evangélico.

A necessidade de reflexão sobre a variante evangélica da Teologia Latino-americana, a Teologia da Missão Integral (TMI), está no fato de que, no contexto Latino-americano, ela tem se apresentado como “a forma correta de fazer teologia”. Neste sentido, é de suma importância testar teologicamente se de fato, suas propostas são “relevantes e integrais” para o contexto Latino-americano.

Definição da TMI

Segundo Ricardo Gondim Rodrigues (2009, p. 56), a Missão Integral é o movimento protestante que tem como objetivo resgatar a comunhão, segundo os moldes da igreja primitiva; promover ações ecumênicas (o bem-estar integral de todo o mundo habitado); como também proporcionar de forma profética, consciência moral e espiritual das nações e de seus governos.

Interpretar os anseios da TMI não é tarefa fácil. Para alguns, seu berço reflexivo foi o Congresso de Lausanne em 1974. No entanto, segundo Antonio Carlos Barro, a perspectiva de que o Reino de Cristo deveria ser manifestado “agora”, - e que é tema contínuo da TMI - cujo entendimento alcança a América Latina a partir da década de 1970, tem origem no contexto estadunidense quando se percebem as precárias condições dos trabalhadores e a acumulação de riquezas nas mãos de uns poucos. Estas questões, segundo o autor, entraram na pauta de alguns grupos eclesiais.

Entre os teólogos que faziam parte destes grupos, inicia-se um fomentar de reflexões sobre a *Missio Dei*; para eles, precisava-se pensar sobre Reino de Deus não apenas escatologicamente, mas considerá-lo como um Reino presente, pois este já era real na igreja. É este ajuntamento de reflexões que estimularam as formulações do Conselho Mundial de Igrejas, e que segundo Barro (2004, p. 75), “sedimentaram a ideia de missão integral”.

Para Fernandes Sanches (2009, p. 58), o contexto que se origina a TMI inicia-se não apenas a partir dos movimentos missionários do evangelicalismo histórico, que foi enfatizado por Antônio Carlos Barro, mas também dos movimentos realizados em terras latino-americanas, entre os séculos XIX e XX. Para a autora, é importante salientar

que houve uma clara constatação de que os métodos precisavam ser reformulados, visto que o esforço missional optou claramente em uma fala que privilegiou apenas a alma humana nos conceitos de salvação e pecado.

É exatamente está problemática que revela a necessidade da integralidade nos esforços missionais, pois segundo Fernandes Sanches (2009, p. 58), a “evangelização foi reduzida ao mero anúncio de uma mensagem, na maioria das vezes, descontextualizada e com a bagagem cultural dos missionários estrangeiros”.

Pode-se perceber que o discurso da TMI em busca da justiça social não é algo inédito no contexto latino-americano, nem o é no contexto mundial. A historiografia da humanidade está repleta de exemplos de esforços em busca de justiça para os menos favorecidos. Neste sentido, o que se deve compreender é que o discurso da TMI não é único, original ou desconhecido.

As dificuldades teóricas e práticas da Teologia da Missão Integral

Inicialmente, ao desenvolver-se uma reflexão sobre a TMI, a dificuldade que é encontrada está em sua primeira afirmação, a de “ser teologia”. Na comunidade da fé, o pensar em Deus, esta elaboração humana a partir da Revelação Especial do Sagrado, fundamenta-se exclusivamente na fala divina e não nas formulações humanas. Neste sentido, tudo que se autodenomina, afirmativamente, como a “forma correta de se pensar em Deus”, traz consigo inúmeras complicações.

Leonardo Boff, um dos maiores expoentes da Teologia da Libertação declara que:

nenhuma tendência pode monopolizar a teologia e apresentar-se como a teologia. Em tudo o que se diz está o

que não se diz. A razão (também a teológica) é finita. Por conseguinte, nenhuma geração de cristãos pode colocar e resolver todos os problemas que a fé apresenta. Disso se conclui que cada tendência teológica deve conhecer seu alcance e, sobretudo, seus limites [...] Deve também estar disposta a aceitar outras formas de sistematizar a fé (BOFF *apud* ROLDÁN, 2000, p. 53).

O perigo em afirmar que determinado pensamento ideológico é o verdadeiro, revela-se claramente na história da humanidade; inúmeras atrocidades foram executadas com base em uma ideia tida como verdade absoluta. Para Alberto Fernando Roldán (2000, p. 52), existe uma consequência em transformar a teologia em uma espécie de ídolo, segundo o autor, a “*idolatria das ideias*”, termo que empresta de Mackay, constrói um fanatismo que gera insensibilidade.

Evidentemente, as reflexões desenvolvidas por Alberto Fernando Roldán, criticam a Teologia Sistemática em sua tendência de substituir a verdade da Palavra Divina, no entanto, o mesmo pode-se dizer da predisposição da TMI em acreditar que é mais que um meio de se compreender com “*maior profundidade*”, a Verdade de Deus em Sua Palavra.

Um ponto importante abordado pelo autor em seu texto é que mesmo que sistematize-se a fé, que no presente artigo reflexivo diz respeito à integralidade missional pregada pela TMI, deve-se ter em mente que existem influências filosóficas, sociológicas e culturais em qualquer sistematização, e por conseguinte, devem ser consideradas; sem dúvida alguma, toda tarefa reflexiva é tarefa revisável, pois nenhuma abordagem teológica é um “*fato acabado*” (ROLDÁN, 2000, p. 52).

Um dos maiores expoentes da TMI, René C. Padilha (2009, p. 7), retrata que quase todos seus escritos surgiram “no

calor das circunstâncias”, e por isso, carecem de fundamentos acadêmicos. Para o autor, “a maior desvantagem é que há o risco de improvisação e generalizações”.

É importante pontuar também que René C. Padilha (2009, p. 13) é consciente de que o modelo de missão da TMI remonta a Jesus e à igreja do primeiro século, mesmo que a expressão “missão integral” tenha sido gerada no interior da Fraternidade Teológica Latino-Americana. Segundo o autor, ela foi uma tentativa de engendrar a missão da igreja de forma mais bíblica que a abordagem até então considerada como a tradicional, profundamente influenciada pelos moldes do movimento missionário moderno.

Além da complexidade de se aceitar a TMI como “teologia”, sua autodenominação traz outras dificuldades. Apesar de sua afirmação de integralidade, a práxis da TMI não é tão integral assim. No intento de se afirmar como teologia contemporânea engajada com a justiça social, a TMI teve que escolher seu campo de batalha. Quando se pensa em integralidade, formulam-se imagens que contemplam o todo e não somente as partes. Neste sentido, a TMI fez sua escolha pelo “comprometimento com o social”.

Segundo o Rev. Filipe Fontes, a TMI incorre no equívoco de identificar a evangelização com a ação social, isto é, ela especifica o evangelho com a misericórdia. No entendimento de Fontes, esta abordagem da TMI à leva a incorrer no risco de “marginalizar” o único tema que torna cristã a missão da igreja – o fazer discípulos. Isto é revelado pela clara tendência da TMI em “identificar ou substituir” o evangelho pela ação social.

No intento de ser “relevante”, os esforços da TMI se distanciaram da proposta original. Isto se deve ao fato de que no processo de construção de sua abordagem, perdeu-se fundamentos essenciais para a prática teológica. Como seus principais expoentes propõem, o compromisso da

TMI é construído a partir do contexto cultural, o que revela sérios perigos na formulação de sua práxis.

É importante considerar que a bagagem teológica da igreja contemporânea não surge em um vácuo temporal. Ela tem história; esta história lhe é pertencente por direito, e por prerrogativas que lhe são inerentes, pois é divina, “o mistério que esteve oculto” se revela com um propósito claro – manifestar a multiforme sabedoria de Deus. (Ef. 3.10)

Dito isto, percebe-se uma incoerência na proposta da TMI. Enquanto ela reivindica para si autoridade, abre mão da história da igreja, das formulações que se desenvolveram e assim construíram o ambiente teológico necessário para a prática cristã. No mesmo momento que se diz teológica, renuncia os fundamentos da reforma protestante em detrimento de formulações a partir de seu contexto histórico. O “pensar em Deus”, a ação teológica em si, fundamenta-se a partir da Revelação Especial de Deus, Sua Palavra. Neste sentido, como iniciar reflexões teológicas segundo contextos históricos?

Este é um erro de interpretação da TMI; não se devem trazer às Escrituras os pressupostos vivenciais para interpretá-la, pelo contrário, são os pressupostos contextuais que devem ser interpretados pelas Escrituras. Evidentemente a teologia deve ser contextualizada, no entanto, para aplicá-la corretamente, deve-se partir das considerações apresentadas pela própria Escritura.

Se a interpretação da TMI é uma explicação a partir de seu contexto, Ricardo Gondim Rodrigues (2009, p. 55), a acusa de produzir uma teologia que antes de ser bíblica, deseja ser holística, absorvendo as perspectivas das ciências humanas como a filosofia, sociologia, antropologia, como também, as ciências políticas. Neste sentido, partindo de sua falha hermenêutica, a TMI erra em seu diálogo com o mundo; ela tenta entender o mundo para então dialogar

com ele; entretanto, todo pensar teológico inicia-se no correto entendimento da Vontade Divina, revelada das Escrituras, para então interpretar a realidade vivencial e dar respostas satisfatórias às mazelas encontradas.

Neste diálogo com o mundo Latino-americano, a Fraternidade Teológica Latino-Americana (FTL), segundo Antônio Carlos Barro, escolheu caminhar, a partir de uma Cristologia e Soteriologia “renovadas”, construindo uma reflexão profundamente engajada com a justiça social e a ação política. Este comprometimento revelou-se como um dos maiores problemas levantados pela cristandade de raiz reformada: a aproximação da TMI com a ideologia marxista.

É importante perceber que a partir de uma tradição reformada, entendendo que a Reforma Protestante, antes de tudo, foi uma reforma interpretativa, o “pensar sobre Deus”, o “fazer teologia”, se desenvolve considerando suas fontes. A principal fonte da teologia é a Palavra de Deus e neste sentido, a TMI faz de suas fontes primárias o contexto vivencial e não a Fala Divina. Evidentemente a Teologia Reformada ouve a voz de outras ciências, no entanto, para fundamentar seu método teológico, as Escrituras Sagradas se revestem de exclusividade.

Deve ficar evidenciado que a TMI dialoga claramente com o marxismo, principalmente quando se observa em sua fala os mesmos termos cunhados pela ideologia marxista. Neste sentido, deve ser enfatizado sua tendência de simpatia à diversas ideologias. Esta é uma das dificuldades que estão relacionadas à TMI, seu pensamento é plural e os teólogos que fazem parte de seu movimento são de diversas matizes teológicas. Por esta postura pragmática, não se importa em estabelecer compromissos com qualquer tipo de tradição teológica, o que evidencia um método teológico falho ou até mesmo, inexistente.

Esta “Teologia Genérica” foi denunciada por Guilherme Vilela Ribeiro de Carvalho (2009, p. 27), quando descreve que, no esforço da cristandade de desenvolver os ideais de Lausanne, e por envolver neste empreendimento o empenho de diversas tradições protestantes, e de vários cristãos formados em distintos campos de conhecimento, foi produzido um “âmbito superficial”, um lugar vivencial que estaria produzindo um movimento de natureza universalizante. Os questionamentos que o autor constrói são de grande importância para a presente reflexão: como dialogar de forma produtiva neste contexto tão genérico? Como lidar com as divisões históricas representadas por estes pensadores?

Segundo o autor, a solução mais simples apresentada por alguns proponentes, seria “varrer a sujeira” para debaixo do tapete. Como a prioridade é proteger a “práxis missionária e pastoral”, deve-se evitar qualquer decisão teológica que comprometa este posicionamento protecionista. (CARVALHO, 2009, p. 44).

No entanto, de acordo com Guilherme Vilela Ribeiro de Carvalho (2009, p. 44), este posicionamento gera uma teologia de baixo custo, acessível a todos os cristãos, e que seria conciliar a todas as tradições, “com apelo suficiente para mobilizá-los à ação”. Segundo o autor, isto gera novos problemas: 1) evita ser específica quando deveria ser, já que toda a tradição teológica cristã sempre foi; 2) em razão de sua superficialidade, é incapaz de apresentar soluções realmente bíblicas; 3) além de ser uma interpretação ingênua, é uma atitude intelectualmente imatura em relação à tarefa teológica e conseqüentemente à práxis desta tarefa.

O resultado deste posicionamento da TMI revela que sua integralidade foi profundamente abalada pela renúncia e desinteresse de se fundamentar a partir da história teológica cristã, como também pelo seu interesse na

aproximação ao Materialismo Histórico e sua tendência claramente dialética com este pensamento marxista.

Possibilidades de Convergências entre o Evangelho e a Ação Social

Possibilidades e convergências sempre irão existir onde há diálogo. A existência da violência revela a falta de dialética. A violência não é necessariamente física, mas no contexto atual pode se materializar em posicionamentos que não estão dispostos ao diálogo, ao confronto.

O encontro entre o autêntico evangelho de Cristo e a verdadeira missão integral da Igreja Cristã, revelará que a fé que fundamenta a ação social é antes de tudo uma fé bíblica que nasce das Escrituras Sagradas, pois a “fé vem pelo ouvir, e ouvir a Palavra de Deus” (Rm 10.17). Assim, como desenvolver ações que construam uma nova perspectiva da TMI? Como gerar impacto que transforme as vidas de forma integral e não apenas no âmbito social ou a partir dele apenas?

Possivelmente um primeiro passo em direção a esta convergência seja em considerar que é necessário recuperar o alvo da “Grande Comissão” de Cristo: fazer discípulos. David J. Bosch (2002, p. 28), afirma esta realidade ao declarar que:

A evangelização é uma das dimensões essenciais da missão, e que ela é a proclamação da salvação em Cristo às pessoas que não creem nele, chamando-as ao arrependimento e à conversão, anunciando o perdão do pecado e convidando-as a tornarem-se membros vivos da comunidade terrena de Cristo e a começar uma vida de serviço aos outros no poder do Espírito Santo.

Sendo assim, a ação missional deve ser coerente com seus fundamentos, sua amplitude alcança todas as necessidades e exigências humanas, e por isso, deve compreender que suas relações são integradas, não sendo possível divorciar as esferas espirituais, materiais e sociais. (BOSCH, 2002, p. 484). Isto é descrito com clareza por Billy Graham:

Estou convencido de que, se a igreja voltasse à sua tarefa primordial de proclamar o evangelho e de converter pessoas à Cristo, ela teria um impacto muito maior nas necessidades sociais, morais e psicológicas dos homens do que qualquer outra coisa que pudesse fazer. Alguns dos maiores movimentos sociais da história se tornaram realidade porque homens se converteram a Cristo (GRAHAM *apud* BOSCH, 2002, p. 484).

Em relação ao encontro do homem com o Cristo de Deus, torna-se importante evidenciar que o propósito de Cristo era resgatar o homem, primeiramente de sua situação relacional com Deus, isto é, restaurar o relacionamento do homem com Deus, e consequentemente as relações humanas entre si.

De acordo com Robert Coleman (2006, p. 35), durante a estada do Salvador entre os homens, ele tinha como finalidade primordial “estar com seus discípulos”, era exatamente este o compromisso de Jesus com seus discípulos, e dos discípulos com Cristo - uma associação relacional – que revelou aos discípulos a necessidade de permanecer “Nele” para fundamentar a autoridade do ordenamento missionário, como da evangelização.

Outro ponto de convergência que deve ser considerado é a desconstrução da dicotomia desenvolvida pela TMI de que a missão da igreja é necessariamente promover justiça social e não apenas evangelizar. Segundo

Little, a Missão Integral erra em “não saber colocar as ações redentoras de Deus como prioritárias”. (LITTLE *apud* GONDIM, 2009, p. 116,117).

Neste sentido, é importante entender que a justiça social é o resultado de uma humanidade resgatada pelo redentor. Uma humanidade que se encontrou com seu Criador e agora pode revelá-lo ao restante da criação. Não se trabalha para produzir justiça, ela é produto de um encontro singular: Cristo e o pecador. Segundo Rodrigues, aceitar que a pobreza humana seja apenas material é reduzir o conceito bíblico de que o pobre seja aquele que apenas não tem recursos; a urgência está em entender que, de acordo com os padrões bíblicos, a pobreza humana vai além de recursos materiais. (GONDIM, 2009).

O que fica evidenciado ao refletir sobre o relacionamento de Jesus com seus discípulos é que o Cristo de Deus estava mais interessado na formação deles; Jesus se demorou como nunca o fez com outros grupos - inclusive os pobres - com seus discípulos. Para Ele era imprescindível que entendessem a realidade do Reino de Deus. Neste sentido é importante lembrar uma circunstância dentro deste contexto que foi vivenciada tanto por Jesus, como por seus discípulos; Jesus ao ser questionado sobre o “desperdício” do bálsamo derramado sobre Sua cabeça declarou-lhes que a pobreza era uma realidade humana (Mt 14.7).

É preciso reconhecer que o interesse de Jesus em relação à humanidade era que reconhecessem Seu Senhorio e Sua Salvação, isto significa necessariamente que esse encontro com Cristo estabelece claras exigências para com os que o querem seguir – nascer de novo. Foi exatamente isto que aconteceu em seu encontro com Nicodemos, pois “se alguém não nascer de novo não pode ver o Reino de Deus” (Jo 3.3).

Considerações finais

Pode-se concluir esta pequena reflexão sobre a TMI, considerando que em suas propostas iniciais, ela estava apenas tentando encontrar um sentido em que os esforços da cristandade não se perdessem em conjecturas, que é profundamente válido seus esforços reflexivos. No entanto, no desenvolver de seu pensamento, se encontrou distante dos fundamentos do método teológico construído a partir da Reforma Protestante, para então justificar suas proposições. Esta circunstância de distanciamento gerou alguns afastamentos que em um primeiro momento poderiam dar suporte aos seus anseios, como por exemplo, a contribuição da história interpretativa da igreja. Sua abertura quanto a todo tipo de ideologia para validar seus esforços, foi também motivo para que alguns grupos a percebessem com certa restrição.

Para corrigir os erros é necessário um retorno aos fundamentos reformistas; é indispensável produzir reflexões sobre a justiça social, pautadas pela Revelação Especial de Deus, como também, abrir mão de certos pressupostos marxistas que tanto maculam seus esforços em direção à sinalização do Reino de Deus.

Evidentemente, a proposta da presente reflexão não se vê como exaustiva, tampouco completa, para produzir resultados imediatos. É objetivo destas reflexões apenas fomentar a formulação de novas propostas e considerações em direção ao cumprimento integral da Vontade Soberana de Deus em relação à humanidade. Dito isto, trabalhemos mais e mais para que o Senhor seja glorificado em nossas ações.

Referências

- BARRO, Antônio Carlos. *Revisão do marco da Missão Integral*. Disponível em: <http://formacaoredefale.pbworks.com/f/Revis%25C3%25A3o%2Bdo%2BMarco%2Bda%2BMiss%25C3%25A3o%2BIntegral_Antonio%2BCarlos%2BBarro.pdf> Acesso em 17 ago. 2015. 22:00:05.
- BÍBLIA. Português. *Bíblia de Estudo Pentecostal*. Traduzida em Português por João Ferreira de Almeida. EUA: CPAD, Edição de 1995.
- BOSH, David J. *Missão Transformadora – Mudanças de paradigma na Teologia da Missão*. São Leopoldo: Sinodal, 2002.
- BOYER, Orlando. *Esforça-te para ganhar almas*. São Paulo: Vida, 1975.
- CARVALHO, Guilherme Vilela Ribeiro de. *A Missão Integral na Encruzilhada*. Reconsiderando a tensão no pensamento teológico de Lausanne. In: RAMOS, L, CAMARGO, M. AMORIM, R. (Orgs.). *Fé Cristã e Cultura Contemporânea*. Viçosa, MG: Ultimato, 2009.
- COLEMAN, Robert E. *O Plano Mestre de Evangelismo*. São Paulo: Mundo Cristão, 2006.
- COMBLIN, José. *Cristãos rumo ao século XXI*. São Paulo: Paulus, 1996.
- COSTA, Hermisten Maia Pereira da. *Introdução à Metodologia da Ciências Teológicas*. Goiânia: Editora Cruz, 2015.
- COSTAS, Orlando E. In: Steuernagel, Valdir. *A Serviço do Reino*. Belo Horizonte: Missão, 1992.
- FERNANDES SANCHES, Regina. *Teologia da Missão Integral*. São Paulo: Reflexão, 2009.
- GIANASTACIO, Vanderlei. *Responsabilidade Social, Serviço e Cidadania: À luz da Igreja Primitiva*. São Paulo: Vida Nova, 2006.
- HAYES, Ed. *A Igreja: O Corpo de Cristo no mundo de hoje*. São Paulo: Hagnos, 2002.

- JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- JONES, Lloyd Martyn. *O que é um evangélico?* São Paulo: P.E.S., 1971.
- KUIPER, R.B. *Evangelização Teocêntrica*. São Paulo: PES, 1976.
- PADILHA, C. René. In: *Servindo com os pobres na América Latina*. Curitiba: Descoberta, 1998.
- PATRICK, Darrin. *O plantador de Igreja*. São Paulo: Vida Nova, 2013.
- PADILHA, René. *O que é missão integral*. Viçosa, MG: Ultimato, 2009.
- RODRIGUES, Ricardo Gondim, *A Teologia da Missão Integral: aproximação entre evangélicos e evangelicais*. Disponível em: <http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2159> Acesso em: 20 ago, 2015 as 14:23:40.
- ROLDÁN, Alberto Fernando. *Para que serve a teologia?* Curitiba: Descoberta, 2000.
- SHEDD, Russell P. *Justiça Social e a Interpretação da Bíblia*. São Paulo: Vida Nova, 2013.
- STOTT, John. *A Missão Cristã No Mundo*. São Paulo: Candeia, 2008.
- STOTT, John. *A Igreja Autêntica*. São Paulo: ABU; Minas Gerais: Ultimato, 2013.

VLOGS E AS RELAÇÕES COM AS CRENÇAS MATEMÁTICAS

Andreia Cristina Soares Oliveira¹
Luso Soares Madureira²
Danillo Paulo da Silva Vitalino³

Resumo: Este trabalho investigativo tem por objetivo averiguar as relações das crenças positivas e/ou negativas sobre a matemática apresentadas nos *vlogs*. O método de pesquisa utilizado é o qualitativo e partirá do conceito de corpus latente, pois iremos utilizar dados que se encontram disponíveis na internet, dados já existentes e que foram produzidos sem intencionalidade de investigação previamente estabelecida. Esperamos que o resultado desta pesquisa contribua para o aprofundamento de discussões sobre *vlogs* e seus similares, principalmente em quesitos que envolvam a matemática e as crenças presentes, nesses *vlogs*, para com essa ciência.

Palavras-chave: *Vlogs*. Crenças. Matemática.

Abstract: This investigative work aims to investigate the relationships of positive and / or negative beliefs about mathematics in *vlogs*. The research method used is qualitative and based on the concept of latent body, since we will use data that are available on the internet, data that already existed and were acquired

¹ Pós-Graduada em Coordenação Pedagógica pela Faculdade UniBF. Licenciada em Pedagogia pela UFG.

² Doutorando em Educação pela PUC GO. Especializando em Robótica Educacional pela UNINTER. Mestre em Ensino de Ciências (Mestrado Acadêmico) pela UNICSUL. Especialista em Docência no Ensino da Matemática com ênfase Estatística e Probabilidade pela FACIMAB. Especialista em Docência no Ensino da Matemática com ênfase em Educação de Jovens e Adultos pela FACIMAB. Licenciado em Pedagogia (Licenciatura Plena) pela UVA. Licenciado em Matemática (Licenciatura Plena) pela UNITINS. Professor do Curso de Administração e Engenharia Civil da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

³ Discente do Curso de Pedagogia da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

without the intention of investigating. We hope that the result of this research will contribute to the deepening of the exercise on vlogs and their peers, mainly in questions that involve mathematics and as present beliefs, towards this science.

Keywords: Vlogs. Beliefs. Mathematics.

Introdução

As interações culturais na sociedade se iniciaram por meio do relacionamento face a face e independente do tempo histórico nunca deixaram de existir.

Para corroborar com esse raciocínio que enfatiza a questão da existência das interações culturais, Santaella (2003) destaca a importância de compreendermos sobre a emergência de eras culturais distintas, pois elas coexistem em um processo natural de desenvolvimento do mundo. Neste contexto, cada era está interligada a formas diferentes de se comunicar: cultura oral, escrita, impressa, de massa, das mídias, digital, pós-digital. Com base neste entendimento, podemos dizer que estamos vivendo imersos em uma sociedade midiaticizada e em pleno desenvolvimento, onde há

(...) diferentes “saberes”, mas com múltiplas formas de mediação e difusão desses saberes. Vale ressaltar que, no atual momento civilizatório, a tecnologia não agrega somente novos artefatos e novos modos de fazer, introduz também outra dinâmica em que o tempo e o espaço são reelaborados, produzindo novas formas de relacionamento entre as pessoas. (PIRES, 2010, p. 283).

Estes múltiplos e diferentes saberes nos possibilitam compreender que a linguagem e a tecnologia se entrelaçam favorecendo o processo de se comunicar, principalmente

por meio da elaboração de instrumentos, métodos, técnicas e procedimentos para a resolução de problemas nos mais diversos campos de atuação do ser humano.

Percebe-se, nisto, que a tecnologia nunca esteve separada do processo de letramento e construção de sentido, e isto pode ser percebido em diferentes eras culturais por meio de inscrições em paredes, nos chãos, nas telas, nas folhas de papéis, nos quadros de giz, nas telas eletrônicas, nas máquinas entre outros.

Hetkowski (2009, p. 233), afirma que o desenvolvimento da “tecnologia reestruturou profundamente a consciência, memória humana e a busca de soluções para grandes e pequenos problemas”.

Em meados de 1990, por exemplo, houve um grande aumento na produção de vídeos e um dos fatores que influenciou este aumento foi o surgimento das câmeras fotográficas, que na época já capturavam imagens em alta resolução. Paralelamente a esse evento histórico, surgiu o *vlog* e este ganhou destaque se enquadrando como uma nova categoria de diário virtual. (BARRETO, 2004).

A caracterização do *vlog* em sua gênese se deu pela agilidade da fala, pelo uso de linguagem coloquial e, em algumas situações, pelas palavras de impactos como, por exemplo, os palavrões, os chavões, além de também abordar assuntos diversos do nosso cotidiano com intencionalidades múltiplas que fazem parte do nosso dia a dia independentemente da idade, do gênero, da classe social entre outros fatores. (BURGESS, J.; GREEN, J, 2009).

Breves considerações sobre as falas contidas nos *vlogs*

Ao falar sobre *vlog* é essencial compreender o seu significado. Burgess nos dá uma definição importante, ele diz que o *vlog*

[...] é uma forma predominante do vídeo “amador” no Youtube, tipicamente estruturada sobre o conceito do monólogo feito diretamente para a câmera, cujos vídeos são caracteristicamente produzidos com pouco mais que uma webcam e pouca habilidade em edição. Os assuntos abordados vão de debates políticos racionais a arroubos exacerbados sobre o próprio YouTube e detalhes triviais da vida cotidiana. (BURGESS, 2009. p. 192).

Quando se fala de *vlogs*, automaticamente, o termo *vlogger* aparece. Este termo diz respeito à pessoa que produz os *vlogs*. Fazendo uma pesquisa simples e aleatória sem nenhum critério pré-estabelecido no youtube, (que é a principal plataforma digital de hospedagem de *vlogs*), sobre a relação dos *vloggers* com a educação, percebemos poucos assuntos relacionados.

Porém, ao assistir alguns materiais encontrados, verificamos curiosamente diversas falas sobre temas associados à matemática que nos chamou a atenção, principalmente sobre as dificuldades apontadas pelos *vloggers*, em entender e utilizar esta ciência. A nosso ver, declarações desse tipo são um dos fatores que podem influenciar diretamente os espectadores desses *vlogs* promovendo uma desmotivação no que tange o estudo da matemática, ou seja, nas declarações podem existir crenças negativas sobre aspectos matemáticos. Separamos alguns exemplos de falas que fundamentam a nossa hipótese, veja no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Declarações sobre crenças matemáticas encontradas nos *vlogs*

Vlogger	Vlog	Excertos de crenças matemáticas
Gabriel Dearo	Matemática: obra do inimigo	Exemplificação 1: "[...] Eu acho tão desnecessário estudar matemática [...]".

		Exemplificação 2: "[...] 90% do que você aprender de matemática na sua vida não vai servir pra absolutamente nada [...]".
Gabriel Peixoto	Gabriel Peixoto - matemática	Exemplificação 1: "[...] Uma pessoa que chega pra mim e diz que gosta de matemática, você pode perceber é maluca, é doida [...]". Exemplificação 2: "[...] Não é normal uma pessoa gostar de matemática, não [...]".
Kéfera	Eu odeio fazer conta	Exemplificação 1: "[...] eu nasci totalmente acéfala em relação à matemática [...]". Exemplificação 2: "[...] matemática era um problema na minha vida [...]".
Lucas Lira	Pra que estudar essas coisas?	Exemplificação 1: "[...] a matemática pra mim ela é soma, subtração, multiplicação e divisão, passou disso, meu irmão, já vira feitiçaria [...]". Exemplificação 2: "[...] raiz quadrada veio, porque que traz raiz pra matemática? Raiz é lá em biologia [...]".
Victor Goes	Eu odeio matemática	Exemplificação 1: "[...] na minha concepção matemática é uma coisa desnecessária na humanidade, não tem finalidade eu estudar matemática [...]". Exemplificação 2: "[...] por mais que eu tente me esforçar pra entender a matemática, eu nunca, mais nunca vou conseguir [...]".
Wíndersson Nunes	Esse negócio de escola	Exemplificação 1: "[...] e o professor insiste em falar que a gente vai precisar da matemática na nossa vida [...]". Exemplificação 2: "[...] é lógico que a gente precisa saber de matemática nas nossas vidas, mas eu não preciso saber onde é que tá o x [...]".

Fonte: Os autores

Breves considerações sobre crenças matemáticas

No percurso histórico do conhecimento matemático temos nos deparados com diversas respostas sobre esta ciência. Por exemplo,

Aristóteles descreveu-a como o estudo da quantidade; R. Descartes como a ciência da ordem e da medida; F. Klein definiu-a como a ciência das coisas que são evidentes por si mesmas; B. Russell identificou-a como a lógica; D. Hilbert descreveu-a como um jogo formal em significação; I. Lakatos como uma atividade humana que encerra em si mesma uma dialética de conjecturas refutações e demonstrações, até chegar ao estabelecimento da teoria ou do resultado final, e G. Polya dizia que a matemática é saber/fazer mais que saber. (VILA; CALLEJO, 2006, p. 42).

Filosoficamente as posições encontradas sobre a matemática são bem amplas e se interacionam “[...] como um corpo estático de verdades eternas e universais que podem ser descobertas, cuja existência é independente dos sujeitos que as pensam [...]” (VILA e CALLEJO, 2006, p. 42).

A respeito das crenças matemáticas, cabe destacar a importância dos currículos. É necessário compreendermos que os currículos não são neutros, na verdade, favorecem a aquisição de crenças, modificando e contribuindo positivamente ou negativamente para a constituição do ser social.

Para uma melhor compreensão, ressaltamos que estas crenças são conhecimentos subjetivo e pessoal oriundas do senso comum, ou seja, de uma simples opinião fora do contexto científico, construídas por intermédio de experiências unilaterais, informações aleatórias, percepções enviesadas, entre outras. É a partir dessas concepções que geralmente estão no campo das aparências, que os envolvidos tiram suas conclusões precipitadas sobre a

matemática. Ainda é válido lembrar que essas crenças formam uma estrutura muito ampla, que se denomina de sistemas de crenças (VILA; CALLEJO, 2006).

O sistema de crenças geralmente se desenvolve com as experiências e/ou com as fantasias vivenciadas. Uma ilustração clássica sobre crenças é a de que o professor de matemática resolve facilmente os problemas, não apresentando nenhuma dificuldade. Esta crença desconsidera todo o processo social existente e o acúmulo adquirido pelo professor no decorrer de anos.

Em seqüência, apresentamos também como exemplo, crenças que se desenvolvem de acordo com o tipo de atividade abordada nas aulas de matemática, que quase sempre resultam em atividades pouco atrativas, repetitivas, mais ou menos estereotipadas. Para modificar este tipo de crença é necessário repensar de que forma os conceitos matemáticos têm sido tratados. Pois dependendo da maneira como os assuntos matemáticos são abordados, eles podem gerar crenças positivas ou negativas. Uma simples análise sobre este ponto nos faz perceber a importância do

ensino agradável da matemática uma forma mais multifacetada de olhar da matemática, não só por meio de suas estruturas (números, algoritmos, razões, formas, funções, continuidade, aleatoriedade, máximos, aproximação, uniformidade), das ações ou dos processos (representar, demonstrar, aplicar, modelar...), de suas abstrações (símbolos, infinito, recursão...), de atividades e valores (pergunta-se, beleza...), de comportamentos (movimento, caos, estabilidade...), de dicotomias (descontínuo versus contínuo, finito versus infinito, estocástico versus determinista...) ou de padrões (dimensão, quantidade, incerteza, forma e mudança) inventados pela mente humana, observados na natureza ou derivados de outros padrões que podem ser explorados com a

matemática e descritos com sua linguagem (VILA; CALLEJO, 2006, p. 49).

Com base nesta reflexão sobre o ensino agradável envolvendo os conteúdos matemáticos, percebemos as diferentes formas de articulação metodológica, que podem auxiliar na construção de crenças sejam elas positivas ou negativas.

Em adição, Vila e Callejo (2006) destaca tipos de crenças que nos possibilita pensar de forma sistematizada sobre a constituição das mesmas, são elas:

Crenças descritivas: são aquelas que provêm das experiências, do contato pessoal com o objeto; essas crenças adquirem um alto grau de certeza ao serem validadas com a continuidade das experiências, o que afeta nas atividades do indivíduo.

Crenças inferenciais: são aquelas que possuem sua origem em relações aprendidas previamente, ou com uso de sistemas de codificação. Importa ressaltar que a base dessas crenças sempre é alguma crença descritiva.

Crenças informativas: são aquelas adquiridas de informações, com outras pessoas, meios de comunicação social, ou seja, sua origem é exterior ao indivíduo (CALLEJO, 2006, p. 50).

Uma análise mais apurada do assunto em questão nos possibilita compreender que as crenças não são originadas separadamente, tampouco estão isoladas, pelo contrário, elas estão sempre relacionadas umas com as outras, formando um sistema de crenças. Esse sistema é uma rede organizada em que algumas crenças se relacionam entre si, no entanto, com diferente grau de convicção, isto é, estão em uma centralidade psicológica, as que se sustentam com maior força são chamadas de centrais e as demais são periféricas. Desta forma, para modificarmos essas crenças

é necessário conhecer não só uma forma de se relacionar e de agrupar, como também o tipo de relação que se dá entre elas, quer dizer, se são primárias ou derivadas, centrais ou periféricas, uma vez que, quando se trata de desestabilizar e mudar as crenças primárias e centrais, se produzirá uma “crise” maior no sistema de crenças do sujeito, que deverá reestruturar-se e reconstruir-se para estabilizar-se novamente (VILA; CALLEJO, 2006, p. 52).

Em relação à matemática tomamos por base quatro conjuntos de crenças distribuídos assim:

Crenças sobre a matemática como disciplina;
Crenças dos sujeitos sobre si mesmos e sua relação com a matemática;
Crenças sobre o ensino da matemática;
Crenças sobre matemática relacionadas com o contexto social (VILA; CALLEJO, 2006, p. 58).

Em todos estes grupos sempre existirá componentes afetivos ou cognitivos ligados aos contextos em que se manifestam essas crenças. Ao analisar os fatores, sejam eles cognitivos e/ou afetivos que emerge da relação *vlog* e da crença matemática é de suma importância, pois, creditar que as crenças provenientes da interação com o *vlog* exerce influência sobre os espectadores e, independente do tipo de crença – positiva ou negativa – elas reforçarão as crenças já existentes sobre a matemática.

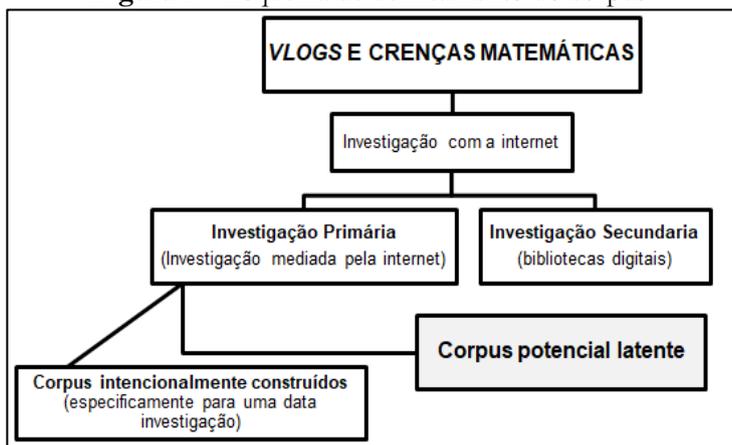
Por fim, concluímos que as crenças, de maneira geral, possuem um forte componente cognitivo (compreensão) e afetivo (sentimentos) que influenciam e rodeiam o fazer matemática. Elas, por sua vez, possuem certa instabilidade, mas que podem se desenvolver e modificar as relações preexistentes (VILA; CALLEJO, 2006).

Metodologia

Para a realização desta pesquisa utilizaremos a abordagem qualitativa. Quanto aos objetivos de pesquisa, esta pesquisa é de cunho exploratório e bibliográfico, mas em relação aos procedimentos é uma pesquisa de campo.

A abordagem qualitativa formatada para este trabalho busca descrever o enredamento de determinado problema em seus múltiplos detalhes de seis *vlogs* mais populares postados na plataforma brasileira do *YouTube*. A definição do corpus de dados será totalmente proveniente do conceito de corpus potencial latente, pois iremos utilizar dados que se encontram disponíveis na internet, dados já existentes e que não foram produzidos com uma intencionalidade de investigação previamente estabelecida. Na Figura 1, logo abaixo, temos um esquema que ilustra melhor a definição do corpus.

Figura 1 – Esquema de delineamento do corpus



Fonte: Adaptado com base em ALMEIDA e SOUZA (2009).

Com base na apresentação do esquema de delineamento do corpus, compete destacar que a pesquisa apresenta características particulares, isto quer dizer que

Não se trata somente de uma análise primária, uma vez que os dados já existem e se encontram disponíveis online. No entanto, também não se refere exclusivamente a uma análise secundária, uma vez que estes dados disponíveis na internet ainda não foram analisados (SOUZA; ALMEIDA, 2009, p. 6).

Na sequência, apresentamos o objetivo geral que é analisar como as crenças positivas e/ou negativas se constituem nos *vlogs* e de que maneira elas contribuem (ou não) na aprendizagem matemática.

Com relação aos objetivos específicos selecionamos três: a) Identificar os *vlogs* com maior visualização; b) Escolher os *vlogs* e estabelecer categorias que permitam correlacionar as relações entre eles e as crenças matemáticas; c) Avaliar os tipos de falas contidas nos *vlogs* e refletir sobre as possíveis intencionalidades para o processo de aprendizagem da matemática a partir das destabilizações das crenças identificadas.

Considerações finais

Acreditamos que o resultado desta pesquisa contribuirá para o aprofundamento de discussões do impacto dos *vlogs* nas vidas dos internautas, principalmente em tópicos relacionados à construção e desconstrução de crenças positivas e negativas em torno da matemática.

Referências

BURGESS, J. *YouTube e a Revolução Digital: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade* / Jean Burgess e Joshua Green; com textos de Henry Jenkins e John Hartley. Tradução: Ricardo Giassetti. – São Paulo: Aleph, 2009.

BARRETO, J. *Internautas incrementam blogs com vídeos digitais*. Folha de São Paulo, São Paulo F, v. 2, p. 24, 2011. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u17523.shtml>>. Acesso em 24 set. 2020.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em <http://www.uece.br/nucleo/delinguasitaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_projeto_de_pesquisa.pdf>. Acesso em 24 set. 2020.

HETKOWSKI, T. M. *Dialética interna: tecnologias de informação e comunicação e formação de professores*. In: NASCIMENTO, Antonio Dias; HETKOWSKI, Tânia Maria (Orgs.). *Educação e contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas*. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em <<http://static.scielo.org/scielobooks/jc8w4/pdf/nascimento-9788523208721.pdf>>. Acesso em 24 set. 2020.

MONTANHA, F. A. *Por um estudo dos vlogs: apontamentos iniciais e contribuições teóricas de Marshall McLuhan*. Contemporânea (Rio de Janeiro), v. 9, p. 153- 168, 2011. Disponível em <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/215>>. Acesso em 24 set. 2020.

NERI DE SOUZA, F.; ALMEIDA, P. *Investigação em Educação em Ciência baseada em dados provenientes da internet*. XIII Encontro Nacional De Educação Em Ciências. Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Castelo Branco, 24-26 de setembro, Castelo Branco, 2009.

PIRES, E. G. *A experiência audiovisual nos espaços educativos: possíveis interseções entre educação e comunicação*. Educação e pesquisa, São Paulo, v.36, n.1, pág. 281 - 295, jan./abr. 2010. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/ep/v36n1/a06v36n1.pdf>>. Acesso em 24 set. 2020.

SANTAELLA, L. *Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura*. São Paulo: Paulus, 2003. Disponível em <<http://ria.ufrn.br:8080/jsui/handle/123456789/1363>>. Acesso em 24 set. 2020.

VILA, A.; CALLEJO, M. L. *Matemática para aprender a pensar*. O papel das crenças na resolução de problemas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

Vídeos consultados

BATISTA, W. N. *Esse negócio de escola*. Youtube. 2013. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=bLfsI28by1s>>. Acesso em: 25 set. 2020

DEARO, G. *Matemática: obra do Inimigo*. Youtube. 2015. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=zDMqgZV8Izs>>. Acesso em: 25 set. 2020.

LIRA, L. *Pra que estudar essas coisas?* Youtube. 2013. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ppbkx3LL8ho>>. Acesso em: 25 set. 2020.

GOES, V. *Eu odeio matemática*. Youtube. 2015. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=DWY-aydLUJU>>. Acesso em: 25 set. 2020.

PEIXOTO, G. Gabriel Peixoto – *Matemática*. Youtube. 2014. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Ax_04eb0ooQ>. Acesso em: 25 set. 2020.

PEREIRA, K. B. de M. J. *Eu odeio fazer conta!* Youtube. 2015. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=gS-yKbHR7ig>>. Acesso em: 25 set. 2020.

A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR NAS EMPRESAS E ORGANIZAÇÕES: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Analy Oliveira Novaes¹
Kelly Carvalho dos Santos²
João Carlos Mohn Nogueira³

Resumo: Neste artigo propomos demonstrar os conceitos de ética e moral dos indivíduos em sociedade, tendo maior destaque no código de ética profissional contábil e sua responsabilidade civil nos seus deveres e obrigações com a sociedade e seus clientes, a fim de serem cumpridos. Para que todo esse objetivo de estudo fosse realizado houve um levantamento bibliográfico que pode ser possível para identificarmos todos os conceitos e códigos vigentes na área contábil. Conclui-se que todo profissional contábil inserido dentro de uma sociedade ou instituição deve agir conforme o código de ética vigente para que haja integridade e lealdade nas informações dos serviços prestados para com seus clientes, sociedade e com seus colegas de classe. Tendo extrema importância o estudo do código de ética para que o profissional desempenhe um bom trabalho e que também tenha a lei do seu lado cumprindo os seus deveres e proibições como profissional da área contábil.

Palavras-chaves: Moral. Código de Ética. Código civil. Profissional Contábil.

¹ Discente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

² Discente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

³ Possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal de Goiás, Mestrado em Agronomia pela Universidade Federal de Goiás e é Doutorando em Inovação Farmacéutica pela Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Goiás (UFG). Atualmente é professor efetivo na Universidade Estadual de Goiás - Campus Palmeiras de Goiás - e na Faculdade de Piracanjuba (FAP).

Abstract: In this article we propose to demonstrate the concepts of ethics and morals of individuals in society, having more prominence in the accounting professional code of ethics and their civil responsibility in their duties and obligations to society and its clients in order to be long. So that all this objective of study could be realized listens a bibliographical survey that may be possible to identify all the concepts and codes in force in the accounting area. It concludes that every accounting professional inserted within a company or institution must act in accordance with the current code of ethics so that there is integrity and loyalty in the information of the services rendered to its client or society is with its classmates. The study of the code of ethics is extremely important for the professional to do a good job and also to have the law on his side fulfilling his duties and prohibitions as an accounting professional.

Keywords: Moral. Code of Ethics. Civil Code. Accounting Professional.

Introdução

A contabilidade é uma ciência social que estuda, interpreta e registra os fenômenos que afetam o patrimônio das entidades. As influências de aspectos econômicos, políticos, culturais e históricos afetam direta e indiretamente o exercício do profissional contábil, que tem a obrigação de prezar pela ética e pelos princípios em sua atividade (PASQUALI e VESCO, 2016).

Uma das tendências para o crescimento da contabilidade é a consonância dos princípios contábeis e da ética diante do mercado globalizado, uma vez que, os profissionais encaram novas oportunidades de desenvolvimento e desafios para o conhecimento contábil. Para Iudícibus (1997, p. 24): “contadores diferentes poderiam ter diferentes ideias sobre tais conceitos”.

Dessa forma, são competências do contador apresentar demonstrações contábeis e divulgações adequadas de acordo com as normas vigentes pelo novo código civil de 2002. Este código trouxe melhorias na aplicação da lei contábil, pensamentos e princípios relacionados às responsabilidades do profissional.

Por força do Código de Ética Profissional do Contador, alterado pela Resolução CFC nº 1.307/2010, artigo 4º, inciso I, as bases fundamentais no desempenho do profissional de contabilidade é a ética e a observação de toda legislação pertinente, em especial os princípios e as normas brasileiras de contabilidade.

No entendimento de Lisboa (2011), resumidamente, a Ética pode ser definida como sendo um conceito filosófico que lida com o que é moralmente bom ou mau, certo ou errado. Pode-se afirmar, que ética e “filosofia da moral” possui o mesmo significado.

Continuando segundo Lisboa (2011), o âmbito em que os funcionários estão implicados, a palavra ética assume diversas significações. Um conceito particular fala que a “ética nos negócios é a análise da forma pela qual normas morais se aplicam aos objetivos da companhia comercial e às atividades ligadas a profissão contábil”.

Outra definição de ética nos negócios fala que “é ético tudo o que está em harmonia com os princípios de conduta humana; segundo a linguagem comum, alguns preceitos tem o mesmo significado de ético – moral, bom, certo, justo e honesto” (LISBOA, 2011).

Segundo Gouvêa e Avanço (2006), o Contabilista tem toda a organização da entidade sob sua responsabilidade, deixando de ser um simples “guarda-livros”, para se tornar um importante profissional para a continuidade de uma empresa. Vista tamanha relevância desse profissional, vários contadores passam a ser grandes referências na

profissão, tornando seus trabalhos de altíssimos custos, de alta qualidade, sendo profissionais honestos. Portanto, suas posturas e relatórios devem fornecer ao empresário a compreensão das operações financeiras e previsões para o futuro da entidade.

Os mesmos autores afirmam que o Contador exerce importante função na análise e aprimoramento na profissão contábil no que diz respeito à conduta ética, por esse motivo ele deve desempenhar de maneira fiel seu dever de profissional independente. Na ética profissional, os contadores são responsáveis por propor soluções alternativas que guardem seus interesses próprios e da entidade, evitando assinar demonstrações contábeis com omissões ou fraudes que possam contrariar os princípios éticos. Ou seja, demonstrar incompetência dentro de uma organização, o contador estará aplicando a falta de ética profissional.

Conforme Lisboa (1997) o conhecimento profissional é princípio ético que deve conduzir as condutas de preparação de uma contabilidade fidedigna.

É importante salientar que os princípios éticos devem ser acolhidos pela sociedade como verídicos e a eles seguir e respeitar, vistos pela maioria como meros procedimentos irrealizáveis. Portanto, uma entidade que não leva a sério a contabilidade e considera esse comportamento ético, tem o grave poder de gerar, através de imperícia, vício de procedimento, gerando uma deficiência de formação, que será espalhada para as outras empresas e organizações.

O presente artigo evidencia a importância da ética relacionada com a postura do profissional influenciando nos conceitos aplicados e práticas para a formação do contador. Assim, o objetivo geral é evidenciar a ética na profissão contábil e nas organizações, destacando os pontos relevantes do Código de Ética Profissional do Contador.

Metodologia

O método utilizado buscou oferecer ferramentas essenciais para a realização de uma pesquisa bibliográfica. Segundo destaca Pizzani *et al.* (2012) estende-se por pesquisa bibliográfica a revisão da literatura sobre as principais teorias que realizam o trabalho científico.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, através de um levantamento seguindo as técnicas e métodos adequados de um artigo científico com o intuito de alcançar o resultado desejado. As bases de dados utilizados na pesquisa foram através de Livros, Google Acadêmico, Artigos de Revista e Periódicos Científicos.

Ética e moral

Ao falarmos de Ética já relacionamos ela a Moral, mas ambas têm definições diferentes, porém se complementam. O termo ética origina-se do grego *ethos* que significa modo de ser ou caráter. “A ética é definida como um conjunto de práticas morais de uma determinada sociedade, ou então os princípios que norteiam estas práticas” (SUNG e SILVA, 2001, p. 13).

Cassarro (1992, p. 1) afirma que:

A ética é uma questão cultural, que pode ser entendida por “cultura” uma programação mental coletiva que distingue, pelas atitudes e comportamentos, os membros de uma categoria dos membros de outra. Se for questão cultural, deduz-se que toda e qualquer cultura, todo e qualquer grupamento humano apenas terá condições de operar em harmonia, visando o atendimento de objetivos comuns, se houver um código de ética, um código de conduta, quer formalizado ou não. Nos grupamentos humanos, a sociedade é uma realidade espontânea e moral, pela qual os homens

nascem e existem, dependentes uns dos outros, com a obrigação de se ajudarem mutuamente na luta pela vida.

Para Aristóteles Apud Lopes de Sá (1997), a ética é a busca do equilíbrio, e através deste equilíbrio as pessoas conseguiriam ser felizes e viver em harmonia com a sociedade.

Etimologicamente, o termo moral tem origem no latim *Morales*, cujo significa “costumes”. Para Vásquez (1997), a moral seria um conjunto de normas de condutas consideradas válidas, que de modo absoluto para qualquer tempo ou lugar, para grupo ou uma pessoa determinada. A moral se refere ao comportamento adquirido pelo homem. Cada sociedade tem seus costumes, ou valores morais, por isso a moral não pode ser considerada uma regra universal.

Para Martins (2003, p. 1), “a moral é a regulamentação dos valores e comportamentos considerados legítimos para uma determinada sociedade (...)”, ou seja, moral é o conjunto de regras adquiridas através da cultura, da educação, da tradição e do cotidiano é que orientam o comportamento humano dentro de uma sociedade.

Segundo Pequeno (2004), ética e moral são palavras que podem significar a mesma coisa em sua origem, pois diz respeito ao modo como os indivíduos devem agir na sociedade em relação ao outro no espaço em que vivem.

Entretanto, atualmente, pode-se estabelecer uma diferença entre ética e moral, pois a ética se constitui como parte da filosofia, que trata da moral em geral pois é definida como a ciência da moral, isso significa que a moral aparece, atualmente, como um objeto de reflexão da ética. Desse modo identifica-se que à ética estuda os elementos teóricos que nos permitem entender a moralidade do indivíduo, a moral diz respeito à esfera da conduta, do agir concreto de cada sujeito na sociedade.

Atributos do profissional contábil

Pode-se dizer que uma das características mais importantes em um profissional contábil é a honestidade. Os contadores estão sendo obrigados sempre a relatar a verdade e a resistir às propostas antiéticas, garantindo que as informações sob seu cuidado terão o sigilo preservado.

No pensamento de Sá (2001) são três requisitos necessários para o comportamento adequado do contabilista: competência, produtividade e sociabilidade. Por meio de sua competência, o profissional contábil mostra o quanto pode ser sofisticado e hábil na geração de informação; através de sua produtividade, gera mais informações, conseguindo melhorar o tempo disponível; por meio da sociedade ele mostra como conquistar novas oportunidades na carreira e a lidar com o cliente.

Complementa que é dever do contador não fazer distinção de qualidade de informação, pois o conhecimento público das desonestidades e fraudes executadas por estes profissionais são impactantes. O profissional está ligado à ética como um todo, qualquer erro por mais simples ou grave que seja, pode denegrir sua imagem.

Ética nas empresas e organizações

A ética nas organizações está deixando de ser uma exigência apenas da empresa e torna-se mais uma necessidade à conduta do profissional, permitindo-lhe o pensamento do dever cumprido. Logo, quanto mais empresas tenham responsabilidades éticas mais a sociedade na qual estejam introduzidas tenderão a melhorar (BARRETO, 2015).

A mesma autora afirma que as empresas necessitam se esforçar para romperem o círculo vicioso da conduta antiética, não bastando apenas criar códigos de conduta:

É preciso se assegurar de que sua organização demonstra comportamentos éticos, colocando em vigência na empresa um código ou política que sejam abordados em muitos de seus programas de treinamento;

É preciso lidar com questões de natureza ética, desenvolvendo uma nova perspectiva capaz de capacitar os profissionais de contabilidade;

É preciso que as empresas tenham preocupações com a assistência ao profissional, ao cumprimento das leis, o pagamento de impostos e o cuidado com o meio ambiente. Assim, aumentam suas chances de sobrevivência.

O comportamento de respeito à verdade gera confiança, devendo ser uma regra exercida sempre pelo profissional contábil. Pois algumas organizações têm adotado a transparência através da ética.

Continuando as afirmações de Barreto (2015), uma empresa é considerada ética quando cumpre com todos os seus deveres éticos, agindo sempre de forma honesta. Porém, uma política mal definida atinge dois dos maiores patrimônios de uma organização: a marca e a imagem.

Portanto, para alcançar o sucesso almejado, é preciso ter uma ética interna dentro das empresas que oriente o Contador em suas decisões. Mudar o comportamento ético é um desafio trabalhoso que precisa ser enfrentado corretamente, mas que vale a pena.

Ética e a profissão contábil

O contabilista é uma das profissões que exija um apelo ao comportamento ético, sendo que a atividade contábil é aquela que fornece tais informações aos usuários da

contabilidade através de seus relatórios, registros, demonstrativos e pela assinatura da responsabilidade técnica pelo serviço prestado.

Assim Ética para Kraemer (2001, p. 39), diz que:

O contabilista, pela realização do seu exercício, apresenta-se a terceiros: usuários e dependentes que confiam nas informações recebidas, não sendo estas fornecidas com base no conhecimento técnico e na Ética, poderão trazer sérios problemas, como: ao empresário contratante dos trabalhos, informações que poderão leva-lo a tomar decisões prejudiciais à empresa; aos credores ou fornecedores de créditos, prejuízos pelo eventual não-recebimento do empregador; ao País, pelo não-recebimento de impostos, o que causará danos a todos de maneira geral.

Lisboa (1997, p. 23), complementa que:

A profissão contábil atua primeiramente na área do exercício da atividade, desempenhando missão importante para as pessoas, empresas e instituições públicas. A segunda trabalha no melhoramento de seus métodos, técnicas e procedimentos; tornando uma disciplina de alta credibilidade e uma imagem sólida.

Neste âmbito, cabe ao profissional da área contábil realizar seu trabalho de maneira competente através de condutas aplicadas sob a luz da ética, pois do contrário poderá o usuário sofrer sérias punições.

Continuando segundo Lisboa (1997), o Contador enfrenta inúmeros problemas éticos como profissional, que se delimitem nos conceitos do dever, direito, justiça, responsabilidade, consciência e vocação.

Visto que o Contador, além da sua formação acadêmica, deve atuar sempre com integridade e lealdade ao bem da comunidade onde trabalha.

Como diz Sá (1997, p. 8), “nenhum artifício moral, legal ou político, podem resolver mecanicamente as difíceis barganhas e as dolorosas decisões que o profissional contábil responsável enfrenta continuamente”.

Portanto, o Contador deve ter como regra básica a observação dos preceitos emanados ao Código de Ética Profissional, ao qual jura cumprir, quando do recebimento, através do CRC, da Carteira Profissional, permitindo o direito ao exercício legal da profissão contábil no Brasil.

Responsabilidade civil

Na contabilidade, o profissional da área reflete as boas práticas devendo o contador saber quais são os deveres e suas obrigações para com a sociedade e seus clientes. Além de tudo, é essencial compreender as implicações de uma conduta não ética, quer dizer por culpa ou dolo profissional.

Para Diniz (2003, p. 34), responsabilidade civil é definida como “aplicar medidas que obriguem uma pessoa a reparar dano moral ou patrimonial causado a terceiros, por alguma coisa a ela pertencente ou de simples imposição legal”.

Segundo Coelho, “a responsabilidade civil é a obrigação no qual o sujeito ativo pode exigir o pagamento de indenização do passivo por ter sofrido prejuízo imputado a este último” (2005, p. 252).

Diante dessas definições e das condutas do profissional contábil, surge um novo código civil a respeito do instituto da responsabilidade civil do contador: artigos 1.177 e 1.178 sendo falado mais adiante.

Em relação ao dano, a responsabilidade civil encontra sua base legal nos artigos 186 e 927 do novo código civil.

Segundo o Código Civil, Artigo 186º, aquele que violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Já o Artigo 927º, dispõe que “haverá obrigação de reparar o dano, independente de culpa, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, riscos para benefícios de outrem”.

Segundo Sá (2005, p. 103), “tudo que o profissional contábil registra e demonstra em relação ao movimento da empresa, ele o faz como preposto”. Desse modo, sobre o instituto da responsabilidade civil do contador citado anteriormente, o novo código civil, em seu Artigo 1.177º aborda:

Os assentos lançados nos livros ou fichas do preponente (cliente), por qualquer dos prepostos (contador) encarregados de sua escrituração, produzem, salvo se houver procedido de má-fé, os mesmos efeitos como se o fossem por aquele.

O Código Civil, Artigo 1.178º, dispõe, “os preponentes são responsáveis pelos atos de quaisquer prepostos, praticados nos seus estabelecimentos, ainda que não autorizados por escrito.”

Nesse cenário da responsabilidade civil, conforme Gonçalves (2003) é sempre individual, isto é, responsável por reparar o dano àquele que o causou. Portanto, há casos em que haverá a chamada responsabilidade solidária, onde o dever de reparar o dano causado será de todos aqueles que o fizeram, dividindo-se entre eles o pagamento.

A inovação do novo código civil trouxe impactos diretos na contabilidade contribuindo para um trabalho

ético, transparente e igualitário do profissional contábil, tanto com seus clientes, quanto com a sociedade.

Continuando as afirmações de Gonçalves (2003), são dois os elementos da responsabilidade civil: objetiva e subjetiva. Objetiva - neste caso é presumida, ou seja, não se faz necessária a prova de culpa. Subjetiva - é necessária a comprovação de que a conduta foi praticada com culpa, ora por negligência ou imprudência, ora pela vontade intencional de violar um dever jurídico. Complementa que não há distinção, no código civil, entre dolo e culpa, isto é, sempre existirá o dever de indenização para fins de reparação do dano causado.

As principais mudanças trazidas pelo novo código civil para a contabilidade em seus artigos 1.177 ao 1.195 foram em relação: à escrituração, à conservação, à guarda da documentação, às demonstrações contábeis e à obrigatoriedade do livro diário.

Responsabilidade civil quanto à escrituração fiscal e contábil

O contador não deve induzir ou ser conivente com seu cliente à dispensa da escrituração contábil, podendo ocasionar prejuízos ao cliente em função de operações financeiras não aprovadas pela falta das demonstrações contábeis (FRANCO, CARDOSO, 2009).

Juntamente na Junta Comercial ou Cartório, em relação às responsabilidades do profissional contábil é indispensável ter em poder o livro Diário, devendo ser autenticado.

O sistema de fichas de lançamentos, quando adotado em uma empresa, o livro Diário poderá ser substituído pelo livro Balancetes Diários e Balanços, como destaca o Código Civil, Artigo 1.185º. Devendo registrar.

Conforme Artigo 1.186º, inciso I e II, respectivamente, “A posição diária de cada uma das contas, pelo respectivo saldo, em forma de balancetes diários” e “o balanço patrimonial e o de resultado econômico, no encerramento do exercício”.

Responsabilidade civil quanto aos balanços e assinaturas em documentos

Para Franco e Cardoso (2009), é necessário na contabilidade que se encontre nos balanços patrimoniais da entidade um bom desempenho dos resultados e uma boa análise de dados utilizados: fidelidade, clareza, situação real do estabelecimento.

Segundo o código civil, Artigo 1.174º, cabe “a escrituração fiscal ficar sob a responsabilidade de um contabilista legalmente habilitado, salvo se nenhum houver na localidade”.

Responsabilidade civil do perito e do auditor contábil

A responsabilidade do profissional perito contábil, de acordo com o Novo Código Civil, é de alta responsabilidade, porque seus erros por negligência, dolo ou má-fé, podem levar a justiça a julgamento consciente e justo. Cabendo o Artigo 147º:

O perito que, por dolo ou culpa, prestar informações inverídicas, responderá pelos prejuízos que causar à parte, ficará inabilitado, por 2 anos, a funcionar em outras perícias e incorrerá na sanção que a lei penal estabelecer.

O Artigo 424º, parágrafo único do Processo Civil, especula que o perito deixar de cumprir o encargo pericial sofrerá a pena de multa, a ser fixado pelo juiz que o

nomeou, “o perito pode ser substituído quando: 1 – carecer de conhecimento técnico e científico; 2 – deixar de cumprir o encargo no prazo que lhe foi assinado, sem motivo legal”.

Entretanto, o Parágrafo 2º do Artigo 16º conceitua a responsabilidade civil dos auditores independentes, onde responderão civilmente pelos prejuízos que ocasionar a terceiros em virtude de culpa ou dolo em suas atividades.

Código de ética da profissão contábil

O código de ética nada mais é que um documento onde contém orientações para os indivíduos de uma empresa ou profissão terem posturas e atitudes corretas com a conduta política dentro da sociedade em que estão inseridos.

Então o desafio não é tornar a ética um lugar-comum, mas sim, compreender a sua amplitude, para buscar e participar de soluções que sejam menos destrutivas, mais conscientes, é mudar a visão de sua própria existência enquanto ser humano (RASCHE, 2005).

Pode se dizer que o código de ética está relacionado com o Código denominado como deontológico, pois é uma ciência que estuda os deveres, obrigações e também parte da ótica moral e ética. Segundo Rasche (2005), a deontologia e a ética profissional servem de um lado, para controlar a ação dos membros de um grupo profissional e, de outro lado, para orientar sua conduta, colaborando para a formação de um grupo que se identifica e é identificado por um modo de agir. Assim a sustentação de uma profissão depende do conjunto de seus membros, dado, a conduta de cada um.

Sendo assim o principal papel do código de ética e especificar para sociedade os princípios de um profissional ou instituição, documentar os direitos e deveres, impor limites entre profissional ou instituição com colegas e clientes,

declarar a importância do sigilo, defender aos direitos humanos, delimitar o uso de publicidade em áreas específicas, explicar sobre os direitos trabalhistas entre outros.

Como podemos identificar o código de ética é baseado na legislação vigente no país, tanto nos direitos humanos, trabalhista entre outros, para que haja sempre harmonia entre profissional ou empresa dentro da sociedade.

Dos deveres e das proibições

O objetivo da Ética Profissional é desenvolver suas atividades e a maneira como os Contadores devem conduzi-las.

Conforme Lisboa (2011), no Artigo 2º, onde se encontra as responsabilidades da contabilidade diz que o Contador como profissional tem o dever de efetuar suas atividades com honestidade, sem perda da dignidade; Guardar sigilo do serviço público; Zelar pela sua competência; Comunicar ao cliente a decisão de confiar trabalho; Saber de todas as circunstâncias antes de emitir opinião; Evitar declarações públicas por motivos de renúncia; Desempenhar um bom conhecimento dos encargos que são exercidos; Manifestar o impedimento para a atividade contábil; Ser solidário no exercício da contabilidade zelando por condições de trabalho do profissional.

Continuando as afirmações do autor, no Artigo 3º, é proibido ao Contador, as funções de: Diminuir o colega perante trabalhos realizados em qualquer meio de comunicação; Desprestigiar a classe contábil no exercício de qualquer natureza; Obter vantagem em função da profissão contábil; Assinar documentos contábeis realizados por outros, contrário a sua supervisão e orientação; Exercer a profissão quando impedido; Manter Organização Contábil sob forma não autorizada pela

legislação vigente no país; Valer-se de negociador de trabalhos, perante os honorários a receber; Fraudar ou praticar, no ato da profissão, crime à legislação; Pedir ou cobrar do cliente qualquer utilidade que saiba para prática ilegal; Impedir, culposa ou dolosamente, proveito confiado a sua obrigação como profissional; Negar-se a prestar contas de verbas que lhe forem confiadas; Guardar livros ou papéis confiados ao seu cuidado; Orientar-se o cliente contra ordens expressas por lei ou contra as Normas Brasileiras de Contabilidade; Praticar ação ou sujeitar o seu nome a empresas com propósitos ilegais; Divulgar o negócio confidenciado pelo cliente para acordo ou ajuste que, comprovado, tenha tido conhecimento; Emitir referência que reconheça o cliente ou empregador, com violação de segredo profissional, em divulgação em que haja referência a serviço que tenha ocorrido, exceto quando autorizado por eles; Tentar Iludir a dignidade de cliente ou de terceiros, fraudando ou modificando o exato conteúdo de papéis, bem como oferecendo falsas notícias; Não realizar, no tempo combinado, decisão dos Conselhos Regionais de Contabilidade, depois de medianamente comunicado; Designar-se com categoria profissional que não possua, na contabilidade; Realizar provas contábeis sem cumprimento das Normas Brasileiras de Contabilidade publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade; Rejeitar à licença da profissão, devendo vetar quaisquer exclusões que possam dificultar a eficiência e punição de seu serviço; Divulgar ou partilhar, em seu título, trabalho científico do qual não tenha participado.

Conforme o Artigo 4º é de responsabilidade do Contabilista divulgar relato, parecer ou trabalho técnico, autenticado e sob sua obrigação.

No Artigo 5º, quando perito ou auditor, o Contador terá que rejeitar sua indicação por não achar apto ao

trabalho; Privar-se de explicações injustas sobre o material que constitui assunto pericial, mantendo autonomia moral e técnica na composição do laudo; Evitar-se de expor documentos e oferecer sua opinião própria sobre os direitos de quaisquer partes que interessam, ou da instância do acontecimento em que estiver ajudando, mantendo a decisão no campo pericial e restringido as exigências propostas; Considerar com equidade o ponto de vista relatado em parecer subjugado a sua análise; Relatar necessariamente situações que obedeça e respeite em condições de comunicar resultado sobre contabilidade objeto do seu serviço, cumprindo o disposto no inciso II do artigo segundo; Evitar-se de dar conselho e emitir julgamento sem estar avisado e dotado de escrituras; Induzir ao erro ou desarmonias que deparar no que concerne à utilização dos Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade publicadas pelo CFC; Considerar-se suspenso para enviar parecer ou executar uma opinião especializada sobre demonstrações contábeis presenciando as ressalvas contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade; Atender à fiscalização dos Conselhos Regionais de Contabilidade colocando a vontade desses, sempre que requisitado, papéis de serviço, relatos e outras escrituras que deram início e estimularam o cumprimento do seu trabalho.

Do valor dos serviços profissionais

Lisboa (2011) afirma no Artigo 6º, o Contador deve determinar antemão o preço dos trabalhos, por acordo escrito, julgados os princípios seguintes. São eles: A importância, a face, a complicação e o obstáculo do trabalho a realizar; O período que será consumido para a execução do serviço; A casualidade de ficar suspenso da

execução de outros trabalhos; O resultado legal propício que para o contratador resultará com o trabalho atendido; A propriedade de sanar-se de cliente casual, usual ou contínuo; O lugar em que o trabalho será atendido.

Continuando segundo Lisboa (2011) o Artigo 7º, o Contador poderá transmitir o contrato de serviços a sua função a outro Contador, com a permissão do constituinte, geralmente por escrito.

De acordo com o parágrafo do código de ética, o Contador poderá transmitir de modo parcial a realização dos trabalhos a sua função a outro contador, conservando sempre como sua a obrigação técnica.

No Artigo 8º é proibido ao Contador conceder ou competir serviços técnicos contra depreciação de honorários ou em competição desleal.

Dos deveres com relação aos colegas e a classe

Para o Artigo 9º, a atuação do Contador com semelhança aos colegas deve ser representada com pautas nos preceitos de afeição, saudação, admiração e solidariedade, em conformidade com as premissas de conciliação da classe (LISBOA, 2011).

De acordo com o parágrafo do código de ética, o espírito de solidariedade, mesmo no quesito de funcionário, não incentiva nem comprova a comunicação ou cumplicidade com a imperícia ou com as atas de julgamento de preceitos morais ou legais que guiam o exercício profissional.

No Artigo 10º o Contador deve em vinculação aos colegas, analisar as subseqüentes regras de condução: Evitar-se de fazer declarações graves e ou de alguma maneira depreciadoras; Privar-se da anuência de responsabilidade técnica em comutação a colega que dele tenha renunciado para conservar a integridade ou os

alcances da profissão ou da classe, desde que conserva-se as mesmas situações que impuseram a mencionada conduta; Nunca apoderar-se de serviços, atividades ou de recursos achadas por colegas, que deles não tenha partilhado, exibindo-os como próprios; Evitar desavenças com o colega a que vier permutar no exercício da profissão.

Já no Artigo 11º o Contador deve com semelhança à classe, analisar as subsequentes regras de condução: Prestar seu concurso ético, intelectual concreto, exceto circunstâncias particulares que comprovem a sua recusa; Zelar pelo respeito da classe, pela integridade da profissão e pelo aprimoramento de suas fundações; Aceitar a atuação, de responsabilidade de dirigente nas sociedades de classe, permitindo-se a justa recusa; Obedecer as determinações voltadas pela classe da contabilidade, inclusivamente como a honorários técnicos; Velar pelo cumprimento deste Código; Não expor julgamentos ofensivos sobre a classe da contabilidade; Retratar na presença de instituições competentes sobre omissões comprovadamente realizadas na gestão de entidade da classe da contabilidade; Nunca aproveitar-se de colocação aplicada na administração de entidade de classe em favor próprio ou para vantagem pessoal.

Das penalidades

Lisboa (2011) afirma no Artigo 12º, a violação de formalidade deste Código constitui violação moral, aprovada, conforme a gravidade, com o emprego de uma das seguintes penalidades: Advertência reservada; Censura reservada; Censura pública.

De acordo com o parágrafo do código de ética, no emprego dos recursos éticos são julgados como atenuantes: Falha acometida em defesa de vantagem profissional;

Carência de penalidade ética anterior; Prestação de importantes trabalhos à Contabilidade.

O mesmo autor afirma no Artigo 13º, o parecer dos assuntos referidos à violação de preceitos do Código de Ética confia, originalmente, aos Conselhos Regionais de Contabilidade, que atuarão como Tribunais Regionais de Ética, atribuído recurso munido de prejuízo suspensivo, entreposto no limite de trinta dias para o Conselho Federal de Contabilidade em sua categoria de Tribunal Superior de Ética.

1º. O recurso obrigatório unicamente será enviado ao Tribunal Superior de Ética se o Tribunal Regional de Ética respectivo sustentar ou renovar de modo parcial a decisão

2º. Enquanto se tratar de delação, o Conselho Regional de Contabilidade avisará ao delator a abertura do processo até trinta dias depois de esgotado o tempo de defesa.

Enfim, no Artigo 14º, o Contador poderá requisitar explicação pública ao Conselho Regional de Contabilidade, quando alcançado, pública e injustamente, no exercício de sua profissão.

Considerações finais

Conclui-se então neste artigo que toda sociedade é baseada na ética e na moral regida pela legislação vigente no país, e cabe a cada indivíduo ter sua integridade e lealdade no meio em que está inserido. Mas também destaca a importância da ética na profissão contábil, pois o contador passa por inúmeros problemas éticos na profissão e por isso se delimita nos conceitos do dever, direito, justiça, responsabilidade, consciência e vocação atuando assim sempre com integridade e lealdade com a sociedade e consigo mesmo, tendo então o contador de cumprir todas as regras do código civil do profissional no momento em que jura cumprir no recebimento da sua carteira

profissional permitindo o direito do exercício legal do profissional brasileiro.

Referências

BARBOSA, A. C.; MARTINS, V. F. *A ética para os profissionais da contabilidade: um estudo bibliométrico*. Minas Gerais. Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade, v. 4, n. 15, p. 1-14. 2016.

BARRETO, L. M. dos S. F. Formação ética do profissional de contabilidade. Sergipe. *Revista Eletrônica da FANESE*, v. 4, n. 1, p. 1-14, set. 2015.

FRANCO, L. F.; CARDOSO, J. L. *Responsabilidade civil e penal do profissional contábil*. Porto Alegre. Revista Contexto, v. 9, n. 15, p. 1-24. 2009.

GOUVÊA, P. E.; AVANÇO, L. *Ética e fraudes contábeis*. Londrina. Revista de Ciências Jurídicas, v. 7, p. 85-91, mar. 2006.

OLIVEIRA, L. H. de. *O código de ética profissional do contador: a convergência entre o código de ética brasileiro e o internacional*. On-line. Disponível em: <http://clyde.dr.ufu.br/bitstream/123456789/23506/1/CodigoEticaProfissional.pdf> Acesso em: 13 jul. 2019.

KRAEMER, M. E. P. *Ética, sigilo e o profissional contábil*. Belo Horizonte. Contabilidade Vista & Revista, v. 12, n. 2, p. 33-48, ago. 2001.

SOUZA, B. L. dos S. *Ética profissional contábil: um estudo sobre a aplicação dos regulamentos do código de ética nos escritórios de contabilidade de Cruz das Almas – Bahia*. On-line. Disponível em <http://131.0.244.66:8082/jspui/bitstream/123456789/122/TCC%2020%20Breno.pdf> Acesso em: 13 jul. 2019.

LISBOA, L. P. *Ética geral e profissional em contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2011.

PASQUALI, K. D. S.; VESCO, D. G. D. Responsabilidade civil do contador: estudo sob enfoque no novo código civil de 2002 na perspectiva da ética profissional. Brasília. *Revista de Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 19, n. 2, p. 292-316, mai./ago. 2016.

PIZZANI, L. et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. Campinas. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 10, n. 1, p. 53-66, jul./dez. 2012.

RASCHE, F. Ética e deontologia: o papel das associações profissionais. Santa Catarina. *Revista ACB*, v. 10, n. 2, p. 175-188, jan./dez. 2005.

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: IMPLANTAÇÃO DE UM ATERRO SANITÁRIO E REAPROVEITAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE PIRACANJUBA/GO

Izaias Gomes da Silva Paiva¹
Daniele Lopes Oliveira²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo tratar sobre a lei nº 12.305/2010 que institui a política nacional de resíduos sólidos no Brasil, aplicando em Piracanjuba/GO, com objetivo de reduzir a poluição causada pelos resíduos sólidos descartados diariamente pelas habitantes, tratar e reaproveitar o possível de forma que não seja tão prejudicial ao meio ambiente através de uma sugestão de construção de um aterro sanitário. Porém, esta pesquisa não aborda todas as condutas a serem tomadas pelo Estado e também quanto a sua possível responsabilização, há muito ainda a ser pesquisado, tendo em vista que se trata de uma matéria muito vasta e de vários desdobramentos.

Palavras-Chave: Sustentabilidade. Meio Ambiente. Resíduos sólidos.

Abstract: This work aims to deal with law No. 12,305 / 2010 that institutes the national policy of solid waste in Brazil, applying in Piracanjuba/GO, with the objective of reducing the pollution caused by solid waste discarded daily by the inhabitants, treating

¹ Discente do Curso de Engenharia Civil da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

² Pós-Doutora e Doutora em Educação pela PUC Goiás. Mestre em Ecologia e Produção Sustentável pela PUC Goiás. Especialista em Direito Civil e Processo Civil. Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Especialista em Auditoria e Perícia Ambiental pela UNINTER. Especialista em Docência Superior pela Fac-Lions. Graduada em Direito pela PUC Goiás. Graduada em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Albert Einstein. Professora e Coordenadora Geral da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

and reusing as possible so that it is not so harmful to the environment through a suggestion to build a sanitary landfill. However, this research does not address all the behaviors to be taken by the State and also regarding its possible accountability, there is still a lot to be researched, considering that it is a very vast matter and several developments.

Keywords: Sustainability. Environment. Solid waste.

Introdução

No Brasil atualmente existe a lei de nº 12.305/2010, “a política nacional dos resíduos sólidos” a qual vem para ajudar a na prevenção contra a poluição e na recuperação do meio ambiente para padronizar de forma correta o manejo dos resíduos sólidos que são descartados por nós seres humanos todos os dias.

No Brasil, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, Lei nº 12.305/2010 (BRASIL, 2010), os lixões deveriam ter sido extintos para dar lugar a Aterros Sanitários e os RSU somente devem ser destinados aos aterros quando não apresentarem potencial de reutilização, o que inclui a logística reversa e a reciclagem de quase todos os materiais. As prefeituras são responsáveis por assegurar o serviço de limpeza pública, incluindo a coleta e disposição final dos RSU, de acordo a Lei nº 11.445/2007, que instituiu a Política Nacional de Saneamento Básico (BRASIL, 2007).

A Introdução da política nacional de resíduos sólidos tem como um objetivo claro de reduzir os problemas causados pelos resíduos sólidos conhecidos vulgarmente como lixo, todos os resíduos produzidos são de responsabilidade de todos nós cidadãos, empresas e o governo, como parte responsabilidade do governo cabe a ele fiscalizar e se certificar de que todo esses resíduos estão

sendo destinados ao devido lugar como por exemplos materiais recicláveis sendo destinados para reciclagem.

Há também a logística reversa de materiais como eletrônicos, medicamentos, pneus, embalagens de agrotóxicos, óleos, baterias e lâmpadas que devem ser recolhidos pelo seu fabricante. O restante dos resíduos sólidos deve ser destinado a um aterro sanitário para ser descartado.

A implantação do aterro sanitário e a produção de energia com o reaproveitamento dos resíduos produzidos no município é de grande contribuição ao meio ambiente e ao município de Piracanjuba/GO visto que o projeto busca beneficiar um todo com redução de lixo manuseado de forma incorreta não sendo jogado nas ruas, rios e demais locais incorretos visto que assim a que a estética da cidade estaria melhorada a começar pela entrada da cidade, apesar de ser um projeto economicamente caro e sem muito retorno econômico é um projeto benéfico.

A motivação deste estudo ocorreu devido ao não cumprimento do prazo estabelecido pela política nacional dos resíduos sólidos a lei nº 12.305/2010 que previa que até 2014 todas as cidades brasileiras teriam para cumprir o prazo, porém foi prorrogado em 2015 por projeto aprovado pelo senado para entre 2018 e 2021 visto que grande parte das cidades brasileiras não cumpriram que teriam que ter se adequado às normas e oferecendo um plano com o intuito de melhorar e regularizar a situação do município diante a lei, sendo o município de Piracanjuba/GO uma destas cidades que não cumpriu o prazo estabelecido pela lei até o presente momento novembro de 2019.

Políticas Públicas

Rosa e Lunkes (2005), descrevem que a preocupação com o meio ambiente vem ganhando mais força gradativamente a partir do século XX, essencialmente porque, em eras passadas, haviam recursos naturais consideravelmente abundantes, a poluição não despertava atenção nas pessoas, tampouco se preocupavam com este fato, e por isso não havia preocupação com as questões relacionadas ao meio ambiente. Todavia, com o passar dos anos, atestou-se que alguns recursos naturais são esgotáveis como por exemplo as florestas, água e o solo. A população mundial tem crescido exponencialmente e desordenadamente e que os problemas ambientais originados em virtude do desenvolvimento tecnológico e social não podem mais ser negligenciados.

A forma que o homem tem atuado sobre o meio ambiente tem resultado em impactos negativos que afetam todo o ecossistema de forma global. Nesse sentido, o homem desperta e começa a perceber que é parte integrante do meio ambiente e que sua sobrevivência depende e está diretamente ligada à sobrevivência do ecossistema global. Com a percepção destes fatos, resulta a conscientização, sendo que de acordo com os autores, isso colaborou para o surgimento de práticas empresariais denominadas de gestão ambiental, que visam à mitigação dos riscos e impactos ambientais negativos.

Com objetivo de enfrentar as consequências sociais, econômicas e ambientais do manejo de resíduos sólidos sem prévio e adequado planejamento técnico, a Lei nº 12.305 de 2010 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), regulamentada pelo Decreto n.º 7.404 de 2010.

Esta política procura estabelecer a prática de hábitos de consumo sustentável e contém instrumentos variados para propiciar o incentivo à reciclagem e à reutilização dos resíduos

sólidos (reciclagem e reaproveitamento), bem como o manejo ambientalmente adequado dos destes resíduos. Desta forma, intenta-se padronizar em todo o país esta política.

Um dos objetivos mais importantes dessa política é o conceito de responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos fabricados pelas empresas, ou seja, o lixo (resíduos sólidos) que produzimos é uma questão ambiental e, como tal, não pode ser compartimentada a só uma entidade ou pessoa, o meio ambiente é direito de todos um bem de uso comum e de responsabilidade comum a todos, assim, fabricantes, comerciantes distribuidores, importadores, cidadão, o estado e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos são todos responsáveis pela minimização do volume dos resíduos sólidos e rejeitos gerados, em prol da redução dos impactos causados à qualidade ambiental e consequentemente a saúde humana.

De acordo com Machado (2013; 2018), os lixões passam a ser um grande problema quando se tem uma política que define como objetivo a proteção da saúde pública e da qualidade ambiental.

A gestão de resíduos passa a ser feita de forma integrada, ou seja, o município passa a ter responsabilidades sobre todos os tipos de resíduos, o que não significa que tenha a obrigação de investir em todos os empreendimentos necessários para isso, pelo contrário, pode criar lei e normas a nível municipal e através do princípio de responsabilidade compartilhada, chamar os grandes geradores para implementarem juntos soluções que beneficiem a todos.

Construir um aterro sanitário com o objetivo principal de vender energia elétrica a partir do biogás é economicamente inviável. Dessa maneira, entende-se que o aproveitamento energético do gás de aterro deve ser encarado como uma atividade secundária ou complementar. O modo ideal de gerar biogás a partir da

matéria orgânica é com uso de biodigestores automatizados. Pois todo o processo é controlado a fim de evitar desperdícios, garantindo a eficiência e a lucratividade.

Para a geração de energia a partir do biogás é necessário que haja uma estação de triagem antes de forma que tenha toda uma separação de dos materiais descartados e retirada de itens que não deveriam ir para o aterro e sendo direcionados para os seus devidos lugares, recicláveis para serem reciclados, materiais eletrônicos como eletrodomésticos, celulares, computadores, bateria, pneus e etc, sejam direcionadas para a logística reversa e seus fabricantes tomem as devidas providências para evitar a contaminação do meio ambiente. Com isso, seria gerado emprego primeiramente seja oferecido aos catadores de lixo e demais vagas sejam preenchidas por meio de concursos públicos.

A geração de energia elétrica a partir de resíduos sólidos já apresenta hoje alternativas tecnológicas maduras. Aliás, algumas das tecnologias disponíveis nem são tão recentes assim. Datam da década de 80 do século passado as primeiras termelétricas acionadas por resíduos sólidos implantadas nos Estados Unidos, na Europa e no Japão. A tecnologia de aproveitamento do gás de lixo, ou biogás produzido nos aterros, é o uso energético mais simples dos resíduos sólidos. É uma alternativa que pode ser aplicada a curto e médio prazos para os gases produzidos na maioria dos aterros já existentes, como ocorre em centenas de aterros de diversos países. Consiste na recuperação do biogás oriundo da decomposição anaeróbica da fração orgânica de RSU, por ação de microrganismos que transformam os resíduos em substâncias mais estáveis, como dióxido de carbono (CO₂), água, metano (CH₄), gás sulfídrico (H₂S), mercaptanas e outros componentes (NMOCs - *non methane organic compounds*). O gás metano, principal componente do biogás, é 21 vezes mais potente

que o dióxido de carbono em termos de efeito estufa. Assim, sua simples queima representa um benefício ambiental perante sua emissão. Em adição, o aproveitamento energético também evita a emissão decorrente da queima de combustível fóssil que poderia ser utilizado para ofertar a mesma quantidade de energia que o biogás (BRASIL, 2008).

Além do fim dos lixões a céu aberto, a Política Nacional de Resíduos Sólidos deve contribuir para a redução da extração de matérias-primas reduzindo assim os efeitos ao meio ambiente visto que matérias primas como árvores, água e etc... Não são infinitos. Isso porque, com mais produtos reciclados, não há a necessidade da produção de novos bens. A longo prazo, a PNRS pode inserir uma consciência mais sustentável na população consumidora e, conseqüentemente, nas empresas, que são os principais produtores de lixo que diariamente é descartado no meio ambiente.

Segundo o ex-senador, e atual primeiro suplente, Hélio José, averigua-se, contudo, um aproveitamento ainda muito pequeno dos aterros para gerar biogás, biometano ou energia elétrica. “Em outros países que estão muito mais avançados na área da energia do biogás e obtêm benefícios significativos a partir de recursos que não têm custo, já que o lixo será coletado de qualquer forma”, afirma o senador. Para o primeiro suplente, o aproveitamento de resíduos sólidos em aterros sanitários traz benefícios como a eliminação de agentes nocivos para a saúde da população, geração de energia próxima aos locais de consumo e redução da emissão de gases que causam o chamado efeito estufa.

Nem só de benefícios é constituído de um aterro sanitário, existem desvantagens também na construção de um aterro pois é necessária uma grande extensão de terra para que seja construído, existe um limite de camadas de lixo possível,

ao atingir esse limite o aterro sanitário deve ser fechado e sendo necessário a construção de um novo aterro com um limite que é definido no momento do projeto para construção onde é feita uma avaliação do terreno qual a profundidade poderá ser escavado para ser feito a construção do depósito de resíduos sólidos urbanos tomando cuidado para não prejudicar os lençóis freáticos, estes os quais se houver dano na estrutura de PVC que protege para que o chorume não entre em contato com a água presente nos lençóis freáticos e caso venha acontecer o contato a poluição prejudica todo o ecossistema com a população, tudo isso gera um custo bastante elevado, além da presença de ratos e insetos atraídos pelo lixo presente ali.

Piracanjuba na Política Nacional dos Resíduos Sólidos

Piracanjuba/GO é um município brasileiro da Microrregião do Meia Ponte, na Mesorregião do Sul Goiano, no estado de Goiás, A cerca de 80 quilômetros da capital Goiânia, com uma área territorial de 2380,732 km² com bioma predominante cerrado a cidade possui aproximadamente mais de 24 (vinte e quatro) mil habitantes (IBGE, 2019).

A história da cidade começa em 1733 quando Manoel Dias da Silva faz a descoberta de ouro na região de Santa Cruz de Goiás que passa a ser cabeça de julgado e Pouso Alto, atual Piracanjuba, virá a ser aldeia deste distrito. No início do séc. XVIII, são estabelecidas novas rotas para a capital da província. Uma dessas rotas passava por Caldas Novas, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás, Pouso Alto, Bela Vista, Campinas e Vila Boa (Cidade de Goiás) que estava ligada, também, à rota Pouso Alto e Vila Bela (Morrinhos). Neste momento, Pouso Alto passa a se encontrar em uma posição geograficamente estratégica, por se tornar um caminho

mais próximo entre Vila Boa (Cidade de Goiás) e São Paulo e por conta das águas termais em Caldas Novas que sempre foram muito apreciadas, fato que aumentava o fluxo de pessoas na região. Na década de 1820, as terras que formam o município de Pouso Alto eram ocupadas por famílias de outras províncias, principalmente Minas Gerais e São Paulo, que vinham à procura de terras ou por famílias que não obtinham mais lucros com a extração de ouro em Santa Cruz de Goiás, residindo nas fazendas, inclusive com os escravos, e construindo moradias no estilo sobrado ou grandes casarões que ainda se encontram em algumas propriedades rurais do município. Francisco José Pinheiro, conhecido pela população de Piracanjuba por Guarda-mor, ocupava cargos relacionados à justiça em Santa Cruz de Goiás. Ao aposentar-se, morando na sede de sua fazenda, pede a construção do orago à Nossa Senhora da Abadia e um cemitério em 12 de janeiro de 1831 nos limites de sua fazenda. Na justificativa do pedido alega haver trinta casas vizinhas à sua que estão do lado sul de onde se formará o arraial. Esse foi um dos fatores que impulsionaram o desenvolvimento de Piracanjuba (PIRACANJUBA, 2018).

Até o dia 17 de novembro 2019 Piracanjuba/GO possui um projeto apresentado em 2017 na qual usa uma lei da cidade de Bela Vista de Goiás localizada a 38 quilômetros, que foi a primeira cidade do estado de Goiás com menos de 50 mil habitantes a implantar um aterro sanitário na cidade que segue todas as diretrizes apresentadas pela política nacional dos resíduos sólidos, a cidade de Piracanjuba/GO tem como base em duas leis sendo a lei nº 1.792/2017 de 06 de setembro de 2017 a qual “autoriza a adesão do município de Piracanjuba/GO ao consórcio da estrada de ferro – Eixo GO 020, que tem por objetivo exercer atividades regionais de planejamento e manejo de resíduos sólidos e das outras providências” (PIRACANJUBA, 2017), decreto que foi sancionado pelo

prefeito em exercício da cidade no ano de 2017: João Barbosa de Oliveira.

No qual o decreto prevê cumprimento dos objetivos estatutários, notadamente os de planejamento dos serviços de manejo dos resíduos sólidos e de saneamento básico no território deste Município, capacitação técnica; obtenção de recursos financeiros e demais objetivos já inseridos no Estatuto em vigor (PIRACANJUBA, 2017).

E também se baseia em um lei muito defasada que está em vigor desde de 27 de dezembro 2006, a lei de nº 1.260 de 2006, um código de postura municipal que não foi atualizado.

É preocupante o fato de não se ver que muito destas leis sendo cumpridas no município visto que o município fica próximo à capital e fica rota de uma das cidades turísticas mais frequentadas no estado, a cidade de Caldas Novas. Centenas de pessoas passam pela cidade todos os dias, principalmente aos finais de semanas e feriados, nessas ocasiões é possível se depara com o lixão a céu aberto na entrada da cidade. Foi feito uma entrevista no qual o entrevistado preferiu não ser identificado, foi relatado que diariamente catadores de lixo ateam fogo no lixo para que possam coletar metais para reciclagem, o que é uma infração a lei municipal.

A prefeitura da cidade de Piracanjuba/GO, no Decreto N° 1.260, de 27 de dezembro de 2006 diz que “queimar, mesmo nos quintais, lixo ou quaisquer detritos ou objetos em quantidade detritos ou objetos em quantidade capaz de molestar a vizinhança e produzir odor ou fumaça nocivos à saúde” (PIRACANJUBA, 2006). E ainda segundo o relato, a prefeitura não faz nada em relação a isso, e os catadores de recicláveis continuam a atear fogo frequentemente nos resíduos urbanos descartados ali.

Papel da População para Gerenciamento dos Resíduos Sólidos

A população, pode ter um papel fundamental na questão do manuseio dos resíduos sólidos, o manuseio dos resíduos não é exclusivo do poder público podendo ser feito por qualquer um capacitação e conhecimento, um exemplo são as usinas de reciclagem de lixo, na qual se designam de forma privada ou através do poder público, porém de forma privada através de moradores da cidade podendo gerar novos empregos e ajudando na mitigação do dano do impacto causado pelos resíduos sólidos descartados de forma incorreta.

Existem cursos profissionalizantes que auxiliam pessoas que possuem interesse em abrir uma própria usina para assim gerar renda de forma sustentável, nestes cursos são ensinadas formas de como realizar um mapeamento do setor dos resíduos sólidos, ter acesso a compradores de resíduos sólidos reaproveitados nessas usinas.

Entender de tecnologias para o beneficiamento dos resíduos sólidos, conhecer as melhores demandas do mercado e saber como fabricar produtos como por exemplo tijolos reciclados, telhas e demais produtos possíveis obtidos através da reciclagem de materiais recicláveis para suprir essa demanda, ter noções sobre viabilidade econômica dos investimentos na área dos resíduos sólidos, ter conhecimento dos resíduos sólidos, gerar empregos e etc. são inúmeras as possibilidades obtidas através reciclagem.

Com construção de uma usina privada, reduziria a carga sobre a poder público de manusear todo o material fazendo que assim o trabalho fosse organizado de forma mais ágil e rentável e reduzindo ainda mais custos pela parte do poder público, e gerando dinheiro para cidade,

movimentado capital para o mercado que até então esses materiais reciclados seriam apenas descartados e ficando jogados ao meio ambiente poluindo e prejudicando seres humanos, animais e ao meio ambiente.

Metodologia

Quanto à abordagem metodológica, o presente estudo pode ser considerado empírico analítico. No que se refere aos procedimentos técnicos empregados, pode-se classificar como pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material que já foi publicado, constituída, principalmente, de livros e artigos científicos; a pesquisa documental, por sua vez, “se utiliza de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2008, p. 71).

A pesquisa bibliográfica que permitiu construir o referencial teórico que embasa a pesquisa abordou, sobretudo, a temática de gestão de resíduos sólidos no Brasil, imposta pela lei de nº 12.305/2010.

Também realizamos uma entrevista com habitantes que moram perto do lixão com caráter informativo sobre os fatos que ocorrem ali.

Considerações finais

Com a política nacional dos resíduos sólidos torna-se obrigatório o fechamento dos lixões a céu aberto o processo de implantação do aterro sanitário com aproveitamento energético visa reduzir os impactos ambientais pelo descarte incorreto de lixo, como por exemplo o descarte nos lixões a céu a aberto, sendo assim desenvolvendo um pilar sustentável mesmo não sendo um

processo caro e sem lucro, porém com o fim de agredir menos o meio ambiente.

O caminho para um ambiente totalmente sustentável pode ser longo, porém bastante gratificante visto que reduziria bastante o acúmulo de “lixo” prejudicando a saúde dos habitantes não só daquele local como de um todo visto que a poluição de um determinado local pode afetar uma sociedade completa, humanos, animais e a flora.

Com a PNRS busca estabelecer um padrão para o todo país, apesar do prazo máximo ter sido para 2014, foi prorrogado para entre 2018 e 2021, para que todos municípios se adequassem às normas, sendo que até o momento não foi cumprido por grande parte dos municípios, incluindo Piracanjuba/GO.

Piracanjuba/GO necessita de uma fiscalização mais rigorosa no que se diz respeito aos resíduos sólidos, e se faz necessário ampliar monitoramento na cidade afins de efetuar uma conscientização da população sobre a lei e a quão benéfica ela pode ser para eles, visto que todos fazemos parte do meio ambiente e dependemos dele para sobreviver.

De uma forma geral, através das normas instituídas pela lei n.º 12.305/2010, fica mais fácil acreditar na preservação do meio ambiente no município pelo fato de que essa política visa padronizar de forma geral todas as cidades do país, é também necessário a implantação de um aterro sanitário na cidade e remover os lixões existentes na cidade e promover um ação de conscientização da população para efetuar a separação dos resíduos sólidos urbanos, facilitando assim o trabalho da prefeitura e não sobrecarregando todo trabalho para administração da cidade.

A população também pode fazer parte deste projeto pelo fato que podem construir e manter em operação usinas de reciclagem podendo gerar emprego e lucro através do reaproveitamento destes resíduos sólidos produzidos

diariamente pela população, gerando até mesmo energia elétrica e mitigando os efeitos colaterais proporcionando pela produção em massa diária de resíduos sólidos que são descartados incorretamente pelo homem.

Atualmente nos deparamos com grande desafio a ser mediado entre diversos criadores de resíduos sólidos, este foi o fruto de um modo de produção apenas visando produzir e não ver os impactos causados pelos materiais produzidos pelos mesmos e também o excesso de desperdício da sociedade consumidora.

A gestão eficiente dos resíduos sólidos orientada ao seu uso energético contribui para diminuir o consumo de combustíveis fósseis, aliviando o impacto ambiental.

Mesmo não sendo uma alternativa muito rentável financeiramente falando para a prefeitura o reaproveitamento da energia produzida pelos aterros sanitário é algo muito benéfico visto que é reduzido o impacto ambiental e ainda gerando energia com um material que havia sido considerado “lixo”, não somente a energia produzida, todos os outros resíduos que serão separados através do método de triagem, poderão ser convertidos em renda para o município e empregos para os habitantes da cidade.

Referências

BRASIL, *Lei N° 12.305 de 02 de agosto de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm . Acesso em 13 de Outubro de 2019.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. *Aproveitamento Energético dos Resíduos Sólidos Urbanos de Campo Grande*. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em <https://cetesb.sp.gov.br/>

biogas/2008/10/14/aproveitamento-energetico-dos-residuos-solidos-urbanos-de-campo-grande-ms/. Acesso em 17 de outubro 2019.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE, Diretoria de Pesquisas. *Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente, Piracanjuba*. 1 de julho de 2019.

MACHADO, Gleysson B. (2013). *Lei 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos*. Disponível em <https://portalresiduossolidos.com/lei-12-3052010-politica-nacional-de-residuos-solidos/>. Acesso em 20 de maio de 2019. Acesso em 13 de Outubro de 2019.

MACHADO, Gleysson B. (2018). *Como montar uma usina de reciclagem de lixo*. Disponível em <https://virapuru.com/como-montar-uma-usina-de-reciclagem-de-lixo/>. Acesso em 20 de novembro de 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Aproveitamento Energético do Biogás de Aterro Sanitário*. Disponível em <https://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/politica-nacional-de-residuos-solidos/aproveitamento-energetico-do-biogas-de-aterro-sanitario.html>. Acesso em 13 de outubro de 2019.

PIRACANJUBA/GO. Prefeitura. *Lei nº 1.260/2006*. Piracanjuba, 26 de dezembro de 2006.

PIRACANJUBA/GO. Prefeitura. Disponível em: <http://www.piracanjuba.go.gov.br/site/historia.html>. Acesso em 17 de Novembro de 2019.

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA

Letícia de Melo Gomes Dias¹
Luiz Fernando Mendes Freire²
Ana Karolina Lopes³

Resumo: A literatura especializada aponta para uma crescente procura dos serviços de Assistência Pré-Hospitalar móvel, em decorrência do aumento da violência urbana, dos acidentes de trânsito e da própria precariedade dos serviços de saúde de atenção básica. O Serviço de Atenção Móvel de Urgência - SAMU é o mais relevante serviço que compõe a Política Nacional de Atenção às Urgências, já que é responsável por organizar o fluxo de atendimento e os encaminhamentos para as unidades fixas de atendimento em saúde. Considerando tal dimensão, o objetivo do presente estudo foi identificar os principais achados acerca da atuação do enfermeiro no atendimento pré-hospitalar do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). O método utilizado consistiu em revisão integrativa da literatura. A busca dos artigos científicos foi realizada na base de dados Scielo utilizando os descritores “Atendimento Pré-Hospitalar móvel”; “Enfermagem” e “SAMU”. A pesquisa foi restrita aos últimos 5 anos de publicação e 9 artigos foram incluídos no estudo e compuseram a revisão

¹ Discente do Curso de Enfermagem da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

² Discente do Curso de Enfermagem da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

³ Doutoranda do Programa de Ciências da Saúde da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás. Mestre em Ciências Ambientais e Saúde pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Especialista em Vigilância Sanitária. Graduada em Enfermagem pela Faculdade Alfredo Nasser. Bacharel e licenciada em Ciências Biológicas pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Atualmente é professora preceptora do Curso de Medicina da Faculdade Alfredo Nasser, professora do curso de Enfermagem na mesma instituição; Professora do Curso de Enfermagem da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

integrativa. Dentre as principais situações colocadas pelos autores, o cuidar e o gerenciar são os processos mais evidenciados, descritos em 66,66% dos artigos. Ações educativas tiveram menor destaque enfatizado em apenas 33,33% dos estudos. 22,22% dos artigos apontam a importância do enfermeiro na supervisão da equipe enfatizando que essa função ocorre à distância e que isso pode trazer inseguranças e risco aos pacientes. Em 33,33% destes estudos a capacitação e formação especializada da enfermagem foi destacada como importante ferramenta de qualificação profissional. Este estudo permitiu confirmar que a atuação do enfermeiro está focada em ações de gerência, supervisão, educação, administração e assistência sendo consideradas atuações de extrema importância para garantir a qualidade do atendimento realizado pela equipe e da assistência de enfermagem para evitar riscos aos pacientes, no entanto, é necessária qualificação com treinamentos e pós graduação, melhorando a competência para atuar com segurança no atendimento pré-hospitalar.

Palavras-chaves: Atendimento Pré-Hospitalar móvel. Enfermagem. SAMU.

Abstract: The specialized literature points to a growing demand for mobile Pre-Hospital Assistance services, due to the increase in urban violence, traffic accidents and the very precariousness of basic health care services. The Emergency Mobile Attention Service (SAMU) is the most relevant service that makes up the National Policy of Emergency Care, since it is responsible for organizing the flow of care and organizing the referrals to the fixed health care units. Considering this dimension, the objective of the present study was to identify and synthesize the findings available in the literature on the nurse's role in the pre-hospital care of the Mobile Emergency Care Service (SAMU). The method used consisted of an integrative review, which is one in which published research is synthesized and generates general conclusions about the topic of interest. For this research, the following steps were followed: selection of the theme and the descriptors; sampling or searching in the literature; organization of studies; evaluation of included studies; summary of the discussion. Therefore, the studies carried out in this pre-project

point out that the Mobile Pre-Hospital Service, specifically SAMU, is of vital importance for the operation of an entire national emergency care network, and as such requires in-depth studies to ensure its operation and improvement.

Keywords: Pre-hospital Mobile Service. Nursing. SAMU.

Introdução

O interesse ou motivação em pesquisar sobre a Atuação do enfermeiro no atendimento pré-hospitalar móvel surge a partir da observação da importância destes profissionais no contexto dos serviços de saúde ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Para além da mera observação, surgem questões pertinentes ao serviço ofertado no qual é colocado em xeque a eficiência do serviço e como a sociedade o assimila, utiliza e o avalia.

A literatura especializada aponta para uma crescente procura dos serviços públicos hospitalares de emergência em decorrência do aumento da violência urbana, dos acidentes de trânsito e da própria precariedade dos serviços de saúde de atenção básica. A consequência imediata é a superlotação nas unidades de emergência, com pacientes que poderiam ser atendidos nas unidades de atenção básica ou em ambulatórios (BRASIL, 2002).

A Assistência Pré-Hospitalar (APH) foi instituída pela Política Nacional de Atenção às Urgências (PNAU) mediante Portaria GM/MS Nº 1.863/2003 e é constituída por quatro vertentes de trabalho que, na verdade, representam a rede de atendimento nacional de saúde. Essa rede organiza-se através de quatro componentes: o pré-hospitalar fixo (constituído por unidades de atendimento básico em saúde, agentes comunitários e unidades não hospitalares de atendimento, todos conforme o estabelecido pela Portaria GM/MS Nº 2.048/2002); o hospitalar, constituído pelas unidades hospitalocêntricas

que dispõem de leitos para internação, áreas especializadas de atendimento e espaços fixos para tratamento de longa permanência, além de terapias dos tipos semi-intensiva e intensiva; o pré-hospitalar móvel, que se constitui enquanto objeto de estudo do presente trabalho, com foco no atendimento ofertado pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU); e o pós-hospitalar, definido como aquele que se volta para a efetivação de projetos de reabilitação comunitária de saúde, atenção domiciliar e hospitais-dia (MARQUES, 2013).

O SAMU é o mais relevante serviço que compõe a PNAU que, segundo o Ministério da Saúde (MS) é responsável por organizar o fluxo de atendimento e organizar os encaminhamentos para as unidades fixas de atendimento em saúde. Os relatórios de gestão do Ministério da Saúde apontam que no ano de 2011 o serviço cobria 115.576.023 milhões de brasileiros, o que corresponde a 60,5% de cobertura, indicando que ainda se encontra em fase de implantação, ampliação e efetivação (BRASIL, 2011).

Esse serviço surge como alternativa para reduzir o número de óbitos e as sequelas decorrentes da falta de socorro precoce, e torna-se muito importante na assistência pré-hospitalar, e nesse contexto surge a figura dos profissionais de enfermagem compondo as equipes das distintas unidades de suporte que compõem o SAMU, o que sinaliza a relevância dessa categoria profissional que atua em diversas funções administrativas, assistenciais e educativas.

Assim, considerando a abrangência nacional dos serviços de atendimento pré-hospitalar móvel, o presente estudo apresenta grande relevância para a Enfermagem, enquanto ciência e profissão. A produção científica de trabalhos sobre o tema em questão visa também contribuir com o debate acerca das políticas públicas que envolvem as condições e a organização do ofício dos trabalhadores da

saúde em urgência, garantindo que a prática do enfermeiro seja caracterizada, analisada e que as lacunas existentes sejam apontadas para aperfeiçoamento.

Objetivos da pesquisa

O objetivo geral é: identificar, os achados disponíveis na literatura sobre a atuação do enfermeiro no atendimento pré-hospitalar do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Os objetivos específicos são: Descrever a atuação do enfermeiro no atendimento pré-hospitalar móvel; pontuar as atribuições do enfermeiro na gerência da equipe de enfermagem que atuam nos serviços que prestam atendimento Pré-Hospitalar Móvel; compreender como se desenvolve o processo de capacitação dos profissionais que atuam neste serviço; analisar a autonomia do enfermeiro durante os atendimentos ofertados no atendimento pré-hospitalar móvel.

Revisão da literatura

As emergências são definidas como problemas de saúde que impliquem sofrimento intenso ou ameaça iminente à vida do indivíduo, necessitando de atendimento médico imediato. Já as urgências podem ser caracterizadas como ocorrência imprevista de um dano considerável à saúde do indivíduo, com ou sem risco potencial de morte (BRASIL, 2014).

Considerando as mudanças econômicas, políticas e sociais que produzem transformações na saúde da população. Tais mudanças são representadas principalmente pelo aumento dos acidentes de trânsito, da violência urbana e também da precariedade dos serviços de saúde de atenção básica, que significaram crescimento da demanda por serviços públicos hospitalares de emergência (ROCHA, 2013).

As diretrizes de descentralização, regionalização e hierarquização estão pouco implementadas nos setores de urgência e emergência do Brasil e por isso, são identificados como áreas deficientes e problemáticas dentro do sistema de saúde (DANTAS *et al.*, 2015).

Com o intuito de ser um observatório do sistema de saúde, sob a ótica do APH, induzindo a organização da rede de atenção e estruturação dos serviços de urgência nacionais, o MS publicou em 2003 a PNAU que culminou na criação do SAMU (BRASIL, 2003).

O SAMU constitui um ponto móvel da Rede de Atenção às Urgências (RUE). Tem por finalidade prestar assistência direta e indireta à população fora do ambiente hospitalar ou em outras instituições de saúde em situações de injúria à saúde com potencial risco de morte. Essa assistência é prestada por meio da regulação médica, via telefone e no local do evento, de modo que, pela rapidez do socorro prestado, possa diminuir o número de óbitos e maiores sequelas (BRASIL, 2006). O serviço de atendimento pré-hospitalar está à disposição da sociedade. O SAMU foi instituído em todo o Território Nacional e teve suas diretrizes redefinidas em 2012 (BRASIL, 2011; BRASIL, 2012).

Com a redefinição de suas diretrizes, o SAMU ficou organizado em Unidades de Suporte Básico de Vida Terrestre (BRAVO), Unidades de Suporte Avançado de Vida Terrestre (ALFA), Equipes Aero médicas, Equipes de Embarcação, Motolâncias e Veículos de Intervenção Rápida. Conforme Norma Técnica do Ministério da Saúde (NT-MS), as unidades do tipo ALFA devem ter suas equipes constituídas por um profissional médico, um enfermeiro e um condutor (motorista da ambulância treinado para o suporte básico de vida); as do tipo BRAVO podem ter suas equipes constituídas por um auxiliar de enfermagem ou técnico de enfermagem, e um condutor. Já

as motolâncias podem ser conduzidas por um profissional de nível médio ou superior em enfermagem, com treinamento específico (BRASIL, 2012).

A estrutura profissional do SAMU abrange trabalhadores de diversas áreas de formação e habilitações. Na área da saúde o SAMU conta com os seguintes profissionais: médico regulador, médico assistente, médico intervencionista, enfermeiro assistencial, auxiliar e técnico de enfermagem. Os demais atores deste serviço que não possuem formação na área da saúde são os telefonistas – auxiliares de regulação, rádio operadores e condutores de veículo socorrista em três níveis: terrestre, aéreo e aquático (BRASIL, 2002).

De acordo com a Portaria nº 2.048/2002 os profissionais de saúde que atuam no SAMU devem estar devidamente registrados em seus respectivos conselhos e, além disso, apresentar os conhecimentos técnicos e competências específicas de sua área de atuação. Também são exigidos alguns requisitos para estes profissionais, como por exemplo, equilíbrio emocional e autocontrole para lidar com situações inesperadas; capacidade física e mental para a atividade; iniciativa e facilidade de comunicação; capacidade de trabalhar em equipe; disponibilidade para a capacitação e também de recertificação periódica, entre outros (BRASIL, 2002).

A enfermagem como integrante da equipe multidisciplinar atuante no SAMU, tem suas ações regulamentadas e fiscalizadas por legislação específica. De acordo com a Lei Nº 7.498, de 25 de junho de 1986, é privativo do enfermeiro o atendimento a pacientes em risco de morte, nas situações que demandam tomadas de decisão imediata (BRASIL, 1986). Já a lei N.º 5.905/1973 instituiu o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) e seus Regionais, que, na qualidade de autarquias federais,

respondem pelo disciplinamento profissional do enfermeiro e das demais profissões compreendidas nos serviços de enfermagem (BRASIL, 1973).

Metodologia

Trata-se de um estudo tipo revisão integrativa. De acordo com Brehmer (2011), revisão integrativa é aquela em que pesquisas publicadas são sintetizadas e geram conclusões gerais sobre o tema de interesse.

A opção por este tipo de estudo se deu pela sua adequação ao objetivo desta pesquisa. Estudos de revisão integrativa favorecem o acesso aos principais resultados de pesquisas e representam a construção de um saber crítico (BREHMER, 2011). Desta forma, a revisão integrativa do tema permitiu identificar a quantidade de estudos publicados em bases de dados e as abordagens feitas pelos autores.

Para esta pesquisa, foram obedecidas as seguintes etapas: seleção do tema e dos descritores; amostragem ou busca na literatura; organização dos estudos; avaliação dos estudos incluídos; resumo da discussão.

Para coleta, agrupamento e análise dos trabalhos, foi elaborado um formulário, o qual inclui a referência do trabalho, procedência, categoria dos trabalhos, objetivos das pesquisas, metodologia empregada e os principais resultados. Os formulários serão codificados com números, identificando o nome do autor da coleta.

O levantamento bibliográfico foi realizado por meio de consulta em bases de dados de relevância para a produção do conhecimento em saúde: Centro Latino-Americano de Informação em Ciência da Saúde –*Bireme Scientific Electronic Library Online* (SciELO). A busca na base de dados foi realizada entre os meses de agosto e outubro de 2019. Nas amostras foram consideradas as publicações

segundo os critérios de refinamento: textos completos, escritos nos idiomas, português, inglês ou espanhol, publicados entre os anos de 2014 a 2018, assunto principal e tipo de documento.

Utilizou-se um quadro como instrumento de registro dos dados coletados. Para o seu preenchimento, realizou-se a leitura dos resumos de cada um dos trabalhos encontrados com vistas a identificar o panorama genérico das publicações. Depois que foram definidos os trabalhos selecionados, houve a seleção dos textos completos para a análise de acordo com o formulário criado. Este formulário possibilitou sistematizar os principais achados em torno de categorias de acordo com o foco do estudo.

Resultados

N.º	Autor	Ano	Título	Objetivo	Principais Resultados
1	Peres, P. S. Q et al.	2018	Atuação do enfermeiro em um serviço de atendimento pré-hospitalar privado.	Conhecer a percepção de trabalhadores de saúde sobre a atuação do enfermeiro em um serviço de atendimento pré-hospitalar.	<ul style="list-style-type: none">- Os profissionais de enfermagem realizam ações de assistência e gerência com conhecimento técnico científico, trabalho em equipe e habilidade.- O enfermeiro é de suma importância na equipe e realiza suas funções com habilidade e conhecimento.
2	Luchtemberg, M. N. et al.	2015	Enfermeiros do serviço de atendimento móvel de urgência: perfil e atividades desenvolvidas.	Caracterizar o perfil e identificar as atividades desenvolvidas por enfermeiros do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência de um estado da região sul do Brasil.	<ul style="list-style-type: none">- Os profissionais têm formação especializada associados à pós-graduação mostra-se predomínio de profissionais com grau de qualificação.- Cuidar, educar, gerenciar foram citadas como atividades desenvolvidas pelo profissional enfermeiro. Tendo em vista o predomínio da primeira.- Destacou-se a função gerencial com atividades burocráticas predominando.

					- Tiveram menores destaque as ações educativas.
3	Szerwieski, L. L. D.; Oliveira, L. F.	2015	Atuação do enfermeiro da gestão do atendimento pré-hospitalar.	Analisar como é a atuação do enfermeiro na gestão do atendimento pré-hospitalar.	- O enfermeiro tem função de gerenciar o APH isto é realizado na maioria das vezes à distância, e não é tão eficaz quanto seria presencialmente. Pois realiza as atividades de cuidado como também desempenha função de gestor.
4	Dias, R. P. L. et al.	2016	Enfermagem no atendimento pré-hospitalar, papel, riscos ocupacionais e consequências.	Identificar o papel da enfermagem no atendimento pré-hospitalar (APH), bem como refletir sobre as consequências e riscos que os profissionais estão expostos neste setor.	- O trabalho do enfermeiro no APH é desempenhado por produção de cuidados de qualidade e quantidade adequada, e está dividida entre assistir, cuidar, gerenciar, administrar, ensinar e pesquisar, cuidar e gerenciar são ações mais evidenciadas no trabalho da enfermagem.
5	Bernardes, A. et al.	2014	Supervisão do enfermeiro no atendimento pré-hospitalar móvel.	Analisar como ocorre a supervisão no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)	- Neste serviço a supervisão foi considerada primordial. - O enfermeiro não está presente fisicamente na supervisão o que prejudica a qualificação dos profissionais da equipe.

6	Coelho, G. M. P. et al.	2014	Educação permanente em saúde: experiência dos profissionais do serviço de atendimento móvel de urgência.	Descrever a experiência da Educação Permanente em Saúde vivenciada pelos profissionais de saúde de um serviço pré-hospitalar móvel de urgência.	- Neste estudo todos os profissionais que fazem parte do APH relataram que possuíam alguma capacitação referente a este serviço.
7	Junyent, R. W. W. et al.	2014	A autonomia do enfermeiro no atendimento pré-hospitalar.	Avaliar o grau de autonomia que cabe ao profissional enfermeiro no exercício da profissão	<p>- Dos enfermeiros que fizeram parte do estudo têm pós-graduação na área de urgência e emergência, emergência ortopédica e trauma, unidade de terapia intensiva, enfermagem do trabalho, administração hospitalar, gerenciamento de enfermagem e enfermagem humana com sua complexidade.</p> <p>- Existe preocupação dos enfermeiros em relação aos cuidados prestados a fim de evitar risco de morte e minimizar as seqüelas ao socorrido, também em relação à busca do conhecimento para o uso e</p>

					administração de medicamentos ou para a execução de procedimentos e ainda existem dúvidas e medo do uso destes em emergência.
8	Lacerda, R. E.	2014	A importância do enfermeiro na assistência de enfermagem no atendimento pré-hospitalar.	Buscar nas Bases de Dados de Produção Científica sobre as ações do Enfermeiro no serviço Pré-Hospitalar Móvel de Urgência.	<ul style="list-style-type: none"> - O enfermeiro contribui com serviços de interação, comunicação e cuidados específicos que tem objetivo de diminuir agravos de saúde. - É muito importante o trabalho do enfermeiro no serviço de urgência e emergência pré-hospitalar móvel. - Ainda se trata de uma nova área de atuação em atendimento pré-hospitalar móvel, pois ainda são poucos as disciplinas específicas para este serviço nos cursos de graduação. - O enfermeiro tem realizado trabalhos de gerência, assistência e administração no SBV ou SAV.

9	Souza, J. C.	2015	A importância do enfermeiro na assistência de enfermagem no atendimento pré-hospitalar.	Analisar e identificar os principais passos da importância do enfermeiro na assistência de enfermagem no atendimento pré-hospitalar (APH).	<ul style="list-style-type: none"> - O profissional enfermeiro é indispensável na assistência direta ao paciente no APH. Tendo também a responsabilidade de capacitar a equipe de enfermagem. - O enfermeiro não goza dos conhecimentos que são necessários para atuar no APH. Portanto há necessidade de capacitação deste profissional nesta nova especialização. - O enfermeiro no local é necessário para um atendimento de enfermagem de qualidade e seguro. - Na atualidade o enfermeiro não atua na supervisão da equipe presencialmente, o profissional realiza a supervisão a distância trazendo riscos ao paciente e insegurança na assistência. - O enfermeiro no suporte básico de vida não supervisiona a equipe de enfermagem diretamente isso dificulta o desenvolvimento da equipe no APH e traz risco ao paciente.
---	--------------	------	---	--	--

					<ul style="list-style-type: none">- O enfermeiro tem sua função de supervisionar a equipe de enfermagem, sendo essa supervisão a distância quando se trata de suporte básico de vida.- A assistência no suporte básico de vida com o enfermeiro supervisionando a equipe é muito importante para se ter uma assistência de enfermagem segura e de qualidade.
--	--	--	--	--	---

Constituiu-se uma amostra final de nove artigos selecionados entre os anos de 2014 a 2018. Obteve-se prevalência em artigos de estudos qualitativos em um total de 44,44%; Estudos do tipo descritivo explorativo obteve-se um total de 22,22%; Estudo descritivo, estudo de revisão de literatura e pesquisa de campo obtiveram-se em cada apenas 11,11%, observou-se prevalência de artigos publicados no ano de 2014, como apresentado na tabela acima. Permitiu-se agrupar os resultados dos nove artigos que possibilitam respostas referentes aos objetivos específicos citados neste estudo.

O presente estudo obteve um total de 36 autores, descrito em 66,66% artigos enfatizou-se a atuação do enfermeiro como ações gerenciais com predomínio de atividades burocráticas sendo feito na maioria das vezes à distância não sendo tão eficaz quanto presencialmente e ações assistenciais de cuidado requerendo conhecimento técnico científico, habilidade, trabalho em equipe, comunicação, interação. Dentro dos 66,66% desses artigos que citam a atuação do enfermeiro, 33,33% deles citam administração como forma de atuação. Cuidar e o gerenciar são os processos mais evidenciados. Ações educativas tiveram menor destaque enfatizado em apenas 33,33% dos artigos estudados. 22,22% artigos apontam a importância do enfermeiro na supervisão da equipe enfatizando que essa supervisão ocorre a distância e que isso pode trazer inseguranças e risco aos pacientes.

Em 33,33% destes artigos se destacou também a capacitação e formação especializada da enfermagem à formação na pós-graduação e mostra o predomínio de profissionais que têm certo grau de qualificação, como descrito são citados profissionais com pós-graduação nas áreas de Urgência e Emergência, Unidade de Terapia Intensiva Enfermagem do Trabalho, Emergência Ortopédica

e Trauma, Gerenciamento de Enfermagem, Administração Hospitalar e Enfermagem Humana e sua Complexidade.

Somente 22,22% dos artigos enfatizam que nesta atividade o profissional não goza dos conhecimentos necessários para atuar no APH. Há necessidade de uma maior capacitação deste nesta nova especialização da enfermagem no Brasil.

Discussão

De acordo com Peres *et al* (2018), o trabalho da enfermagem no pré-hospitalar é de suma importância devido aos conhecimentos específicos e habilidades frente à equipe, o serviço da enfermagem se desenvolve em assistência e gerência requerendo conhecimento técnico e científico. Corroborando com este, Lacerda (2014) descreve o trabalho da enfermagem em ações de cuidado, gerência, comunicação e interação o qual tem objetivo de minimizar os agravos da saúde. Observa-se uma fundamental importância do profissional enfermeiro no atendimento de urgência e emergência pré-hospitalar móvel. Luchtemberg (2015) registra que as atividades realizadas pelo enfermeiro são: educar, cuidar, gerenciar.

Em contrapartida temos Dias (2016), enfatizando que a atuação do enfermeiro se baseia em cuidados de qualidade e quantidade adequados, assistência, administração, gerência e ensinamentos sobre a equipe, porém concorda que o cuidado e gerência são processos que mais evidenciam o trabalho da enfermagem. Conjuntamente, Szerwieski e Oliveira (2015), afirmam que a gerência que é realizada pela enfermagem a distância não é tão eficaz.

Demonstrado no trabalho de Souza (2015), é indispensável à presença do enfermeiro na assistência pré-hospitalar tornando o atendimento uma vez mais seguro e

de qualidade, a supervisão do enfermeiro pela equipe de enfermagem é de suma importância para uma assistência de qualidade, no entanto, atualmente o enfermeiro não está presente na assistência do APH como também realiza supervisão da equipe a distância, isto trás risco ao paciente e gera insegurança na assistência da equipe. Bernardes *et al* (2014), afirma que a supervisão é primordial no serviço de atendimento pré-hospitalar, entretanto, os enfermeiros não estão fisicamente presentes nesse serviço tornando a qualificação dos profissionais prejudicada.

A obrigatoriedade da presença do enfermeiro na supervisão do profissional técnico e auxiliar de enfermagem é respaldada pela lei Nº 7.498/86, de 25 de junho de 1986, citado no art. 15 onde diz que as atividades realizadas pelo profissional de nível médio que são os técnicos de enfermagem e os auxiliares de enfermagem, seja em instituição privada ou pública qualquer atividade que for exercida podem somente ser desempenhadas sob a supervisão e orientação de um profissional enfermeiro (BRASIL, 1986).

Fortalecendo o artigo descrito nesta lei, Canavezi *et al* (2014), elaboraram um parecer ao assessor legislativo do COFEN, Dr. José Leandro Teixeira Borba, acerca da questão da obrigatoriedade do enfermeiro nos serviços de atendimento móvel de urgência, no qual enfatizam corroborando com o art. 15 da lei Nº 7.498/86 e da resolução 375 do COFEN publicada em 2011, embora a fiscalização não seja sempre efetivas e ‘dispõe sobre a presença do Enfermeiro no Atendimento Pré-Hospitalar e Intra-Hospitalar, em situações de risco conhecido ou desconhecido’ uma vez que isso torna ainda mais claro que é necessário a presença do enfermeiro em qualquer ambulância designada ao atendimento pré-hospitalar, destaca-se no Artigo 1 desta resolução que a assistência de enfermagem no pré-hospitalar e intra-hospitalar em

qualquer unidade móvel em situações de risco desconhecido ou conhecido deve ser desenvolvida somente na presença do enfermeiro.

De acordo com Lacerda (2014), o atendimento pré-hospitalar móvel é uma área nova de atuação visto que ainda não se tem muitas disciplinas que introduzem urgência e emergência no pré-hospitalar móvel nos cursos da saúde. Em relação ao processo de capacitação dos profissionais que atuam no pré-hospitalar móvel, Luchtemberg (2015), enfatiza que na formação especializada associado à pós-graduação há predomínio de profissionais que possuem grau de qualificação.

Partindo deste Junyent (2014), afirma que predominam profissionais com pós-graduação nas áreas de urgência e emergência, administração hospitalar, emergência ortopédica e trauma, gerenciamento de enfermagem, enfermagem humana e sua complexidade, unidade de terapia intensiva e enfermagem do trabalho. Existe grande preocupação dos enfermeiros em relação aos cuidados que tem por finalidade evitar risco de morte e minimizar o risco de sequelas às vítimas, essa preocupação também existe quando se trata de executar procedimentos e administração de medicamentos ainda gerando dúvidas e medos de realizar estes na emergência.

Segundo Adão e Santos (2012), o atendimento pré-hospitalar tem se mostrado como um novo campo de atuação para o enfermeiro, porém a graduação destes tem melhorado com o passar dos anos tornando-os profissionais reflexivos, cheios de conhecimentos e críticos. Ainda não existe uma disciplina específica para urgência e emergência sendo necessário qualificar estes profissionais externamente e internamente. Contradizendo Souza (2015), relata que o enfermeiro não goza dos conhecimentos que são necessários para atuar no APH

informando que há uma necessidade de maior capacitação desse profissional nesta especialização no Brasil.

Considerações finais

Os dados resultantes desta pesquisa permitiram descrever a atuação do enfermeiro estando inicialmente focada em ações de gerência, supervisão, educação, administração e assistência, sendo consideradas atuações de extrema importância para garantir a qualidade do atendimento realizado pela equipe e da assistência de enfermagem para evitar riscos aos pacientes. A gerência da equipe de enfermagem é realizada a distância e na maioria das vezes são ações burocráticas internamente, são realizadas também ações educativas que é uma atribuição específica do enfermeiro a fim de qualificar a equipe para que possam realizar uma assistência de qualidade, porém ainda surgem inseguranças destes profissionais na hora do seu suporte por isso é necessário o enfermeiro estar sempre presente supervisionando os profissionais de nível médio como citado pela legislação do exercício profissional (Lei 7.498/86) deixando bem evidenciado que a participação do enfermeiro no APH é importante. O processo de capacitação do enfermeiro é observado através de cursos especializados de pós-graduação, o que melhora bastante sua competência para atuar com segurança uma vez que não existe disciplina específica para urgência e emergência englobando o APH durante a graduação, desta forma sendo necessária maior capacitação desses profissionais. Sugere-se então que seja realizados mais estudos em relação ao atendimento pré-hospitalar considerando que esse setor tem muito a desenvolver associando também melhor fiscalização destes serviços uma vez que a presença o enfermeiro na unidade

móvel e respaldada por lei e apesar disso o enfermeiro ainda continua atuando a distância nesse serviço.

Referências

BRASIL. *Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973*. Dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências. Diário Oficial da União. 13 Jul. 1973. [Acesso em 16 maio 2019]. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/lei-n-590573-de-12-de-julho-de-1973_4162.html

ROCHA, T. B. *Vivências do enfermeiro no serviço de atendimento móvel de urgência: detalhes de um grande desafio*. 2013. 91 f. Dissertação – Pós-Graduação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. [Acesso em 16 maio 2019]. Disponível em: <http://www.enf.ufmg.br/pos/defesas/785M.PDF>.

DANTAS, R. A. N. *et al.* Instrumento para avaliação da qualidade da assistência pré-hospitalar móvel de urgência: validação de conteúdo. *Rev. Esc. Enferm. USP*, v. 49, n. 3, p. 381-387, 2014. [Acesso em 16 maio 2019]. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/receusp/v49n3/pt_0080-6234-receusp-49-03-0381.pdf

BRASIL. *Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986*. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências. Diário Oficial da União. 26 Jun. 1986 [Acesso em 16 maio 2019]. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986_4161.html.

BREHMER, L. C. F. *et al.* Revisão integrativa da literatura sobre influenza AH1N1. *Texto Contexto Enferm*, v. 20, p. 272-7, 2011. [Acesso em 19 maio 2019]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v20nspe/v20nspea34.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria n. 1864, de 29 de setembro de 2003*. Institui o componente pré-hospitalar móvel da Política Nacional de Atenção às Urgências, por intermédio da implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgências em municípios e regiões de todo o território brasileiro: SAMU 192. 2003. [Acesso em 19 maio 2019]. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2003/prt1864_29_09_2003.html

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria n. 2.048/GM, de 5 de novembro de 2002*. Estabelece as normas, os critérios de funcionamento, a classificação e o cadastramento de serviços e aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência. 2002. [Acesso em 22 maio 2019]. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048_05_11_2002.html

BRASIL. *Portaria nº 1.600 Ministério da Saúde, de 7 de julho de 2011 (BR)* [internet]. Reformula a política nacional de atenção às urgências e institui a rede de atenção às urgências no Sistema Único de Saúde (SUS). [Acesso em 16 maio 2019]. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1600_07_07_2011.html

BRASIL. *Portaria Nº 1.010 Ministério da Saúde, de 21 de maio de 2012 (BR)*. Redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências. [Acesso em 16 maio 2019]. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1010_21_05_2012.html

BRASIL. *Portaria nº 354 de 10 de março de 2014 (BR)*. Publica a proposta de Projeto de Resolução “Boas Práticas para Organização e Funcionamento de Serviços de Urgência e Emergência” [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 10 mar 2014. [Acesso 16 maio 2019]. Disponível em:

http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0354_10_03_2014.html

LUCHTEMBERG, M. N.; PIRES, D. E. P. Enfermeiros do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência: perfil e atividades desenvolvidas. *Revista Brasileira de Enfermagem* [Internet]. V. 69, n.2, p. 194-201, 2016. [Acesso 22 maio 2019]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167.2016690202i>

MARQUES, A.M.A. *Condições e organização do trabalho das equipes do SAMU/RMF: Riscos e agravos daqueles que trabalham contra o tempo*. Dissertação [mestrado]. Universidade Estadual do Ceará. Centro de estudos sociais aplicados, 2013.

JUNYENTE, R. W. W. *et al.* A autonomia do enfermeiro no atendimento pré-hospitalar. *Science in Health*, v. 5, n. 2, p. 86-95, 2014. [Acesso em 02 outubro 2019]. Disponível em: <file:///D:/artigos/2014-2018/A%20AUTONOMIA%20DO%20ENFERMEIRO%20NO%20ATENDIMENTO%20PRÉ-HOSPITALAR.pdf>.

SOUZA, J. C. *A importância do enfermeiro na assistência de enfermagem no atendimento pré-hospitalar*. 2015. 25f. Trabalho de conclusão de curso (monografia) – Curso de Pós-graduação Latu Senso, AVM-Faculdade Integrada, São Paulo, 2015.

LACERDA, R. E. *A importância do enfermeiro no atendimento pré-hospitalar móvel de urgência*. 2014. 31 f. Trabalho de conclusão de curso (monografia) – Curso de Enfermagem, Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA e Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA, Assis, 2014.

PERES, P. S. Q. *et al.* Atuação do enfermeiro em um serviço de atendimento pré-hospitalar privado. *J. res. fundam. care.* online, v. 10, n. 2, p. 413-422, 2018. [Acesso em 27 setembro 2019]. Disponível em: <file:///D:/artigos/2014-2018/ATUACAO%20DO%20ENFER>

MEIRO%20EM%20UM%20SERVICO%20DE%20 ATENDIMENTO%20PRE%20HOSPITALAR%20PRI VADO.pdf.

SZERWIESKI, L. L. D.; OLIVEIRA, L. F. Atuação do enfermeiro na gestão do atendimento pré-hospitalar. *Revista UNINGÁ*, v. 45, p. 68-74, 2015. [Acesso em 1º outubro 2019]. Disponível em: file:///D:/artigos/2014-2018/ ATUAÇÃO%20DO%20ENFERMEIRO%20NA%20G ESTÃO%20DO%20ATENDIMENTO%20PRE%20H OSPITALAR.pdf

COELHO, G. M. P. *et al.* Educação permanente em saúde: experiência dos profissionais do serviço de atendimento móvel de urgência. *Enferm, Foco*, v. 4, n. 3,4, p. 161-163, 2013. [Acesso em 01 outubro 2019]. Disponível em: file:///D:/artigos/2014-2018/Educação%20permanente %20em%20saúde%20experiência%20dos%20profissio nais%20do%20servico%20de%20atendimento%20 movel%20de%20urgencia.pdf

DIAS, L. P. R. *et al.* Enfermagem no atendimento pré-hospitalar: papel, riscos ocupacionais e consequências. *Revista Interdisciplinar em Saúde*, Cajazeiras, v. 3, n. 1, p. 223-236, 2016. [Acesso em 01 outubro 2019]. Disponível em: file:///D:/artigos/2014-2018/ENFERMAGEM%20NO %20%20%20%20ATENDIMENTO%20%20%20%20P RÉ-HOSPITALAR%20PAPEL%20RISCOS%20E%20 CONSEQUENCIAS.pdf.

BRENARDES, A. *et al.* Supervisão do enfermeiro no atendimento pré-hospitalar móvel. *Rev. Eletr. Enf*, v. 16, n. 3, p. 635-43, 2014. [Acesso em 01 outubro 2019]. Disponível em: file:///D:/artigos/2014-2018/supervisão %20do%20enfermeiro%20no%20atendimento%20pré- hospitalar%20móvel.pdf.

CANAVEZI *et al.* Parecer N° 36/2014/COFEN/CTLN. Legislação profissional. Solicitação do assessor legislativo

do COFEN, no que tange à obrigatoriedade da presença de um enfermeiro nas unidades de urgência. 18 Nov. 2015. [Acesso em 07 novembro 2019]. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/parecer-no-362014cofenctln-2_35938.html

ADÃO, R. S; SANTOS, M. R. Atuação do enfermeiro no atendimento pré-hospitalar móvel. *Ver. Min. Enferm.* V. 16, n. 4, p. 601-608, 2012. [Acesso em 07 novembro 2019]. Disponível em: <file:///D:/artigos/ATUAÇÃO%20DO%20ENFERMEIRO%20NO%20ATENDIMENTO%20PRÉ-HOSPITALAR%20MÓVEL.pdf>

DIREITO CONSTITUCIONAL A DEMARCAÇÃO: A SITUAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS APÓS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Samira Maria Vieira de Lima¹
Gabrielle Andrade da Silva²

Resumo: O presente artigo³ tem como escopo discutir sobre a questão da demarcação de terras indígenas no Brasil, após a constituição de 1988. De acordo com o artigo 231 da Constituição Federal compete à União realizar a demarcação das terras indígenas, ou seja, a regulamentação das terras dos povos tradicionais é um direito constitucionalmente garantido. Para alcançar os objetivos propostos serão utilizadas a análise das leis, bem como a revisão bibliográfica. Com a investigação realizada, inferimos que embora exista a garantia constitucional de regulamentação das terras indígenas, existem empecilhos burocráticos e políticos que impossibilitam a concretização do direito.

Palavras-chaves: terra indígena; constituição; garantias constitucionais.

Abstract: The purpose of this article is to discuss the question of the demarcation of indigenous lands in Brazil, after the 1988 constitution. According to article 231 of the Federal Constitution, the Union is responsible for demarcating

¹ Acadêmica do segundo período de Direito na Faculdade de Piracanjuba.

² Possui graduação em Direito - Faculdades Alfredo Nasser. Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia e integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Movimentos Sociais (NEMOS), ambos na Universidade Federal de Goiás (UFG). Atualmente é aluna de Doutorado no Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. Atualmente é docente do Curso de Direito na Faculdade de Piracanjuba (FAP).

³ Este artigo é produto do Clube da Escrita.

indigenous lands, that is, the regulation of traditional peoples' lands is a constitutionally guaranteed right. To achieve the proposed objectives, the analysis of laws will be used, as well as the bibliographic review. With the investigation carried out, we infer that although there is a constitutional guarantee for the regulation of indigenous lands, there are bureaucratic and political obstacles that prevent the realization of the right.

Keywords: indigenous land; constitution; constitutional guarantees.

Introdução

No ano de 1500, os portugueses chegaram ao território que atualmente conhecemos como Brasil. Salienta-se, que quando os europeus chegam encontram cerca de 3 milhões de habitantes, e denominaram esses povos como os índios. Embora tenham sido classificados todos como “índios”, esses povos eram divididos em etnias diferentes, sendo que algumas comunidades tinham uma população estimada de 2 mil indígenas e, de acordo com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), aproximadamente 2 milhões de indígenas viviam no litoral e 1 milhão no interior do país.

Destaca-se, ainda, que a cultura indígena não tinha como pressuposto a ideia de lucro, isto é, a exploração das terras que habitavam era apenas para a sobrevivência. Nesse sentido, eles viviam com a pesca, com a caça e com a agricultura, com o escopo de subsistência, cuidando das terras em que moravam e protegendo a natureza. Entre eles, não existia o desejo do poder pois desconheciam o capitalismo e, portanto, a exploração da natureza para obter lucro.

Em contrapartida, os portugueses viviam o mercantilismo, que consiste em um conjunto de práticas econômicas que possibilitavam as monarquias europeias

acúmulo de riquezas. Assim, quando os portugueses chegaram ao território brasileiro, tinham o interesse em acumular especiarias e explorar os recursos naturais, tais como o Pau-Brasil e metais preciosos. Os portugueses iniciaram o processo de colonização, não apenas da terra, mas também dos povos indígenas, utilizando a catequização e a escravização como formas de subjugar os habitantes locais. À vista disso, assinala Paulo Chaves (2013):

Isso descaracteriza a visão tradicional de que teria sido uma descoberta. Na realidade, Portugal não descobriu o Brasil, ele ocupou, invadiu, submetendo dessa maneira diversas nações indígenas. Se o Brasil já possuía uma população indígena, local, não se trata de uma descoberta, e sim de uma conquista. (...) Algumas tribos tupis já estavam transitando do paleolítico, por isso produziam agricultura rudimentar, na chamada de roça branca, onde eram plantados mandioca, cará, feijão. Se essas comunidades não produziam excedentes, não tinha comércio entre eles.

Desse modo, os indígenas utilizavam as terras para o plantio próprio, cuidavam dos rios e das matas, preservando o meio ambiente, entre eles não existia o desmatamento, pois as florestas eram suas casas. Atualmente, conforme relatório da ONU de 2014, os indígenas representavam 8,5% da população latino-americana, sendo os principais responsáveis pela preservação de suas florestas.

Diante de todo o exposto, é de grande importância a garantia da efetividade da demarcação das terras indígenas e, assim, possibilitar a preservação das florestas brasileiras. Portanto, a regularização dessas terras não é um interesse apenas para os povos tradicionais, mas sim de todo o Brasil, quicá o mundo, já que a preservação e desenvolvimento sustentável do território brasileiro é um interesse coletivo.

Demarcação de Terras na Legislação Brasileira

Tendo em vista a necessidade de regularizar a situação das terras indígenas, foram elaborados diversos mecanismos legais capazes de garantir não apenas a posse, mas o registro da propriedade dessas terras. Nesse sentido, os povos indígenas sobreviveram à escravidão, doenças e massacres ocorridos durante a história do Brasil (ROCHA, PORTO e PACHECO, 2019). Ainda assim, os indígenas participaram da Constituinte de 1988 e conseguiram assegurar alguns direitos, tais como:

Artº. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crença e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (*CONSTITUCIONAL FEDERAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988*).

Dessa forma, conforme o artigo acima, foi reconhecido o direito à propriedade, posse e o usufruto dos rios, matas e solos, das terras ocupadas por povos tradicionais. Ressalta-se, ainda, que os originários são responsáveis pela proteção da vegetação brasileira, assegurando um clima saudável a todos diante da poluição natural.

No entanto, mesmo sendo considerados os guardiões da floresta, o avanço da tecnologia, sobretudo, com a produção agrícola, os indígenas são considerados como um empecilho para o desenvolvimento agrícola brasileiro. Isto é, acredita-se que a produção em larga escala e sem sustentabilidade é benéfica para a economia, todavia não se questiona sobre o risco que essas políticas representam para o modo de vida dos indígenas. Uma vez que em nome do desenvolvimento no campo, utilizam-se de terras em posse de povos tradicionais que ainda não foram demarcadas, o

que ameaça não apenas a sua cultura e, mas também a sua sobrevivência (PORTO, ROCHA e PACHECO, 2019).

A Constituição de 1988, reconhece não apenas o direito à propriedade, mas também a cidadania dos indígenas e o seu direito ao exercício de sua cultura. Todavia, mesmo com a promulgação da Carta Magna e o desenvolvimento de várias políticas públicas em prol da conservação ambiental e o reconhecimento da cultura dos “povos da floresta”, os direitos deles estão ameaçados, quicá como jamais estiveram na história da democracia brasileira (KLEIN *apud* PIACENTINI, 2017).

Em face do pensamento hegemônico que é disseminado, ou seja, os indígenas como o empecilho para o desenvolvimento da economia, estamos vivenciando não apenas sucessivos momentos de violência contra essas comunidades, mas também diversos crimes ambientais. Relata que as queimadas ocorridas em 2019 na Amazônia, alcançaram o maior registro desde de 2010, segundo o INPE (SANSEVERINO, 2019). Salienta-se ainda que em 2020, o bioma mais preservado do país até então, o Pantanal, registrou o maior número de focos de incêndio de sua história, cerca de 23 MIL Km² de sua vegetação foi destruída pelos incêndios (SILVEIRA, 2020).

Nos dias atuais, o discurso que atribui a culpabilidade aos indígenas não apenas pelo suposto atraso econômico, mas também dos desastres ambientais do nosso país, tem sido propagado até mesmo por lideranças políticas. Exemplo disso, é a fala do presidente Jair Bolsonaro quando questionado acerca das queimadas deste ano.

Nossa floresta é úmida e não permite a propagação do fogo em seu interior. Os incêndios acontecem praticamente nos mesmos lugares, no entorno leste da floresta, onde o caboclo e o índio queimam seus roçados em busca de sua

sobrevivência, em áreas já desmatadas (PUBLICADO PELA BRASIL DE FATO, setembro de 2020).

Além das consequências engendradas pelo desmatamento, os indígenas sofrem com as invasões e conflitos com os fazendeiros. A violência contra as populações tradicionais reflete no número de mortes, pois eles não possuem nem armas suficientes, nem respaldo para se defenderem dos ataques. A fim de demonstrar como essas políticas de demarcação têm retroagido e as dificuldades dos indígenas para exercer o direito constitucionalmente garantido, segue abaixo o quadro 1.

Quadro 1 – terras demarcadas após a Constituição de 1988.

Fase do processo	Terras Indígenas	Superfície(ha)
Delimitada	38	5.531.936,6827
Declarada	72	3.415.646,6662
Homologada	17	1.586.696,8980
Regularizada	435	105.648.344,8943
Total	562	116.997.082,2490
Em estudo	114	5.769,0000
Portaria de interdição	6	1.084.049,0000

Fonte: DAMBRÓS, Cristiane; 2017.

Desse modo, analisando o quadro 1, pode-se observar que em 2017 existiam 114 terras em estudo para a demarcação no país. Salienta-se que esse estudo considera o território utilizado pelos índios para manter sua sobrevivência, em respeito à Constituição Federal.

Considerações Finais

Diante dos fatos demonstrados, conclui-se que embora haja uma garantia constitucional da demarcação das terras indígenas existe uma dificuldade em concretizá-la. Tal dificuldade ocorre por conta da propagação de um discurso hegemônico que atribui a forma de cultivo da terra presente em aldeias como um atraso para a economia brasileira.

Deve-se entender que a garantia da propriedade das terras para os povos tradicionais, têm um significado de perpetuação de sua cultura, valores e a sobrevivência, já que o contato com a natureza tem outro significado para eles. Além dos fatores culturais, a não regularização da terra de seus ancestrais, implica também a perpetuação da violência que este povo vem sofrendo há séculos.

Referências

- DAMBRÉS, C. Contexto histórico e institucional na demarcação de terras indígenas no Brasil. n. 48 (22), *Revista NERA*. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6371>>. Acesso em: 05.11.2020.
- GIMENES, E. *Bolsonaro culpa indígenas, imprensa e ONGs por queimadas e consequências da covid*. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/09/22/bolsonaro-culpa-indios-caboclos-midia-e-ongs-por-queimadas-e-consequencias-da-covid>>. Publicado em: 22.09.20. Acesso em: 07.11.20.
- PIACENTINI, P. *História recente é marcada por retrocessos*. Cienc. Cult. vol.69 no.3 São Paulo July/Sept. 2017. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252017000300019>

REDAÇÃO DO PORTAL G1. *Descobrimento foi, na verdade, uma invasão à terra dos índios*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/vestibular-educacao/noticia/2013/10/descobrimento-foi-na-verdade-uma-invasao-terra-dosindios.html#:~:text=%E2%80%9CIso%20descaracteriza%20a%20vis%C%A3o%20tradicional,e%20sim%20de%20uma%20conquista.>>. Publicação em: 10.10.13. Acesso em: 01.11.20.

SANSEVERINO, C. A. M. *Impactos iniciais das queimadas na Amazônia em 2019*. Anais do Encontro Nacional de Pós-Graduação-VIII ENPG Vol.3, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.unisanta.br/index.php/ENPG/articloe/view/2201/1699>>. Acesso em: 07.11.20.

SILVEIRA, D. *Área queimada no Pantanal em 2020 supera em 10 vezes a área de vegetação natural perdida em 18 anos*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/09/24/pantanalbiomamaipreservado-ate-2018-perdeu-ao-menos-10vezesmaisareaem2020queem18anos.ghtml>>. Publicado em: 24.09.20. Acesso em: 05.09.2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. *História geral II: texto de apoio a política econômica das monarquias absolutistas*. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/cursinhoufscar/mercantilismo.htm>>. Acesso em: 01.11.20.

HOMICÍDIOS POR ARMA DE FOGO NO MUNICÍPIO DE PIRACANJUBA/GO

Weverton Martins Land¹

Daniele Lopes Oliveira²

Resumo: Este trabalho teve como objetivo expor dados sobre a real situação que se encontra o município de Piracanjuba/GO, uma cidade que segundo o IBGE conta com uma população estimada de 24.524 pessoas segundo o censo de 2019. A pesquisa conta com dados a partir do ano de 2016, que evidencia o maior índice de homicídios em relação aos anos posteriores e que se estende até o ano de 2019. Juntamente com a delegacia de polícia civil do município de Piracanjuba/GO, a pesquisa visa o desenvolvimento social e a agregação de estudo, para que em forma de escrita leve informações que beneficia a sociedade assim por sua vez incentivando a novas pesquisas e informações. E ao se fazer uma comparação simples é possível observar que os “padrões” foram modificados, não sendo constatado uma acentuação tão crítica nos últimos anos no cometimento de homicídios por arma de fogo no município.

Palavras-Chave: Homicídios; Violência; Hostilidade.

Abstract: This work aimed to expose data about the real situation found in the municipality of Piracanjuba/GO, a city that according to IBGE has an estimated population of 24,524 people according to the 2019 census. The research has data from

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

² Pós-Doutora e Doutora em Educação pela PUC Goiás. Mestre em Ecologia e Produção Sustentável pela PUC Goiás. Especialista em Direito Civil e Processo Civil. Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Especialista em Auditoria e Perícia Ambiental pela UNINTER. Especialista em Docência Superior pela Fac-Lions. Graduada em Direito pela PUC Goiás. Graduada em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Albert Einstein. Professora e Coordenadora Geral da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

of the year 2016, which shows the highest homicide rate in relation to the subsequent years and extending to the year 2019. Together with the civil police station in the municipality of Piracanjuba/GO, the research aims at social development and study aggregation, so that in writing it takes information that benefits society, in turn encouraging new research and information. And when making a simple comparison, it is possible to observe that the “standards” have been modified, not having been observed such a critical accent in recent years in the committing of firearm homicides in the municipality.

Key words: Homicide; Violence; Hostility.

Introdução

Ao iniciar este estudo penso em *Shakespeare*, em sua obra *Medida por Medida* (1801, p. 22), “punir o crime, apenas, sem punir o culpado? Condenadas já estão todas as faltas antes mesmo de cometidas. Meu papel seria simplesmente risível, se tratasse de castigar os crimes cujas penas se acham previstas, mas deixasse impunes os infratores.” Nessa peça de teatro Shakespeare, traz a lume uma discussão que parece longe de chegar ao fim. As punições realmente alcançam sua finalidade, ou apenas recolhe os malfeitores e os lança longe dos olhos da sociedade. Vários estudos têm apontado para a existência de um aumento real da violência no Brasil, em particular das mortes por homicídios, desde final da década de 1990.

As regiões geográficas e seus respectivos municípios, principalmente as grandes metrópoles, apresentam um aumento na mortalidade por causas externas a partir da década de 1990 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004).

Dentre outras explicações, tal fato pode estar vinculado à vulnerabilidade e à exposição à ocorrência da violência, assim como a uma incapacidade de reagir a ela. A informação

de mortalidade é uma das mais importantes na área da saúde, pois o óbito é um evento único e seu registro obrigatório.

Juntamente vem a agressão, segundo o atlas de violência de 2019 mortes por arma de fogo cresceu 6,8% entre 2016 e 2017, uma porcentagem alta e preocupante, em uma das cidades mais violentas do Brasil temos o Rio de Janeiro, que teve um aumento de 9.8% de mortes por arma de fogo, no Brasil a violência e descaso se encontra em todos os lugares, a violência conta com um aumento significativo de pesquisas e discussões sobre o uso da arma de fogo, seu uso, posse e sua distribuição no Brasil, um tema que gera discussões e opiniões divergentes, contando com uma crescente atenção (REVISTA O GLOBO, 05 de junho de 2019).

Tem se verificado um aumento no uso das armas de fogo nas mortes por agressão, sendo as lesões por Projétil de Armas de Fogo (PAF) apontadas como responsáveis pelo aumento nas mortes por homicídios no Brasil. Entretanto, no município de Piracanjuba/GO entre 2016 e 2019 foi analisada um declínio no número de mortes por arma de fogo, ocorrendo de forma geral, tanto em setores afastados da cidade quanto em setores no centro do município, visando uma igualdade, com uma tendência de aproximação e redução das desigualdades no risco de morte. Outro problema nos óbitos por violência deve-se ao fato de que ela vitima a faixa jovem da população, o que faz com que as mortes violentas sejam a primeira causa de óbito entre adolescentes e adultos jovens, o adolescente que a opinião popular se encontra vítima da sociedade, são moldados de uma maneira em que em necessidades buscam meios que envolvem a utilização da arma de fogo, um meio buscado para impor medo na população para que possa cometer seus atos, onde sem preparo algum o jovem adolescente até mesmo adulto na pressão do momento acaba realizando um disparo onde se comete o homicídio,

ceifando a vida de uma pessoa (REVISTA DE ENFERMAGEM DA USP, 2017).

Em Goiás o número de homicídios que contam com a presença de jovens, no ano de 2017, foi na proporção de 1 para um grupo de cada 100 mil habitantes foi de 91,6 homicídios (REVISTA G1, 25 de setembro de 2019).

Como exemplo, em junho do ano de 2012, devido à magnitude do problema da violência no Brasil, foi lançado em Alagoas no dia 27 de junho de 2012 o plano nacional de segurança pública, o Programa Brasil Mais Seguro. Este plano pretende focar três pontos: melhoria na investigação das mortes violentas; aumento do policiamento ostensivo e comunitário; e controle de armas. O Programa foi implantado inicialmente no estado de Alagoas. Desta forma, desde junho de 2012 a Força Nacional está instalada no estado, trabalhando em suas forças de segurança para atender a estes objetivos. A atuação do programa encontra-se pautada no controle da criminalidade, sendo necessário que os governos estadual e federal implementem políticas públicas voltadas à melhoria das condições econômicas geradoras das desigualdades sociais, como o aumento da oferta de emprego e a redução da miséria, as quais têm relação íntima com a violência (REVISTA DE ENFERMAGEM DA USP, 2019).

Dadas as condições existentes atualmente, o conhecimento da realidade é condição imprescindível para que se possa mobilizar e unir esforços governamentais e não governamentais para o seu enfrentamento. Além disso, é uma cidade com poucas atrações turísticas, sendo reconhecida por sua cultura tradicional e pelo principal meio de desenvolvimento que é o doce e o leite, mas com grandes desigualdades sociais, que contrastam com o desenvolvimento almejado pelo Brasil. O Relatório do Desenvolvimento Humano 2014, descreve que a falta de

coesão social está correlacionada com a conflitualidade e a violência, especialmente em situações de desigualdade de acesso aos recursos ou aos benefícios decorrentes da riqueza natural, e com a incapacidade de lidar com processos de mudança social.

Homicídios por Arma de Fogo no Município de Piracanjuba/GO

Com a chegada da arma de fogo e com o contato com a sociedade, problemas sociais surgiram, como por exemplo o suicídio, envolvimento de menores com a milícia, porte e posse ilegal e muitos outros problemas que toma de peso social, onde a ferramenta que tem por base, sua criação para defesa pessoal de soldados, tendo assim com o decorrer do tempo um completo desvio de intenção.

No Brasil a arma de fogo é considerada uma vilã, originando-se vários debates, onde se divide em lados opostos, onde um grupo de pessoas defende que a arma de fogo deve ser liberada para porte, ou seja, andar livremente com a sua ferramenta de defesa, onde ocorrendo alguma coisa que venha provocar sua insegurança ou ameace sua vida, possa usa-la como meio de defesa. Também tem o lado de pessoas que defende a posse, onde o cidadão possa comprar sua ferramenta de defesa para uso dentro de sua propriedade, onde a segurança de seus familiares tem a real prioridade, onde o criminoso adentra sua propriedade no intuito de causar problemas e ameaçar a vida de uma família, criminoso de maneira alguma possui experiência de como manusear uma arma de fogo, nem mesmo um preparo psicológico para aquela situação, assim ocorrendo os crimes de homicídios, aquela pessoa no apavoro puxa o gatilho e acaba com a vida de uma ou mais pessoa, e assim provocando o trauma familiar um problema que nem

mesmo com ajuda de um psicólogo é fácil de se tratar, pois ocorre em um âmbito familiar, assim a segurança dos mesmos nunca mais será a mesma.

Do outro lado, onde citado oposto, tem o grupo de pessoas que defende o não uso da arma de fogo, pois acredita que a ferramenta possa causar traumas, sequelas e muitos outros problemas, onde defendem que o não uso da ferramenta de defesa traria benefícios para a sociedade, onde em uma situação de pico de raiva a pessoa que tenha o porte não possa de descontrolar e usar a arma de maneira incorreta, o ser humano conta com um psicológico manipulável, onde situações que possa causar um grande estresse o mesmo venha perder o senso comum e agir de forma errada, assim originando crimes de agressão e homicídios.

A arma de fogo também tem um papel onde contribui para a morte de nossas crianças, onde um estudo mostra que crianças têm uma maior chance de morte com arma de fogo, até mesmo adolescentes, onde se encontra na idade de 7 a 17 anos, um estudo que teve como cidade inicial a cidade de Stanford nos Estados Unidos, na pesquisa cita dados de 2014 e 2015 assim contando com um total de 2.715 incidentes anuais. Um dados preocupante, onde também e descrito que essas crianças não sabem diferenciar uma arma real com uma de brinquedo, por meio de uma brincadeira uma criança de 8 ou 10 anos pega a arma de fogo de seus pais pensando que possa ser um de seus brinquedos assim acontecendo o incidente, que no caso é suicídio, contando com sua inocência e a não capacidade de distinção ocorre infelizmente a morte de crianças e até mesmo adolescentes, onde pegam a arma de seus pais que não conta com nenhuma proteção supondo que sai para brincar com seus amigos, ao pensar que a arma esta descarregada mira para um de seus colegas e efetua o disparo, ou até para si próprio, uma suposição que foi um

caso real e teve uma grande repercussão (REVISTA O GLOBO SOCIEDADE, 02 de novembro de 2018).

Segundo uma pesquisa, que teve como autor um especialista americano no assunto, economista David Hemenway, onde trabalha como professor de saúde pública da universidade de Harvard e diretor do Harvard Injury Control Research Center, assim um grande colaborador e uma pessoa com grande influência social, assim com ótimas ideias, onde sua conclusão são baseada 150 estudos sobre estudo sobre o efeito da arma de fogo na sociedade, assim ele defende que arma de fogo não ajuda, e sim prejudica, assim segundo ele pode oferecer riscos as pessoas de sua família, como o suicídio, intimidação e de mulheres e crianças serem mortas, assim contendo um enorme argumento e uma ótima base para a explicação da arma de fogo em sua casa (REVISTA BBC NEWS/BRASIL, 13 de novembro de 2018).

Estudos recentes provam que os agentes de segurança pública são os que mais cometem homicídios no Brasil, a informação se torna relevante onde a fonte de informações tem como a Anistia Internacional, onde o relatório divulgado cita em relevo as favelas do Brasil, onde por sua vez, é onde o cenário da criminalidade se torna extremamente alto, facilitando a pesquisa e o desenvolvimento social, favelas onde o índice de criminalidade de pobreza e desprezo se encontra alto e também se torna um gatilho para a mídia. Onde tem uma pequena ligação com o município de Piracanjuba/GO, onde toda cidade desde sua expansão ocorre o surgimento de áreas pobres, onde a o custo de vida se torne mais barato, e conseqüentemente atraindo a população socialmente e financeiramente pobre (REVISTA EXAME, 6 de fevereiro de 2019).

Contando no ano de 2018 15,6% dos homicídios tinha como razão a participação de policiais, assim liderando o número geral de homicídios, e também no ano de 2012 contava com cerca de 56 mil casos de homicídios ocorridos pela participação de agentes de segurança pública, um dado onde é preocupante, pois com todo o treinamento necessário, o índice seja tão alto onde tem uma titulação de que são os que mais matam (REVISTA EXAME, 6 de fevereiro de 2019).

No relatório da Anistia Internacional, toma em pauta o uso da força policial muito rapidamente, não levanto em consideração a passividade, onde como base do treinamento tem orientações da não utilização da força bruta sem a real necessidade, em alguns casos se tornando até mesmo abuso de poder, onde por meio de palavras que a sociedade toma em reconhecimento o agente de segurança pública, toma-se como meio de conter as pessoas o uso da força bruta (ANISTIA INTERNACIONAL, 7 de setembro de 2015).

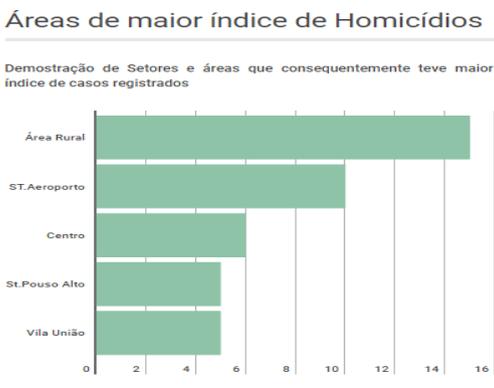
Entretanto, Piracanjuba/GO é um município onde a polícia, por sua vez, tem uma ótimo treinamento, conseqüentemente o índice de mortes cometidas por policiais sem a devida necessidade, dados que comprova essa suposição ainda são desconhecidos pois são dados que querendo ou não expõem o município e a sua segurança, toma-se informações citadas acima como um exemplo de como o homicídio ocorre na grandes cidades, onde o “social” se encontra em desvantagem, e a objetificação de tal informação é que em todos municípios pode ocorrer a tal ação que prejudica a sociedade em um todo, destruindo a relação entre a sociedade e o servidor de segurança pública.

Metodologia

Os estudos ecológicos correspondem aos desenhos agregados-observacionais-transversais, os quais utilizam referências geográficas e possibilitam sintetizar um conjunto de variáveis e aproximar-se da realidade social, cuja unidade. Trabalho onde se desenvolveu uma pesquisa de campo, onde o desenvolvimento tanto pessoal quanto social se torna aprimorado, capaz de modificar seu saber, a partir do momento que se tem uma informação que não esperava, o trabalho torna-se um papel fundamental, tipo de trabalho que ajuda toda a sociedade em um todo, transmitindo informações. O cálculo de homicídios foi realizado pelo Excel, contando com número de mortes dividido pelo número de habitantes vezes o número que se toma de base que a cada 10.000 habitantes. Ou seja, contamos no município de Piracanjuba/GO 8 homicídios a cada 10.000 habitantes.

Resultados

Gráfico 1 – Áreas de maior índice de Homicídios por arma de fogo no município de Piracanjuba/GO



Fonte: IBGE

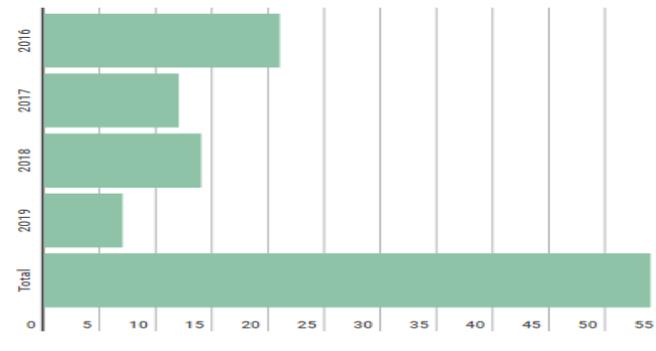
O gráfico 1 traz apenas os setores do município de Piracanjuba/GO, onde conseqüentemente mais ocorreu o delito, contabilizado através de dados fornecidos pela delegacia de Piracanjuba/GO, onde a análise de todos os dados e as comparações foi feita pelo autor da pesquisa, onde o recorte mostra que a área rural do município é onde ocorre a maioria dos casos registrados, seguido de setores que se localiza dentro da cidade.

É importante visar que locais onde reside pessoas que por escolha própria, decidem morar em uma área rural, se coloca em situações onde a dificuldade de apoio do órgão de polícia civil, militar ou rural é bastante difícil acesso, onde por escolha própria moradores que visa a defesa pessoal, toma em posse a arma de fogo, onde na maioria dos casos, um arma que não tem padrões legais, e sem o mínimo sequer treinamento, onde ao encontrar um invasor que está ameaçando sua integridade e sua família toma em mãos e faz o uso para defesa pessoal. Por lei o uso da arma de fogo para fim de defender sua vida é legalmente permitida, contando com parágrafos que ditam o modo que em que a ação é considerada legal, no caso o morador pode recorrer ao porte diferente de posse, onde se encontra no artigo 26 do Decreto nº 5.123 de 01 de julho de 2004.

Gráfico 2 – Índice de homicídios por ano no município de Piracanjuba/GO

índice de homicídios

Gráfico que conta com o ano de 2016 a 2019, casos de homicídios



Fonte: IBGE

O gráfico 2 conta com o índice de homicídios por arma de fogo que começa no ano de 2016 contando 21 morte registradas no sistema de polícia, onde parte para o ano de 2017 onde tem uma queda significativa, onde cai para 12 mortes, consecutivamente o ano de 2018, assim tendo um pequeno aumento onde vai para o patamar de 14 casos registrados, assim o ano de 2019 onde pela segunda vez tem uma decrescimento para 7 casos registrados, por final tendo um resultado total de 54 casos registrados, dados onde vem de procedência de fornecimento a delegacia de polícia da cidade de Piracanjuba/GO onde origina-se a pesquisa.

No município de Piracanjuba/GO pode-se falar que é uma cidade tranquila pois é uma cidade do interior onde a população tem um senso de ajuda muito grande, onde a polícia da cidade contribui e muito para com a cidade, assim consequentemente a sociedade tem um melhor andamento,

pois a maioria dos crimes que chega o trágico final que é a morte é por envolvimento por tráfico de drogas, assim ceifando a vida de outra pessoa, assim se enquadrando no artigo 121.

É importante ressaltar que no ano de 2019 foram coletados dados de até o mês de setembro, assim não conta com o ano todo, possivelmente novos casos de homicídios foram registrados. O homicídio por sua vez segundo autores que realizaram pesquisas de curtos períodos até mesmo de longos e cansativos anos de estudo para chegar em uma conclusão e expor esses dados e conhecimentos para a nossa sociedade, revela que desde décadas passadas conta com um acréscimo significativo no índice de mortalidade por arma de fogo, uma arma criada por seu princípio no século 16 para intuito de proteção dos soldados, resultando até a chegada nos tempos atuais “Entre o início dos anos 1980 e 2016, o percentual de homicídios no país cometidos com armas de fogo subiu de 40% para 71% do total” (NITAHARA e AKEMI, 2018).

Como principal ideia, a conscientização da sociedade e uma exposição de dados para que se possa ser analisadas e se ter uma comparação e incentivo. Como principal resultado é o incentivo de novos pesquisadores, para que se sintam incentivados a contribuir com peso, em pesquisas científicas, melhorando ou até mesmo contribuindo para a sociedade em sua volta, acarretando uma enorme contribuição para a área estudada, buscando e revelando dados do real cenário brasileiro.

Considerações Finais

A pesquisa de homicídios por arma de fogo no município de Piracanjuba/GO, tem um papel importante na sociedade, onde por meio de estudos dedicados e apoio de órgão governamentais, foram obtidos dados relevantes

para que a população geral de Piracanjuba/GO tome ciência do que uma arma de fogo pode se tornar desastroso. Essa pesquisa espera-se um resultado positivo para o meio onde vivemos, onde a real intenção foi promover dados para que a pesquisa não somente tenha resultados rápidos, mas sim resultados duradouros e que certamente demorará chegar a uma conclusão.

Como resultado, temos que, do ano de 2016 a 2019, contamos com cerca de 54 casos, dos 54 casos 20 são do ano de 2016 contando com 37,3 % dos casos obtidos, logo após o ano de 2017 com 12 casos registrados 22,2 %, 2018 com 13 casos 24 %, e no ano de 2019 não encerrado foi disponibilizado dados que relata 3 casos de homicídios no ano atual contando com 5,5 % do total de casos, contando com homicídios simples, por base nos dados os crimes cometidos tinha horários que se aproximam, que está entre as 10 horas da noite chegando ao pico às 4 horas da manhã um horário onde conta com uma baixa luminosidade, favorecendo o crime, pois é um horários onde pelo fuso horário brasileiro está a noite, favorecendo a não identificação fácil e a presença de testemunhas.

Referências

IBGE. *Piracanjuba*. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/piracanjuba/panorama>. Acesso em 12 de abril de 2019.

IPEA Instituto de pesquisa econômica aplicada. *Atlas da Violência: Brasil registra mais de 65 mil homicídios em 2017*. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34786&Itemid=8. Acesso em 12 de abril de 2019.

JUS BRASIL. *Art. 121 do Código Penal - Decreto Lei 2848/40, CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940*. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10625629/artigo-121-do-decreto-lei-n2848-de-07-de-dezembro-de-1940>. Acesso em 13 de outubro de 2019. Acesso em 12 de abril de 2019.

REVISTA BBC NEWS. *Armas são eficazes para defesa pessoal?* Por que este professor americano sustenta que esse discurso é mito. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46191879>. Acesso em 12 de abril de 2019.

REVISTA DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DA USP. *Mapa dos homicídios por arma de fogo: perfil das vítimas e das agressões*. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/reensp/v49n5/pt_0080-6234-reensp-49-05-0748.pdf. Acesso em 13 de outubro de 2019.

REVISTA DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DA USP. *Mapa dos homicídios por arma de fogo: perfil das vítimas e das agressões*. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/reensp/v49n5/pt_0080-6234-reensp-49-05-0748.pdf. Acesso em 12 de abril de 2019.

REVISTA DE SAÚDE PÚBLICA. *Mortalidade por homicídios no Brasil na década de 90: o papel das armas de fogo*. Disponível em https://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S003489102005000100008&script=sci_abstract#. Acesso em 13 de outubro de 2019.

REVISTA G1 NOTÍCIAS. *Mortes violentas no Brasil: perguntas e respostas*. Disponível em <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/mortes-violentas-no-brasil-perguntas-e-respostas.ghtml>. Acesso em 12 de abril de 2019.

REVISTA O GLOBO BRASIL. *Atlas da Violência 2019: número de mortos por armas de fogo cresce 6,8% e atinge patamar inédito*. Disponível em <https://oglobo.globo>.

com/brasil/atlas-da-violencia-2019-numero-de-mortos-por-armas-de-fogo-cresce-68-atinge-patamar-inedito-23718281. Acesso em 12 de abril de 2019.

REVISTA O GLOBO SOCIEDADE. *Ter arma em casa aumenta número de morte de crianças, mostram estudos*. Disponível em <https://oglobo.globo.com/sociedade/ter-arma-em-casa-aumenta-numero-de-morte-de-criancas-mostram-estudos-23206078>. Acesso em 12 de abril de 2019.

REVISTA UOL. *Mortes por arma de fogo no país atingem maior percentual desde 1980*. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/06/05/mortes-por-arma-de-fogo-no-pais-atingem-maior-percentual-desde-1980.htm> Acesso em 12 de abril de 2019.

REVISTA VALOR ECONÔMICO BRASIL. *Mortes por arma de fogo atingem maior patamar em 10 anos*. Disponível em <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/06/05/mortes-por-arma-de-fogo-atingem-maior-patamar-em-10-anos-diz-atlas.ghtml>. Acesso em 12 de abril de 2019.

SOUZA, E. R. *Homicídios no Brasil: O Grande Vilão da Saúde Pública na Década de 80*. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/%0D/csp/v10s1/v10supl1a04.pdf> . Acesso em 12 de abril de 2019.

RESENHA CIENTÍFICA: OCUPAÇÕES ESTUDANTIS

Fabio Ferreira de Arruda¹

Thiago Porto e Silva²

Daniele Lopes Oliveira³

A obra⁴, totaliza cem páginas e está dividida em cinco capítulos. A temática do livro é atual, e foi registrada a partir da própria experiência do autor. Na obra, o autor trata-se do contexto, sobre jurisdições constitucionais, portanto, torna imperiosa a digressão sobre o que é jurisdição? O que é o controle de constitucionalidade? E qual é o poder judiciário ao equacionar conjunção destes questionamentos? Uns dos pontos mais importantes do livro, o autor da obra traz a importância que o sistema difuso tem para a nossa constituição explicando cada detalhe dessa técnica jurídica e como foi criada e os motivos da sua criação.

Os norte-americanos geraram um sistema de controle constitucional, cujo critério é difuso, de natureza técnico-jurídica. A ponto de afirmar-se que não se caracteriza verdadeiramente como uma forma de jurisdição constitucional, não tanto por ter sido entregue o controle de constitucionalidade à jurisdição ordinária, mas pelo fato de que a jurisdição ordinária não aprecia a Constituição em função de seus valores políticos, não se configurando como

¹ Aluno do curso de direito da Faculdade de Piracanjuba

² Aluno do curso de direito da Faculdade de Piracanjuba

³ Professora Orientadora do Curso de Direito da Faculdade de Piracanjuba. Doutora pela PUC Goiás.

⁴ Livro resenhado: NETO, Ovídio Inácio Ferreira. *Ocupações Estudantis*. 1º Edição. Goiânia, Editora, ano. 100 p.

guardiã dos valores constitucionais, por ter como objetivo principal a decisão do caso concreto.

No âmbito do Direito Constitucional, o controle de constitucionalidade das normas é uma forma de aplicabilidade efetiva dos preceitos jurídicos fundamentais previstos por ela. Diante disto, vislumbra-se a hipótese de um dos principais meios de resguardarmos nossos direitos expressos em nossa Carta Magna é pela utilização irrestrita do controle de constitucionalidade.

Conquanto, uma das modalidades de utilização desta fundamental ferramenta jurídica é o controle pela via difusa, no qual discute-se a inconstitucionalidade de norma infraconstitucional no caso concreto, ou seja, debate-se em processo judicial específico a constitucionalidade de determinada lei, desde que esta seja a que ampara o pedido de uma das partes ou que fundamentará eventual sentença. Entretanto, os efeitos que irão vigorar a partir do deferimento pelo Juiz da inconstitucionalidade da norma serão *inter partes*, ou seja, só abrangerá os direitos das partes da qual afetará as partes de forma retroativa, em regra, de modo a desfazer, desde sua origem, o ato declarado inconstitucional. Portanto, anteendo a forma de aplicação do controle de constitucionalidade pela via difusa como uma maneira mais prática e simples, mesmo que opere apenas o efeito *inter partes*, vislumbra-se, todavia, uma maneira muito eficaz dos cidadãos, através de advogados, exercerem seus direitos garantidos pelas letras constitucionais e, desta forma, alcançarem a democracia e a justiça.

O livro teve por objetivo traçar linhas fundamentais acerca do tema: Jurisdição Constitucional: Controle de Constitucionalidade e *Writs Constitucionais*. Longe da intenção de esgotar o assunto, que é por demasiado longo, buscamos extrair o cerne da questão através de uma análise lógica e objetiva na legislação, na doutrina e na

jurisprudência. Inicialmente, propomos discorrer sobre a Jurisdição Constitucional que constitui um instrumento de defesa da Constituição, não da Constituição considerada como um puro nome, mas da Constituição tida como expressão de valores sociais e políticos. Em seguida, analisaremos os *Writs Constitucionais* que são garantias constitucionais na medida em que são instrumentos destinados a assegurar o gozo de direitos violados ou em vias de ser violados ou simplesmente não atendidos.

Vale lembrar que esses remédios não deixam também de exercer um papel limitativo da atuação do Poder Público, quer porque, em existindo, este se comporta de maneira a evitar sofrer-lhe a impugnação, quer porque o exercício desses direitos “remédios” pelos titulares dos direitos ou interesses violados ou ameaçados ou não satisfeitos, nos termos da Constituição importa em impor correção a seus atos e atividades, o que é um modo de limitar.

O autor destaca alguns pontos importantes em sua obra. O ponto central da proposta foi a criação de um mecanismo processual que permita ao Supremo Tribunal Federal decidir de imediato uma questão constitucional suscitada em qualquer instância judicial, de modo que todos os processos que tratem da matéria sejam suspensos até a decisão definitiva pela Corte Máxima.

No ordenamento pátrio, a arguição de descumprimento de preceito fundamental é novidade instituída pelo §1º do art. 102 da CF/88, alvo de recente regulamentação pela Lei 9.882, de 03/12/99. É instituto bivalente, situado na esfera da competência constitucional do STF, ora revestindo-se de caráter processual autônomo, funcionando como verdadeira ação sumária (arguição autônoma) tendo por objeto "evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público" (caput do art. 1º da Lei 9.882/99), ora equivalendo-se a um

incidente processual de inconstitucionalidade (arguição incidental), cabível "quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição" (art. 1º, par. único, inciso I, da Lei 9.882/99).

De acordo com o art. 3º A criança e o adolescente, gozam de todos os direitos fundamentais inerentes, à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. O Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem (incluído pela Lei nº 13.257, de 2016). Ainda no art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. Conjuntamente com o art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. No art. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: I-ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; II- opinião e expressão; III- crença e culto religioso; IV- brincar, praticar esportes e divertir-se; V-participar da vida

familiar e comunitária, sem discriminação; VI-participar da vida política, na forma da lei.

Desta forma para o autor a cidadania é o conjunto de direitos e deveres exercidos por um indivíduo que vive em sociedade, no que se refere ao seu poder e grau de intervenção no usufruto de seus espaços e na sua posição em poder nele intervir e transformá-lo. Essa expressão vem do latim *civitas*, que quer dizer cidade. Antigamente, cidadão era aquele que fazia parte da cidade, tendo direitos e deveres por nela habitar. A expressão da cidadania frequentemente está associada ao campo do Direito, em que existe uma série de legislações voltadas para os direitos e deveres que o cidadão possui. Entre os deveres, destaca-se o voto eleitoral (que também é um direito), o zelo pelo espaço e o cumprimento das leis. Entre os direitos, destaca-se o de ir e vir, bem como o de ter acesso à saúde, moradia, alimentação e educação. O conceito de cidadania também está relacionado à nacionalidade do indivíduo, isto é, à legalidade de sua permanência em um determinado território administrado por um Estado Nacional. Fala-se, por exemplo, de cidadania brasileira, cidadania portuguesa e cidadania americana. Em casos de descumprimento aos deveres, o indivíduo poderá ter parte de sua cidadania cassada, a exemplo de presidiários que possuem o direito de votar vetado, entre outras limitações impostas pela lei penal. O professor Ovídio também fala acerca do Supremo Tribunal Federal desempenhar dois papéis distintos. Um é o contramajoritário, quando invalida atos dos outros Poderes em nome da Constituição. O outro é o representativo, quando, em certas circunstâncias, atende as demandas sociais que ficam paralisadas no Congresso.

O Autor afirma em sua obra que o STF “pode e deve fazê-lo para defender as regras do jogo democrático e os direitos fundamentais” p. 78. Quanto ao papel

representativo, disse que foi com essa atribuição que a corte decidiu casos como o de uniões homoafetivas, interrupção da gestação de fetos anencefálicos e mesmo na proibição do nepotismo. "À falta de atuação legislativa para atender essas demandas da sociedade, coube ao STF, interpretando princípios constitucionais, formular as respostas constitucionalmente adequadas" (p. 82), afirmou o autor da obra, esta é uma competência que deve ser exercida com parcimônia, frisando que "onde houver um direito fundamental em questão ou um interessante relevante da sociedade, o tribunal não pode se omitir" (p. 85).

E finaliza discorrendo sobre as ocupações estudantis, que foi uma mobilização estudantil no Brasil em 2016 correspondeu a uma série de manifestações e ocupações de escolas secundárias e universidades brasileiras que se intensificaram durante o segundo semestre de 2016. As mobilizações foram realizadas por estudantes secundaristas e universitários em diversos estados do Brasil. Possivelmente inspirados pela onda de mobilizações estudantis em São Paulo em 2015, os estudantes pediam mais investimentos e melhores condições na educação para alunos e professores, assim como a melhora na qualidade da merenda escolar e da infraestrutura das escolas. Os alunos decidiram ocupar as escolas porque são contra a Medida Provisória 746, que prevê mudanças no ensino médio, e contra o Projeto de Emenda Constitucional que estabelece um teto para os gastos públicos, a PEC 241. Em ambos os casos, os estudantes têm receio de que a qualidade da Educação seja (ainda mais) penalizada. Portanto foi necessário o movimento estudantil. O tom dos estudantes, no entanto, é muitas vezes exaltado. A tolerância ao questionamento sobre o que consideram verdades absolutas é baixa. Em meio a jovens bem-intencionados, não faltam caronas equivocadas que não

têm ideia do que reclamam. Falta, sobretudo, maturidade para ouvir e refletir sobre opiniões plurais e, a partir delas, ser capaz de um diálogo saudável com quem pensa diferente. Nada disso, é claro, tira o mérito e a legitimidade da primavera secundarista. Os cidadãos jovens enriquecem o país quando vêm opinar, escutar e debater sobre a escola que, afinal, sempre foi deles.

A iniciação científica traz impactos diretos no desenvolvimento e na qualidade acadêmica dos discentes. Na Faculdade de Piracanjuba (FAP) os programas de iniciação científica se integram a todos os cursos de graduação e visam despertar a vocação científica nos alunos e alunas, assim como tem por propósito estimular potenciais pesquisadores. Dessa maneira, a iniciação científica da FAP tem um papel fundamental na integração dos alunos junto com a comunidade acadêmica. Essas atividades enriquecem a experiência dos discentes e promove relevância para os conhecimentos apreendidos. A Faculdade de Piracanjuba (FAP), por meio dos projetos de iniciação científica, traz à tona novas práticas pedagógicas de ensino e pesquisa que são necessárias para uma educação transformadora e relevante para a sociedade.

Prof. Dr. Milton Justus
(Diretor Geral da Faculdade de Piracanjuba - FAP)



ISBN 978-65-5869-279-9

